

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários
Doutorado em Literatura Comparada

FRONTEIRAS DE LITERATURA E HISTÓRIA:
a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e*
fronteiras

Silvana Seabra Hooper

Belo Horizonte
Junho de 2007

Silvana Seabra Hooper

FRONTEIRAS DE LITERATURA E HISTÓRIA:
a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras:
Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

Área de Concentração: Literatura Comparada.

Linha de Pesquisa: Poéticas da Modernidade.

Orientador: Prof. Dr. Luis Alberto Ferreira Brandão Santos.

Belo Horizonte
FALE – UFMG
Junho de 2007

In memória de Maria Hirsh Fischler
Porque vinda de outra fronteira me acolheu em seu caminho

AGRADECIMENTOS

Sartre uma vez nos alertou para o fato de que o “inferno são os outros”. Obviamente, nos termos de um bom entendedor, estamos no solo do processo do entendimento humano, que é tudo no mundo. Fora isso, resta, desculpem a ironia, a TV animal, onde o reino da ordem dos instintos nos faz sentir dentro do amparo total. Porém, também tem pouca graça um mundo em que não se conquista a confiança dos justos, não se luta e se pode vencer as variáveis, que, no cálculo estatístico, haviam te condenado a um lugar de insucesso total. Tampouco se pode ser feliz ou infeliz. Assim, Sartre está certo, mas também plantou uma verdade ao seu revés, porque o céu só pode estar nos outros e naquilo que construímos neles e com eles.

Um trabalho como este é também uma expressão pequena dessa acomodação do homem entre homens e, para ser politicamente correta, de uma mulher entre inúmeras pessoas. A diferença não é pouca, é verdade...

Os agradecimentos seriam longos demais se conseguisse ser fiel à minha memória e também fiel ao fato no qual acredito piamente: o de que, às vezes, pequenos gestos fazem muita diferença, mas, dado o caráter muitas vezes fugaz e anônimo, nem sempre é possível agradecer.

Aqui vai, então, em primeiro lugar, um agradecimento geral, meio difuso que talvez não chegue a muitos que me ajudaram.

E agora seguem os agradecimentos mais delongados, cozidos em pontos que não se desmancham e que durarão para sempre na minha memória.

Ao meu orientador professor Luis Alberto Brandão, pelo acolhimento deste trabalho e pela leitura minuciosa.

À querida Doris Sommer, minha madrinha de outra academia, que me ensinou ousadia me mostrando que das terras de onde eu vinha nada se deve, e de quem jamais esquecerei o *cafezito* e os passos de salsa.

A CAPES, que me auxiliou com uma bolsa *Sandwich*, e a Harvard University, que me aceitou por um tempo de estudo, tempo este que me valeu outra vida.

Ao Thiago Amado, amadíssimo, pelas traduções, pelo ouvido e pelas ajudas todas ao longo do texto.

Ao Amauri e à professora Yonne Grossi, pela leitura cuidadosa que fizeram, me guiando firmemente com equilíbrio e erudição pela filosofia e pela história. Agradeço à professora Yonne especialmente pelas suas palavras de confiança e também por seus contínuos gestos de doçura para comigo.

Aos amigos sempre zelosos, Gilmar Rocha, Beth Marques, Marcelo Caetano, Andréa Casa Nova, Regina Medeiros, Conceição Poubel, Cristina Vilani, Help e ao Osvaldo Amado.

Aos meus filhos Julia, Thiago e André, cooparticipantes deste trabalho, de parte desta jornada (literalmente), meu obrigada pela força e pelo orgulho da mami! A minha irmã Mercedes, que cuidou de mim com o desvelo que só uma irmã de verdade é capaz.

A Mara, que organizou este trabalho de forma mais que prestimosa, carinhosa, e que me presenteou ao final com sua amizade.

A PUCMinas e ao Departamento de Ciências Sociais, pelo apóio através de seu Programa de Capacitação Docente.

E, por fim, meu grande obrigada ao Ron, que depositou e me ajudou de todas as maneiras que pôde a realização deste trabalho. Aceitando os adiamentos, preparando chás, cuidando das minhas dores, e tantas outras coisas grandes e pequeninas, mas todas elas carregadas de amor.

RESUMO

Esta tese analisa a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras* a partir do pressuposto de que as escritas históricas sempre se valem de recursos literários. O trabalho discute primeiramente as fronteiras entre a história e a literatura, pontua questões epistemológicas atuais desse debate e analisa a construção do discurso histórico ao longo dos séculos XIX e XX. Na análise de *Caminhos e fronteiras*, busca demonstrar seu débito para com as discussões sobre as bandeiras paulistas e seu caráter tenso ao tentar desenvolver-se no horizonte da construção nacional, tomando as culturas envolvidas nesse processo como equivalentes (para isso, Sérgio Buarque de Holanda apóia-se na teoria da fronteira de Frederick Turner). Essa tensão se revela num texto alongado, saturado de informações, que dissecou a ocupação num procedimento similar ao anatômico, o qual, sugerimos, filia-se à sátira menipéia, tal como a definem Mikhail Bakhtin e Northrop Frye. Considerando a tomada do território paulista como metonímia da produção da nação, esta tese ressalta o caráter autocontestatório de *Caminhos e fronteiras*, bem como sua conotação irônica, no sentido proposto por Hayden White e Richard Rorty.

Palavras-chave: História/literatura; fronteira; Sérgio Buarque de Holanda.

ABSTRACT

This dissertation analyses the writing of Sergio Buarque de Holanda in *Caminhos e fronteiras* under the assumption that the historical writings always make use of literary resources. The paper discusses, firstly, the frontiers between history and literature; it points out current epistemological questions of this debate and analyses the building of the historical discourse throughout the 19th and 20th centuries. In the study of *Caminhos e fronteiras*, this paper tries to demonstrate its relation with the discussions about the *bandeiras paulistas* (movement of territorial occupation by people from the state of *São Paulo*) and its tense character with intentions to develop itself in the horizon of the nation-building, treating the cultures in this process as equivalents (for so, Sergio Buarque de Holanda takes ground on the frontier theory by Frederic Turner). This tension will reveal itself thorough a long text, extremely saturated with information, that dissects the occupation in a procedure similar to the anatomic, which we suggest is associated with the menippean satire, as it is defined by Mikhail Bakhtin and Northrop Frye. Taking the occupation of the *paulista* territory as metonymy of the nation-building, this dissertation reinforces the self-contention character of *Caminhos e Fronteiras*, as well as its ironic connotation, in the sense that Hayden White and Richard Rorty apply to ironism.

Key-words: History/Literature, frontier, Sergio Buarque de Holanda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Sérgio Buarque de Holanda: do escrever e do ler	19
1.1. Do escrever	20
1.2. Do ler	37
CAPÍTULO 2: História e Literatura	45
2.1. A sombra hermenêutica	61
2.2. História: entre ciência e arte	71
2.3. O desafio pós-moderno da história	74
2.4. História, historiografia e outras histórias	92
2.5. Estudos literários e historiografia	101
2.6. (Re)lendo textos de história	107
2.7. Buscando alguns caminhos	119
CAPÍTULO 3: A Escrita de Sérgio Buarque de Holanda em <i>Caminhos em Fronteiras</i>	128
3.1. Uma teoria para uma escrita	144
3.2. A tese da fronteira	154
3.3. A caminho da totalidade: do mundo para o texto	161
3.4. Uma anatomia da fronteira	178
3.5. Vozes da fronteira: a encenação do <i>symposium</i>	189
3.6. Natureza e cultura: poesia e prosa	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217

INTRODUÇÃO

[As peregrinações] nos oferecem uma lição de prudente sabedoria. Lição para o presente e também para o futuro, mas que pertence igualmente à História, na parte em que a História é mestre da vida. O primeiro passo para a integração no mundo de nossa cultura de todo o imenso território, que constitui o coração deste continente sul-americano, nasceu da aventura e pode-se dizer que foi, todo ele, uma teimosa e magnífica aventura. Era inevitável que assim se sucedesse.

(Sérgio Buarque de Holanda, 1946)

Com essas palavras, retiradas de *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda expressa o seu pensamento sobre o processo histórico das bandeiras, que considerava como dotado de uma conotação metonímica. Num primeiro momento, as bandeiras, embora eminentemente paulistas, realizavam um gesto nacional que alcançava a “idéia-mundo”.

Passagens como essa são raras em seus trabalhos sobre o tema da ocupação territorial. Numa primeira leitura, *Monções*, *Caminhos e fronteiras* e *Extremo oeste* parecem interessar apenas àqueles historiadores com inclinação pela chamada história material ou pela história etnográfica. O alto volume de informações e a aparente falta de teorização destoam significativamente de *Raízes do Brasil*, obra eminentemente ensaística, e de *Visão do paraíso*, que parece seduzir os historiadores com suas análises dos lugares e sua vasta pesquisa de fontes primárias.

Assim, estudar as obras que tratam da ocupação territorial significa adentrar um campo ainda pouco trabalhado. Sem pretender abarcar a questão da territorialidade em sentido amplo, interessam-nos aqui os textos em que Sérgio Buarque de Holanda descreve a ocupação do oeste do Brasil pelos paulistas. Mais especificamente, a obra *Caminhos e fronteiras*, com remissões a *Extremo oeste* e *Monções*.

O título desta tese, *Fronteiras de literatura e história: a escrita de Sérgio Buarque de Holanda em “Caminhos e fronteiras”*, indica a dupla visada aqui proposta. A partir dos estudos literários, delineamos a perspectiva de leitura do nosso *corpus*, considerado disciplinarmente histórico. De imediato, tal proposta obrigou-nos a desmontar leituras

canônicas que separam história e literatura. Nesse sentido, o que aqui se afirma primeiramente é que a escrita da história é devedora de processos literários. Embora isso hoje possa parecer um truísmo, a afirmação requer que se acompanhe a montagem moderna dos dois *topoi*: ficção e história. A partir desse estudo das fronteiras entre história e literatura, nossa proposta se volta então para o exame de *Caminhos e fronteiras*. Trata-se de apontar o quanto essa obra histórica é permeada por recursos literários e o quanto tal estratégia determina o seu conteúdo — tanto quanto as fontes ou os documentos históricos.

No capítulo 1, a escrita de Sérgio Buarque de Holanda aparece redesenhada em problema. Usualmente, analisa-se Sérgio Buarque de Holanda mantendo-se rigoroso respeito pelas fronteiras disciplinares. A diversidade de objetos de estudo em sua obra teria provocado a divisão de seus comentadores em diferentes áreas do conhecimento. No nosso caso, o pressuposto epistemológico é o questionamento da separação rigorosa entre os campos da história e da literatura. Assim, um texto deixa de ser histórico para se tornar primeiramente texto. Essa questão se desenvolve em dois movimentos seqüenciais. O primeiro, “Do escrever”, expõe a escrita sergiana a partir de fragmentos autobiográficos e comentários de analistas. O que se pretende é instalar a questão da escrita de Sérgio Buarque de Holanda tal como ela parece ter-se desenvolvido na própria fortuna crítica: de maneira enviesada, quase sintomática, nunca tomando a cena. Posto assim o problema, trata-se, então, de pensar uma metodologia para a escrita sergiana. Aqui se introduz o segundo movimento, “Do ler”, no qual abordamos as possibilidades de leitura para um texto. Enquanto as questões que envolvem ou explicam a natureza de um texto ficcional são mais exploradas, o texto não ficcional costuma ter apenas o seu conteúdo como objeto

de preocupação. Sobretudo na historiografia, os textos não se apresentam como questões e todo o debate recai, em geral, sobre o contexto ou o conteúdo. Isso explica também aquele mal-estar difuso que se percebe em torno da escrita sergiana, mas que tem rendido poucos estudos textuais.

Essa discussão conduz ao tema central do trabalho: as fronteiras entre a literatura e a história. Para entender as formações desses campos disciplinares, acompanhamos os debates travados a partir da “intenção” da história de se afastar da literatura para se moldar no marco da ciência, tal como a conhecemos. Desse “entrelugar”, olhamos nosso objeto e tentamos mostrar a tensão epistemológica que a história experimentou no seu trajeto rumo ao discurso científico — afastando-se da literatura. Os debates foram aqui trabalhados de forma detalhada, fazendo emergir diversos pontos de vista sobre os quais nos debruçamos. Na interface entre literatura e história, não poderíamos deixar de considerar também a importância da obra *Metahistória*, de Hayden White (1992).

No capítulo 2, busca-se não só mostrar como se deu a ruptura entre a história e a literatura no século XVIII, mas também demonstrar que as reflexões em torno de uma historiografia de caráter hermenêutico instauram questões epistemológicas significativas para o modelo que se quer científico. Todos os tópicos do capítulo mantêm esse viés inicial, a partir do qual torna-se possível palmilhar, aos poucos, o campo minado da discussão entre literatura e história.

Menos do que afirmar a verdade ou a superioridade de um discurso sobre o outro, o intuito é compreender a montagem epistemológica e os problemas dela advindos ao lidar com nosso objeto: um texto historiográfico analisado em sua condição literária. Ao final do capítulo 2, afirma-se a diferença entre a literatura e a história e observam-se

alguns pontos “nervosos” da relação entre essas duas áreas do conhecimento. Um deles é enfatizado: as razões que presidiram a ruptura entre ambas não mais se justificam. Assim, deve-se compreendê-las a partir de uma outra história, que incorpore, inclusive, a história dessa ruptura e sua fortuna crítica.

O capítulo 3, de caráter analítico, examina *Caminhos e fronteiras*, sem deixar de mencionar as obras *Monções* e *Extremo oeste*. O que se observa é que Sérgio Buarque de Holanda, ao escrever sobre história, antropologia e geografia, vale-se de recursos inventivos, mostrando desenvoltura no manejo da linguagem. Aqui, a inventividade não deve ser compreendida como antagônica ao conhecimento, dicotomia típica que acompanha os conceitos binários de ficção/real ou história/literatura. A imaginação histórica sempre foi um dado bastante indigesto dos estudos que pretendem uma história que se ocupe puramente dos fatos. A esse ideal de objetividade contrapõe-se a afirmação de Hayden White (1994, p. 98) de que as narrativas históricas “são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências”.

Se a inevitabilidade dos aspectos literários na escrita da história foi aceita, alguns críticos apontaram, como consequência, que todas as histórias contadas se equivaleriam e que todo arquivo poderia, portanto, ser abandonado. A distância entre a primeira afirmação e a sua conclusão é, na maior parte das vezes, um argumento inconsistente, defendido por uma linhagem da história mais afeita às possibilidades de alcance do real “tal como ele foi”. Uma versão menos passional poderia ser anteposta a tais colocações, mostrando o que vários autores já observavam desde o século XIX: o arquivo é sempre textualizado e, portanto, trata-se não do abandono da pesquisa dos “fatos”, mas de que,

ao dispô-los, o fazemos através das palavras. Em outros termos, a natureza, o universo e o arquivo não contam histórias; nós as contamos. As descrições, independentemente de sua veracidade, quando checadas com suas fontes, dizem coisas, constroem objetos, mesmo que por denegação. Dessa forma, a fronteira de Sérgio Buarque é imaginada não apenas no seu aspecto sociopolítico-geográfico, mas como um texto onde se cruzam vários mapas literários. Se um historiador é aconselhado a nunca integrar possibilidades outras além daquelas que existiram e que são acessadas via documento, nossa proposta é outra. Em *Caminhos e fronteiras*, o que se divisa é a possibilidade de outras histórias — condição dada pela tensão contida no texto e que permanece irresoluta.

Assim é que na apresentação do capítulo 3 menciona-se Franco Moretti (2003), que aborda as fronteiras nos romances históricos do século XIX. Enquanto Moretti mostra a superação das fronteiras pela linguagem homogeneizante das narrativas, Sérgio Buarque de Holanda considera todas as culturas como equivalentes e as descreve com a mesma acuidade. Dessa forma, o texto sergiano mantém o valor e a presença da heterogeneidade dos grupos envolvidos no processo da fronteira.

A descrição das várias culturas insere-se na discussão sobre o bandeirantismo e o papel dos paulistas na construção de sua identidade local e sua contribuição para a formação de uma nacionalidade. Assim, no tópico “Uma teoria para uma escrita”, inverte-se a leitura usual, que apresenta *Caminhos e fronteiras* como um livro de história material tipicamente filiado à *École des Annales*. É no passado paulista, mais precisamente no *Almanach Litterário de São Paulo* e na *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, que se encontram textos similares a *Caminhos e fronteiras*. Nas narrativas dessas fontes existe uma unidade heteróclita (poemas, lendas indígenas, artigos históricos, biografias,

genealogias), que Sérgio Buarque de Holanda retoma, mesmo que indiretamente, através de uma teoria: a teoria da fronteira de Frederick Turner, que proporciona à escrita de *Caminhos e fronteiras* uma outra unidade.

A teoria da fronteira de Turner impõe a Sérgio Buarque de Holanda o cuidado das técnicas nativas. Decorre daí uma escrita cujo anatomismo associamos à chamada sátira menipéia. Segundo Bakhtin (2002), a principal característica da sátira menipéia não é sua comicidade, mas seu caráter de excesso, sua satura, que se desdobra numa erudição exaltada. Em Sérgio Buarque, a sátira menipéia não constitui propriamente um gênero, mas um recurso ou instrumento hermenêutico. A anatomia na escrita corresponde a um detalhamento agigantado do tema, com a intenção de exaurir o objeto. No caso de *Caminhos e fronteiras*, tal procedimento foi, até hoje, analisado como uma aplicação do conceito de “história total”, proveniente da *École des Annales* e desenvolvido primeiramente por Braudel (1949). A “história total” pretende enriquecer o objeto ao dimensioná-lo no diálogo com outras áreas do conhecimento, como a geografia, a economia, a política e a sociologia.

Nesta tese, o estudo da “história total” é feita nos tópicos “A caminho da totalidade: do mundo para o texto”, “Uma anatomia da fronteira”, “Vozes da fronteira: a encenação do *symposium*” e “Natureza e cultura: poesia e prosa”. O primeiro demonstra como uma história total é construída numa estratégia textual; o segundo analisa as práticas da *divisio*, figura da retórica produtora de categorias descritivas que vão se estendendo indefinidamente, e da *digressio*, que, também componente do exercício da anatomia, consiste num desvio momentâneo do assunto, numa espécie de desenvolvimento secundário do tema; o terceiro capta as vozes internas na obra,

explicitando o *symposium*, ou seja, reunião de várias fontes num “colóquio” que gera um ambiente textual favorável à produção do conhecimento. Já “Natureza e cultura: poesia e prosa” trata da função exercida pelos materiais não textuais, como mapas, fotos e figuras. Embora no projeto moderno da história-ciência as fontes imagéticas tenham sido um recurso significativo de acesso “ao que realmente aconteceu”, sem interferência do historiador, as ilustrações não parecem cumprir essa função em *Caminhos e fronteiras*. Se a escrita sergiana aponta para o excesso e a descrição alongada, a ilustração parece negá-los. Compondo-se como uma espécie de museu obrigatório ao leitor, sem contudo possuir uma relação orgânica com o restante do livro, às ilustrações faltam informação, detalhe, descrição e fonte.

Nas considerações finais, busca-se expor a difícil equação que se monta no desenvolvimento textual de *Caminhos e fronteiras*. O pensamento histórico sergiano orienta-se aí por uma perspectiva de construção nacional. Tais expectativas usualmente geram narrativas românticas ou épicas. Contudo, ao se basear na teoria da fronteira de Turner, a escrita sergiana desenhcou-se de uma forma menos otimista do que as versões românticas, o que nos permite apontar o elemento irônico como preponderante. Assim, se podemos afirmar o caráter irônico de *Caminhos e fronteiras*, não é menos verdade que elementos épicos e mesmo românticos promovam certa tensão no interior da obra. Para refletir sobre a ironia, tomamos Hayden White, em *Metahistória*, e Richard Rorty, em *Contingência, ironia e solidariedade*. Tanto um autor como o outro conceituam o ironista como sujeito relativista. Em *Metahistória*, o historiador irônico é aquele que abriga em si o ceticismo. Rorty, apesar de não se achar em terreno historiográfico, define o ironista de modo semelhante. Trata-se, para ele, de um sujeito que tem dúvidas radicais sobre si

mesmo. Nos termos rortyanos, os ironistas vêem seus próprios vocabulários como imperfeitos e não universais. Utilizamos essa matriz conceitual não como uma via para catalogar nosso autor, mas como um novo feixe de questões que possibilitam recolocar a escrita historiográfica.

Nosso intento é expor essa obra densa num mapa que, longe de ser traçado com régua e compasso, é construído por uma escrita cambiante, extensa em caminhos, saturada de dizeres nem sempre harmônicos. O objetivo é menos descobrir “a versão” final ou garantir um sentido último à escrita sergiana do que explorar possibilidades de leitura, indicando o caráter literário do autor de história. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “nós não fomos postos nesse mundo para descobrir as verdades e sim para achar as inconveniências” (HOLANDA *apud* BARBOSA, 1989, p. 106).

CAPÍTULO 1

Sérgio Buarque de Holanda: do escrever e do ler

1.1. Do escrever

Em 1948, Sérgio Buarque de Holanda escrevia a Cassiano Ricardo: “Confesso sem vergonha, e também sem vanglória, não me sinto muito à vontade em esgrimas literárias: sou capaz de largá-las ao meio do caminho por impontualidade, por preguiça ou por inépcia.”¹

A razão da afirmação não era outra senão uma das várias polêmicas geradas pela publicação de *Raízes do Brasil*. Nesse caso, o termo “cordial” a que Sérgio Buarque se refere recebera a conotação de “bondade” na leitura de Cassiano Ricardo. Porém, ao contrário do que afirma, Sérgio Buarque acaba por se envolver numa daquelas disputas literárias. De fato, essa não é uma exceção; em muitas outras ocasiões o autor de *Raízes do Brasil* empenhou-se em “esgrimas literárias”, demonstrando que debates dessa natureza superavam sua indisposição inicial.

Os primeiros debates de que participa Sérgio Buarque de Holanda surgem no campo da crítica literária, nas páginas do *Correio Paulistano*, e tratam sobretudo de um tema caro ao momento: a possibilidade de uma literatura de cunho nacional. Convivendo com os modernistas, Sérgio Buarque não se deixou, contudo, imergir completamente naquele universo. Ao contrário, manteve uma postura crítica capaz de distingui-lo dos entusiastas e propagandistas do movimento. Segundo Antonio Arnoni Prado (1992), tal distância pode ser percebida na tentativa de Sérgio Buarque de entender a trajetória de

¹ Carta publicada na *Revista Colégio*, n. 3, São Paulo, setembro de 1948.

ruptura estética do modernismo, mais do que defender seu programa. Dessa posição crítica resultou um texto bastante singular.

[Para] quem lê as transformações da literatura com um olho nas modificações do contexto, Sérgio vai gradualmente combinando a informalidade de leitor sem compromisso ao senso histórico da síntese, o que dá aos comentários críticos dessa primeira fase uma entonação diferente das interpretações acadêmicas e quase sempre dogmáticas que dominam o período. (PRADO, 1992, p. 118)

O próprio Sérgio Buarque assume uma posição um tanto informal ao revelar que sua entrada na crítica literária não se deu por um projeto deliberado:

Quando aceitei a incumbência de fazê-los [artigos de crítica literária em jornais], movido por necessidades mais imperiosas do que minha vontade ou vocação, o remédio era fazer o que se podia esperar sobretudo de um crítico literário, por pouco que a palavra “literário” não precisasse ser interpretada numa acepção demasiada estrita. (HOLANDA, 1979a, p. 15)

O mesmo tom surge ao se referir à sua própria escrita:

Só aos poucos me fui compenetrando da necessidade de melhor trabalhar minha linguagem escrita (sem dar, no entanto, a impressão de coisa trabalhada), de modo a que a comunicação se fizesse sem estorvo. [...] Acredito, no entanto, que semelhante preocupação, onde ela existe, pode ser, em muitos casos, condicionada, e no meu ela o tem sido com certeza, pelas limitações de quem, exatamente pelo fato de não se sentir o que se chama um escritor de raça, em outras palavras, por saber que é incapaz de expressar-se, ao correr da pena, nos termos mais adequados, se vê obrigado a procurar suprir essa deficiência pelo exercício de uma vigilância constante sobre sua própria dicção, embora sujeitando-se ao perigo de torná-la por vezes artificiosa. (HOLANDA, 1979a, p. 17-18)

Nas duas passagens, Sérgio Buarque confirma que o seu trato com as letras, quer como crítico, quer como escritor não-ficcional, deu-se de maneira quase circunstancial. No primeiro caso, o problema foi resolvido através de ativa dedicação e estudo:

O caso foi que logo cuidei de enfronhar-me em tudo quanto houvesse de mais atual então e de mais fecundo no tocante às técnicas de criação e crítica literária, comprando ou encomendando no estrangeiro publicações especializadas, ou apelando para a boa vontade de amigos melhor informados do que eu sobre o assunto, que se prontificaram a emprestar-me livros e revistas de que ia necessitando. (HOLANDA, 1979a, p. 15)

Com relação à escrita, a questão é mais tortuosa e as preocupações em torno das palavras aparecem em Sérgio Buarque de forma cindida. Ao se referir a comentário de Manuel Bandeira quando de seu retorno à crítica literária, Sérgio Buarque assume “certo casticismo” atribuído ao seu estilo e escreve:

De muito acostumado que fiquei com formas tais, não seria de admirar se, com o tempo, apelasse insensivelmente para elas, impressionado pela força de expressão que possam transmitir, mais ou menos como outros recorrem aos estrangeirismos, a neologismos e até gírias, esperando acordar o leitor para um tipo de sensibilidade que a linguagem escrita, entorpecida pela usura, já não chega a provocar. (HOLANDA, 1979a, p. 19-20)

Colocada nesses termos, Sérgio Buarque parece se afastar de um modelo de escrita pouco afeito aos registros amorfos de relatos sobre “o que de fato aconteceu”, indicando a defesa de uma linguagem mais performática. Alguns autores (PRADO, 1992; BARBOSA, 1989) avaliam que a passagem de Sérgio Buarque pela crítica literária promoveu a presença de dois perfis de escrita diferentes — o autor ligado às letras e o historiador, o primeiro pressupondo o segundo. Alexandre Eulálio (1987, p. XXXVII) afirma que “no estilo tenso do ensaio sergiano, tanto naquele totalizante como naquele fragmentário, flexibilidade inventiva e a erudição permeada de sensibilidade do artista autêntico faziam um só o historiador preciso e o ensaísta de vôo livre”. Nessa passagem, no entanto, o comentador evitou distinguir níveis hierárquicos nos aspectos da escrita de Sérgio

Buarque. Um comentário do próprio autor parece referendar esse constante movimento entre o que se poderia chamar de especialização *versus* mobilidade entre as áreas de conhecimento, ou o que hoje chamamos de interdisciplinaridade:

O nome da crítica literária, segundo os usos da época, não obrigava o autor dos rodapés a cuidar unicamente das chamadas belas-letas, mas forçava-o, ao contrário, a certa versatilidade, que tende cada vez mais a perder terreno, com a crescente complexidade das diferentes disciplinas. (HOLANDA, 1979a, p. 31)

Também naquele comentário sobre o seu vernaculismo, Sérgio Buarque sublinharia que seu estilo não deveria ser compreendido como fruto de uma ambição estética, mas como uma orientação para a concisão e a parcimônia. Tudo aponta para uma forte tensão. Se, por um lado, a fixação dos sentidos das palavras surge como uma questão ligada aos problemas de conteúdo, na busca por uma “[...] linguagem mais expressiva que bonita” (HOLANDA, 1979a, p. 20), não é menos verdade que Sérgio Buarque busca uma estética própria, um estilo. O uso de palavras “caídas em recesso”, o tom arcaizante e até aquele pendor ao “casticismo” (apontado por Manuel Bandeira) faziam parte desse modo de escrever, que, visto no conjunto, desmente aquela intenção de uma linguagem capaz de “[...] eliminar o adorno inútil, a exuberância distraída, tudo, enfim, quanto parece inessencial na comunicação” (HOLANDA, 1979a, p. 20). Também é possível ler tal ambigüidade numa outra chave, se lembrarmos que a própria conceituação do “bem escrever” não coincidia, para Sérgio Buarque, com a obediência à gramática. Para ele, não haveria “[...] uma correspondência entre as duas acepções diversas” (HOLANDA, 1979a, p. 20) (escrever bem e escrever correto), pois “pode mesmo acontecer, e com frequência

acontece, que uma obra, redigida, embora num impecável vernáculo, venha a tornar-se de difícil leitura e entendimento, e o contrário também acontece” (HOLANDA, 1979a, p. 20).

Entre a intenção de dirimir a distância entre as palavras e as coisas e o desejo de desenvolver uma linguagem própria, Sérgio Buarque acabou por adotar um estilo oscilante que não observa a escrita como um simples meio. Em geral, o autor de literatura ficcional não pretende relatar a realidade do que aconteceu. Já o historiador é movido em direção contrária; sua intenção é descrever o passado com fidelidade. Embora tal objetivo não se concretize totalmente, a pretensão é suficiente para estabelecer um protocolo diverso de escrita. O texto de Sérgio Buarque revela esse lugar incômodo e soma-se, ainda, ao perfil de quem jamais abraçou o ideal da imparcialidade. Assim, o que pode sugerir certa indefinição ou imaturidade intelectual revela-se um traço diferenciado de formação intelectual, que se caracteriza pelo cuidado em não se perder na excessiva especialização. Ainda bastante jovem, escrevendo sobre Lima Barreto, Sérgio Buarque conseguia entrever nos escritos daquele autor traços do contexto da época, questões para além das análises estéticas que então se faziam. Como bem assinalou Arnoni Prado:

O crítico que aqui nos fala é o modernista que adapta novos conceitos sobre a transformação do romance para repensar, por exemplo, o papel de Lima Barreto na superação do Naturalismo e fisgar nele uma escrita das ruínas com seus sinais de mundo decomposto pelo qual os novos passaram como gatos sobre brasa. (PRADO, 1992, p. 123)

Também no estudo sobre Ranke, Sérgio Buarque vê uma escrita de história que não pode ser descolada de seu conteúdo, nem de seu autor:

A recusa sistemática às generalizações e o aferro não menos sistemático ao único e ao não recorrente implicariam logicamente a renúncia à nossa linguagem normal, tamanho é o número de palavras que dependem

delas e que são absolutamente necessárias na comunicação de homem a homem. (HOLANDA, 1979b, p. 23)

A passagem é ilustrativa da perspectiva de que forma e conteúdo não se separam. Para cada modelo da história se combinam, portanto, um uso diverso de linguagem e sua articulação. Nesse sentido, os textos históricos não revelam os objetos de que tratam, mas constroem seus objetos em si mesmos, enquanto textos. A importância das palavras situa-se, dessa forma, no centro do *métier* do historiador, que deve ser um “vigilante zeloso”, para garantir que:

[...] a boniteza da forma, se ocorresse, fosse proveniente apenas da clareza maior, introduzida nela pela feliz expressão: feliz não porque floreada ou frondosa, mas porque exata e incisiva, embora achada, talvez, ao cabo de longa e acurada busca. (HOLANDA, 1979a, p. 20)

O advérbio “talvez” reintroduz aí uma suspeita em relação ao que se poderia entender como uma espécie de protocolo a ser seguido pelo historiador. Assim, exatidão se combina com um trabalho de seleção e criatividade no trato das palavras. Para Sérgio Buarque, a idéia de que “o perfeito historiador deve ser também um grande escritor” não pode ser entendida em termos programáticos, mas, como ele explica,

[deve] lidar largamente com fenômenos particulares, para revivê-los em suas pulsações e em sua espessura, a fim de que se integrem em quadros amplos, onde ganhem nova dimensão e significado mais alto, precisa o historiador valer-se de recursos de expressão que não sejam os de mero relatório ou o de uma exposição científica. (HOLANDA, 1979a, p. 31)

Se o argumento tenta minimizar a imposição do casamento entre a prática da história e o escritor, apenas cria mais embaraço, pois abre espaço para os recursos literários, sem necessariamente normatizar ou especificar tal uso. Para atingir seu objetivo,

Sérgio Buarque parece enfatizar que o historiador está, sempre, submetido ao campo das letras. A consciência de que a cientificidade só é atingida com a “economia” de vocabulário é completamente indigesta a Sérgio Buarque de Holanda, que foi um autor de história no seu sentido mais estrito. Em 1973, em famosa polêmica que envolvia uma sofisticada questão de vocabulário histórico, Sérgio Buarque tece o seguinte comentário:

A idéia de que esse ofício [historiador] só ganha cunho verdadeiramente científico se fizer uso de terminologia simplificadora e um tanto sestrosa, não passa de má caricatura de uma outra idéia, esta legítima, a saber, que o zelo pela linguagem e, se quiserem, até recursos estilísticos adequados, são instrumentos que o historiador que se preze não deve jogar no lixo. (HOLANDA, 2004, p. 126)

De uma citação a outra, a tensão em torno da escrita do historiador não parece se desvencilhar significativamente dos impasses do “talvez” antes assinalado. De fato, a questão do texto sergiano não tem recebido uma atenção equivalente àquilo que, por oposição clássica, se chamaria de conteúdo. No geral, os estudiosos dos textos (aqueles que tratam da escrita) de Sérgio Buarque se localizam no campo da crítica literária e escolhem os textos sobre literatura do autor como objeto. Tal exclusividade, é provável, prende-se a um recorte clássico entre a escrita científica e a ligada à literatura. Como veremos neste trabalho, o projeto de uma história documental afastou as preocupações com a escrita ou, pelo menos, orientou-a para algo que a reduzisse a puro meio. Assim, os textos de Sérgio Buarque identificados como de história só poderiam merecer atenção quanto a sua montagem documental. Nesse modelo, a escrita não pôde ser enfocada. No entanto, os vários estudiosos de Sérgio Buarque, lidos em conjunto, não deixam de comentar a escrita sergiana. Para alguns, tal questão aparece atada ao método, que teria sido uma lenta conquista: Sérgio Buarque teria percorrido um caminho ascendente que o

conduziu do ensaísmo genérico a uma abordagem cada vez mais científica. Esse movimento estaria expresso na passagem de *Raízes do Brasil* para *Visão do paraíso*, este último revelando o trato com arquivos e fontes sistematizadas. O pressuposto dessa classificação comporta uma versão evolutiva do intelectual que caminha da literatura para a história, abandonando o subjetivo em favor do objetivo.

No 3º colóquio realizado no Iuperj sobre Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido (1992) apresentou uma comunicação, posteriormente incorporada como prefácio a uma coletânea de escritos de Sérgio Buarque sobre literatura colonial (HOLANDA, 1991). Em sua pequena intervenção, Candido explica como organizou o material deixado pelo historiador, tece considerações sobre o conteúdo dos escritos e conclui sugerindo algumas hipóteses e linhas de investigação. Fernando Novais (1992) comenta as observações de Antonio Candido. Segue-se, por fim, um debate entre, além desses dois intelectuais, Antônio Carlos Peixoto, Francisco Iglésias e Arnoni Prado.

O comentário de Fernando Novais (1992) interessa particularmente. Depois de retomar a antiga discussão sobre a trajetória de Sérgio Buarque, sua passagem pela etnografia, pela sociologia e pela ciência política, adverte-nos Fernando Novais de que não há um Sérgio Buarque “jovem” que possa contrapor-se ao “maduro”, nem aquela linearidade evolutiva pretendida por muitos historiadores. Haveria, ao contrário, unidade, fornecida por uma problemática que se constituiu precocemente:

A minha impressão é que Sérgio Buarque teve certos problemas que formulou muito cedo e em torno dos quais girou permanentemente [...]. Ora atacando este aspecto, ora aquele, mas sempre havia uma certa unidade que era enfrentada de vários ângulos. Mas que unidade era esta? [...] É possível tentar apanhar essa unidade [...] é a questão da identidade [...] a identidade nacional brasileira, este é o eixo que articula todo o conjunto e que está posto maravilhosamente no primeiro parágrafo de

Raízes do Brasil, quando afirma que somos estrangeiros em nossa própria terra. (NOVAIS, 1992, p. 106)

No entanto, se é possível alguma clareza e quase um consenso em torno dessa tese, já a questão do procedimento metodológico, bem como as conclusões de Sérgio Buarque parecem muito difíceis de serem esclarecidas. Fernando Novais explicita tal dificuldade:

E o procedimento metodológico de Sérgio Buarque, se tentássemos fazer uma análise do Sérgio Buarque historiador? Eu mesmo tentei fazer uma vez, um pequeno ensaio, no estilo do que fiz sobre Caio Prado Júnior. É mais difícil caracterizar Sérgio Buarque do que Caio Prado, que é um historiador explicitamente marxista, criativo e rico. (NOVAIS, 1992, p. 107)

Assim, se a inclusão de Sérgio Buarque no cânone historiográfico se dá pela pergunta: afinal, o que é o Brasil?, sua exclusão se dá pelas respostas. E quais são as respostas de Sérgio Buarque? Aqui reside uma outra novidade. Em geral, a pergunta “o que é o Brasil?” é respondida de várias maneiras, mas em todas prevalece a forma fragmentária. É exatamente essa forma intercisa (ou imprecisa?) que Fernando Novais identifica e que o intriga:

Acho que quando lemos por esse aspecto o último livro de Sérgio Buarque, *Do Império à República*, vemos que ele ali parte do evento para as estruturas, para os sistemas, para as biografias, para outros eventos, para tudo [...]. Em literatura ele parte do texto para o contexto e vai recompondo o texto. Em história política, ele parte do evento. (NOVAIS, 1992, p. 107)

Ainda sobre o mesmo livro:

Quando isso termina (o relato das biografias de D. Pedro, de Zacarias, de Caxias, a organização política/econômica etc.), um leitor apressado tem a idéia de que esse é um livro descritivo, que falou daquilo, falou disso,

mas não tem nenhuma teoria sobre a crise do Império. (NOVAIS, 1992, p. 108)

As observações de Fernando Novais ganham outro sentido quando lidas à luz do texto de Flora Süssekind (1992), “Comentário à ‘Nota breve sobre Sérgio crítico’”, publicado no mesmo volume. Segundo a autora, diferentemente do que defende Antonio Arnoni Prado (1992), a multiplicidade de Sérgio Buarque não carece de identidade, pois sua indeterminação é uma conquista. Indeterminação não apenas de gêneros, entre história e crítica literária, mas também de termos e de vozes — como em “Antinous” (diálogo ficcional) dos vocabulários — com o uso do português arcaico.

Indeterminação, está posto, na própria dicção, na construção cuidadosa do movimento da narrativa. O que não se confunde com o pouco interesse pela apuração de fatos, fontes, noções. [...] A exposição de indeterminações na própria escrita funciona como explicação indireta ao leitor de que ele não se encontra no terreno das “ciências exatas” e não há lugar para determinismos, leis ou teleologias ali. E sim para um exercício de interpretação. (SÜSSEKIND, 1992, p. 141)

Antonio Candido caminha na mesma linha de investigação ao comentar o trabalho de Sérgio Buarque sobre Cláudio Manuel. Ali, observa que Sérgio Buarque repete no texto “[...] um movimento de vaivém, que às vezes deixa o leitor meio perplexo” (CANDIDO, 1992, p. 103). Ao acompanhar as várias raízes do barroco, Sérgio Buarque, segundo Antonio Candido, estabelece uma linha narrativa em que

[...] as coisas são e não são, as classificações se dissolvem e o crítico pode mostrar, não por meio de formulações genéricas, mas no concreto das referências, como o tecido da obra literária é uma encruzilhada secular na qual vem bater toda a aventura espiritual do Ocidente. (CANDIDO, 1992, p. 103)

Tal estratégia, barroca em si mesma, busca, segundo Antonio Candido (1992, p. 103), “[...] captar o próprio ritmo da história literária e cultural” no nível da escrita. Pode-se aplicar a Sérgio Buarque a mesma análise que ele fizera de Ranke quando observara que uma determinada idéia de história parecia demandar daquele historiador até mesmo um vocabulário específico. Antonio Candido sugere um estudo nessa direção:

Mais importante, no entanto, é o estudo da obra propriamente dita, feita por Sérgio segundo um método que abre novas perspectivas à historiografia literária no Brasil e que poderia ser denominado “pesquisa da constituição do texto”. Não se trata da análise típica, voltada desde a busca do conhecimento de sua estrutura, mas de uma análise que parte do texto e se expande para fora dele, procurando vincular as suas expressões, os seus temas, a sua visão de mundo a fontes e análogos, de maneira a situá-lo num vasto tecido de cultura que mostra ao mesmo tempo a sua singularidade e a sua integração em contextos gerais. (CANDIDO, 1992, p. 104)

A observação de Antonio Candido é sagaz. Se, por um lado, trata de chamar a atenção para algo ainda inédito — uma “pesquisa da constituição do texto” sergiano — por outro distingue tal pesquisa “do conhecimento de sua estrutura”. É certo que Candido pretende um afastamento das análises estruturalistas *stricto sensu* dos anos 1960, mas tampouco parece sugerir a compreensão da escrita apenas pelo seu contexto.

Para além da idéia de escrita como arte ou da escrita compreendida por sua exterioridade, o texto é ele próprio um contexto. Sobre a narrativa de Sérgio Buarque, Maria Odila Dias comenta argutamente:

A busca constante da objetividade e da precisão impeliu-o a criar um método próprio de reconstituição dos diferentes ritmos do tempo no processo do devir, no qual as sutilezas do estilo narrativo fazem as vezes de modelos teóricos e conceitos intelectualistas. [...] Estudar as relações entre o estilo e a interpretação histórica em seus livros é um verdadeiro desafio intelectual, pois afloram os problemas mais vitais e mais contemporâneos na discussão da natureza do conhecimento histórico e

dos métodos de representação do passado, entre os quais avulta o estudo do papel que desempenha a construção da narrativa nos processos de interpretação históricos. (DIAS, 1985, p. 9)

A autora aponta para a nossa hipótese quando nomeia a relação método/escrita. Trata-se da passagem em que se refere ao “estilo narrativo” tornado modelo teórico. Em outras palavras, na construção da narrativa histórica se desdobraria um modo singular de representação do passado. Embora a passagem seja breve, o tema que Maria Odila Dias coloca em tela não é outro senão a discussão sobre o estatuto epistemológico da narrativa historiográfica. Em Sérgio Buarque de Holanda, a autora captou o manejo de uma escrita que não se descuida da busca da objetividade. De certa maneira, toda a discussão sobre a escrita sergiana encontra aí o seu limite: a necessidade de qualificá-lo como crítico ou historiador, ou mesmo de indicar o perfeito equilíbrio, precede a cena e determina a análise. Esbarrando na demarcação clássica entre ciência e literatura ou letras e *hard science*, parece praticamente impossível romper com os limites que cada campo de conhecimento impõe como próprio e alheio. De qualquer maneira, os autores aqui trabalhados, se não avançam significativamente para longe desse paradigma, pelo menos acabam por conformar uma espécie de “mal-estar”.

Assim, a escrita de Sérgio Buarque vai-se desenhando através dos comentários que não parecem promover uma unidade. É exatamente nessas análises de autores canônicos sobre outro autor canônico que se acumulam questões não respondidas. Nesse sentido, é necessário teorizar sobre aquilo que foi considerado apenas um estorvo, sem maiores ônus para a compreensão do *corpus* da obra. Trata-se de colocar o estorvo como central e torná-lo nosso problema. Voltado ao campo da literatura, nosso olhar se torna enviesado

porque não abandona, por outro lado, a formação básica na história e, em especial, enfatiza a historiografia.

Traduzindo a hipótese deste trabalho, trata-se de afirmar, com Pedro Meira Monteiro (1998, p. 1), que, “na melhor tradição alemã, a resolução do problema da compreensão na obra do historiador não se faz senão pelas palavras, através delas e mesmo nelas”. Se há uma metodologia em Sérgio Buarque, ela só seria acessível ao se indagar: como seu discurso constrói seu assunto ao se construir?

A proposta de Pedro Meira Monteiro se coloca dentro de uma discussão bastante recente, como uma espécie de resposta ao comentário de Antonio Candido sobre a necessidade de uma pesquisa do texto sergiano. O trabalho intitulado “Sérgio Buarque de Holanda e as palavras”, de 1997, é originário de uma palestra e, como tal, tem seu escopo limitado. No entanto, é suficiente para ressaltar que a questão da escrita e mesmo a filosofia da linguagem já eram preocupações do autor. Pedro Meira Monteiro recupera tal questão retomando a polêmica entre Sérgio Buarque de Holanda aos historiadores em questão. Na ocasião, os historiadores traduziram, num estudo sobre a colônia, a expressão “gente policiada” como “gente sob controle”, e, segundo Sérgio Buarque, a correta tradução deveria ser “civilizada”, “cultivada”. O artigo de 1973 de Sérgio Buarque de Holanda, intitulado “Sobre uma doença infantil da historiografia”, trata, portanto, da importância das palavras e enfatiza o caráter arbitrário e histórico dos vocábulos. Pedro Meira, através da recuperação do debate, propõe, de um lado, demonstrar que a questão da linguagem não era ignorada por Sérgio Buarque. De outro, o próprio autor submete suas preocupações de historiador às de Sérgio Buarque, numa espécie de mistura das

falas, desdobrando em um jogo “[...] de quem fala o que através de quem?” (MONTEIRO, 1998, p. 6). Tal perspectiva é invocada a partir da página 6 do artigo, quando, então, Pedro Meira abandona a “marcação mais colada” e as afirmações seguintes parecem unissonantes com as de Sérgio Buarque de Holanda. Do ponto de vista metodológico, o artigo de 1973 de Sérgio Buarque e o de Pedro Meira demonstram a importância da filosofia da linguagem e deságuam numa leitura bastante próxima a certos fundamentos de Quentin Skinner: aqueles que dizem respeito à reprodução dos contextos nos quais certas falas ou escritos são produzidos, na tentativa de se atingir o sentido atribuído à época da forma mais real possível.

Ao mesmo tempo, trabalhando com o arquivo da Unicamp, Pedro Meira Monteiro reproduz algumas preocupações de Sérgio Buarque e, se não concede uma resposta cabal sobre como lidar com a linguagem, deixa claro que essa era uma questão tão importante quanto o próprio arquivo para Sérgio Buarque de Holanda. Uma das questões mais centrais do texto de Pedro Meira é a tensão apresentada por Sérgio Buarque, e também por ele próprio, entre a busca pela objetividade e o mundo da linguagem. Os historiadores — ao buscarem a objetivação e ao imaginarem a linguagem como meio — petrificam o “mundo das palavras”. O resultado é o revés da intenção: a possibilidade de anacronismos aumenta. Portanto, a tentativa de controle do sentido das palavras não ajuda o historiador, que está condenado a lidar com um terreno “movediço” — para usar um termo de Maria Odila Dias (1985). Por outro lado, é clara a presença do viés hermenêutico em Sérgio Buarque: embora surja de forma indireta, parece ser fundamental em seu pensamento e em sua escrita.

Nessa linhagem, mais dois trabalhos merecem ser comentados: “Decifra-me ou te devoro: as metáforas em *Raízes do Brasil*”, de Edgar DeDecca (2000), e a coletânea “Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura”, organizada pela professora Sandra Jatahy Pesavento (2000).

O texto de Edgar DeDecca explora mais especificamente as metáforas do texto sergiano em *Raízes do Brasil*. Além de tratar dos “jogos de metáforas”, DeDecca apresenta como a principal chave para o entendimento dessa obra a relação que Sérgio Buarque de Holanda “[...] estabelece entre história e vida, sendo a última um processo gradual de conhecimento através de experiências, a experiência pessoal, imediata e a história, que teria uma afinidade com a arte [...]” (DEDECCA, 2000, p. 3). As possíveis conseqüências das observações de DeDecca poderiam ter dirigido a pesquisa para as filiações alemãs, que demonstram a força do projeto hermenêutico de empatia ou mesmo da linhagem humboldtiana sobre os “quadros da natureza”. O texto enfrenta os jogos metafóricos de conceitos binários, como “fronteira e semeadura”, ou ainda a idéia/metáfora de uma cultura “dobrada” para fora. Por fim, DeDecca produz alguns comentários cruzando o uso de metáforas em Sérgio Buarque de Holanda e em outros autores, como Gilberto Freyre e Paulo Prado. O artigo possui, sem dúvida, o mérito de um estudo quase técnico, mas não menos importante quando o assunto é a escrita de um historiador. Embora não se perceba uma teoria da linguagem que subjaz ao estudo, nem mesmo uma discussão sobre a metáfora como conceito, é necessário observar tal texto como pioneiro. Nossa historiografia, imbuída do padrão documental e quase avessa aos debates que se travaram no solo anglo-saxônico, deixou para a filosofia as reflexões sobre a epistemologia da

história. Só muito recentemente começou a promover uma discussão que envolve a linguagem de forma mais intrínseca à escrita historiográfica.

Diferentes, contudo, são os trabalhos reunidos em *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*, publicados sob a coordenação da professora Sandra Jatahy Pesavento em 2000. A obra difere não só em termos quantitativos — já que a coletânea apresenta uma maior variedade de pontos de vista —, mas também pela abordagem que enfatiza o caráter epistemológico do diálogo entre literatura e história. O que nos parece novo e quase iconoclasta nessa coletânea é a ousadia das abordagens, como, por exemplo, o texto de Roberto Vecchi, intitulado “Ratos cordiais e raízes daninhas”, que cruza a leitura de *Os ratos*, de Dyonélio Machado, e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque.

Esse aspecto “escorregadio”, ou mesmo a certa desunidade, longe de indicar um defeito, pode se compreendido como índice de excelência. As chamadas “grandes obras” apresentam, no geral, a capacidade de fugir de seu contexto de origem, gerando uma lista de interpretações que se estendem no tempo e no espaço. Nas palavras de Antoine Compagnon (1999, p. 82), “[...] uma obra [...] deve ser descrita como o produto de uma acumulação, isto é, a história de suas interpretações pelos leitores, até o presente”. Poderíamos, com efeito, prescindir do termo “acumulação” em favor da expressão “conflito das interpretações”. Dessa forma, seríamos mais fiéis à natureza do processo que constitui qualquer fortuna crítica. Tal processo é menos uma soma entre elementos do mesmo conjunto e mais um campo de polêmicas, de disputas em torno de uma definição

que se pretende, ilusoriamente, como última.² No caso de Sérgio Buarque, sublinhamos que a história nunca pode ser remetida a um plano universal; pelo menos não àquele das histórias nacionais, nem àquele reivindicado pelas grandes filosofias da história. Para ele, não se trata, nunca, de desvendar uma lógica oculta ou um segredo subjacente às estruturas: trata-se de compreender a “teia de significados”, para usar a expressão de Clifford Geertz³ (1989), de possibilitar a “compreensão”, no sentido da sociologia alemã de Dilthey (1996), ou, ainda, de enunciar o “fato social total” de Marcel Mauss (1979).⁴ Embora as filiações de Sérgio Buarque encontrem ecos do historicismo alemão⁵, das correntes da hermenêutica, da etnologia de Koch Grünberg, da historiografia francesa de Marc Bloch e de Lucien Febvre, parece ainda difícil estabelecer qual teoria perpassa sua obra.

Assim, reafirmamos que compreender a história é compreender a construção de sua escrita, porque não há história fora dos textos escritos. Se a assertiva tem caráter geral, em Sérgio Buarque a afirmação ganha especial atenção, não só pelas suas filiações, mas também pelo aspecto canônico de sua obra. Nesse sentido, os textos canônicos historiográficos são um desafio à análise que pretendemos.

² Aqui se coloca, evidentemente, a questão da validade das várias interpretações. Na literatura, tal problema se coloca em especial com o conceito de “obra aberta”, conforme Umberto Eco. Na história, as questões apresentam outros meandros que ficarão expostos quando da discussão sobre o *Linguistic Turn* e a História.

³ O conceito de “teia de significado” de Clifford Geertz (1989) se refere ao conceito semiótico de cultura, segundo o qual o significado é tramado culturalmente e depende da compreensão do sistema.

⁴ “Fato social total” é um conceito do antropólogo Marcel Mauss (1979) que foi elaborado em *Ensaio sobre a dádiva* e pode ser compreendido como fatos que exprimem toda uma sorte de fenômenos sociais a um só tempo e num tempo só.

⁵ O conceito de historicismo permite várias interpretações. Tal como é utilizado por Fernando Novais, corresponde àquilo que o próprio Sérgio Buarque de Holanda chama de historismo. No primeiro termo caberiam os tipos de história que “propõem previsões históricas”; ao segundo termo corresponderiam as abordagens que guardam uma relatividade quanto aos seus constructos e que não propiciam, portanto, a produção dos universais em história. Para melhor compreensão, ver Meinecke (1943). De Sérgio Buarque, consultar, em especial, a Introdução de *Ranke* (1979b). Segundo essa concepção, a apresentação de um novo paradigma muitas vezes não se dá pela incompreensão de seus termos ou de sua arquitetura teórica, mas por uma invisibilidade que se instala dentro do próprio sujeito do conhecimento.

Uma vez que o processo de canonização tenha ocorrido disciplinarmente na história, e dado que a historiografia se balize por uma matriz que privilegia a versão da história documental, uma análise do texto sergiano, menos como estilo e mais como “estrutura”, encena uma outra possibilidade. Nosso lugar está, portanto, desde já, inscrito num pressuposto que ordena o problema como duplamente instalado. Se até o presente momento apontamos as questões da escrita em Sérgio Buarque de Holanda, agora é o momento de pensar como ler tal escrita. Em outras palavras: trata-se do método.

1.2. Do ler

Em primeiro lugar, nosso objeto é um texto escrito. Em solo historiográfico, tal afirmação levaria imediatamente ao levantamento do contexto. Em geral, os historiadores discutem muito pouco tal conceito e tomam com naturalidade a idéia de que o contexto explica o texto. Esse pensamento, é verdade, também se aplica a uma parcela significativa dos estudos literários, mas, na história, o contextualismo não enfrenta outra metodologia e, portanto, sequer é reconhecido como tal. O que muda é o que se entende por contexto. Em alguns casos, pode ser a economia, em outros a cultura, a despeito das críticas que apontam aí um reducionismo. De qualquer maneira, todo contexto implica um recorte e uma ordenação causal mais ou menos ampla.

Assim, todas as “coisas” assentadas sob o crivo da análise histórica devem ser “colocadas dentro do seu contexto histórico”. Em se tratando de textos, o terreno não se

altera: um texto deve ser compreendido em seu contexto histórico, o que, resumidamente, significa que devem ser consideradas as condições nas quais foi produzido. A partir dessa avaliação, pode-se depreender o seu sentido último. No que tange à historiografia, o contextualismo concede o estatuto de meio à construção verbal. No máximo importará ao historiógrafo que a linguagem acuse a falha do autor ao deixar vazar seu próprio juízo de valor, suas predileções políticas ou pessoais, passíveis de revelar situações sociais, como de classe. De resto, o contextualismo faz do texto tábula rasa e preconiza a relevância de se averiguar o rigor das fontes e o embate das forças sociopolíticas da época em questão. Se, para alguns, parece indiscutível que a determinação externa é a fonte de toda explicação do que se “escreveu sobre”, para outros essa afirmação conduz a inevitável embaraço lógico.

É que, nesse modelo, o contexto é tratado como causa (condicionante) e os textos como seu resultado. Dessa maneira, a formulação de que “tudo deve ser lido no seu contexto” é bem mais complicada, pois implica, sem o dizer, uma relação de causa e consequência. O engano lógico reside em afirmar que a “realidade” produz textos, mas o inverso não pode ser verdadeiro. A aceitação do contexto nesse nível de determinação pode produzir aquilo que Quentin Skinner chamou de “resultado paradoxal”, já que “[pode] suscitar, nos historiadores das idéias, o pânico diante da suspeita de que, depois de tudo, seu tópico talvez não ‘exista’ realmente” (SKINNER, 2000, p. 182, tradução da autora).⁶ Em outras palavras, o contexto pode se tornar equivalente a causas condicionantes e suficientes. No entanto, desde Weber e da teoria da sociologia

⁶ “[...] suscitar el pánico de los historiadores de las ideas ante la sospecha de que, después de todo, su tópico tal vez no ‘exista’ realmente”.

compreensiva alemã, sabe-se que o conhecimento das causas de uma ação (ou da escrita de um texto) não equivale à compreensão da ação em si mesma ou, no caso, do texto.

Contudo, imaginando a situação anterior, em que o historiador considera o “contexto” como seu aliado de primeira linha, e suspendendo nossa crítica mais imanente, passemos ao nosso objeto para alinhar uma outra fonte de problemas, esta de caráter mais histórico (embora não deixe de ser epistemológico). Trata-se da aplicação da idéia de contexto à leitura de textos historiográficos canônicos (ou clássicos). Ao analisar Sérgio Buarque de Holanda, aceitando sem hesitação que seu texto “deve ser lido no contexto”, seremos obrigados a considerar que grande parte de nossas idéias sobre o Brasil (nosso “contexto”) foi gerada a partir dos textos desse autor. Desta feita, seguindo a linha de Dominick LaCapra (1983), não há como estabelecer exatamente uma separação entre “fora” e “dentro” do texto (texto/contexto). Para Skinner, o contexto nesse modelo não passa de um ardil:

Desse modo, o historiador das idéias acaba presenteando-se com algo que não é melhor que a famosa charada do ovo e da galinha, enquanto o historiador da ‘realidade’, mais teimoso, felicita-se por haver menosprezado um exercício tão pouco proveitoso (SKINNER, 2000, p. 182, tradução da autora)⁷

As críticas ao contextualismo levam a tomar o conceito de contexto como algo mais complexo do que em geral os historiadores compreendem. Não duvidaríamos de que o contexto contribuiria para a melhor leitura de um texto. Contudo, talvez seja mais instigante trabalhar com uma noção mais inflacionada de texto e contexto. É bem

⁷ “[...] de tal modo, el historiador de las ideas termina por regalarle algo que no es mejor que el venerable acertijo del huevo y la gallina, mientras el historiador de la ‘realidad’, más testarudo, se felicita por haber menosprezado un ejercicio tan poco provechoso”.

provável, por exemplo, a existência de muitos contextos para um mesmo texto. Um autor pode ler o contexto de forma não unificada, total, e o seu texto pode ser uma tentativa de resposta a um ou vários problemas. Em resumo, um texto historiográfico não se furta às esquinas das letras.

A versão textualista, por sua vez, comunica em reverso os problemas do contextualismo. Fugir aos problemas do texto, imaginando um “fora” redentor, agora se metamorfoseia no absoluto da “metafísica da textualidade” (FRAZER, 1985).⁸ Segundo essa corrente, pós-estruturalista e pós-moderna, um texto deve ser lido sem nenhuma referência externa ou costumeira.

O desconstrucionismo também liberta o texto da tirania do que é chamado “contexto” — o contexto dos eventos, das idéias e convenções que informam o texto não apenas para o autor, mas também para os leitores contemporâneos. “Nada fora do texto”, proclamou Jacques Derrida. E o texto é ele próprio indeterminado, porque a linguagem não reflete ou corresponde à realidade; não há correspondência entre linguagem e fato, entre palavras e coisas. De fato, não há fatos sem que haja linguagem — isso explica por que “fato” no discurso desconstrucionista aparece normalmente entre aspas. Além disso, a linguagem é ela mesma “ambígua”, “hermética”: deve ser “decodificada” antes que possa conter qualquer significado. E não existe nenhum código mais correto que outro, nenhuma leitura ou interpretação do texto que tenha mais autoridade que outra. Essa interpretação é “indeterminada”, como o próprio texto. (HIMMELFARB, 1989, p. 665, tradução da autora)⁹

⁸ O modelo textualista, antes do pós-estruturalismo, associava-se à corrente filosófica que identificava problemas “intemporais” a partir de “idéias universais”. O texto clássico de Skinner (1969), *Meaning and understanding in the history of ideas*, parte desse paradigma. Depois do pós-estruturalismo, o textualismo passa a identificar-se com as teorias sobre a autonomia da linguagem, em especial a de Derrida, em *Gramatologia*. Para uma boa síntese, ver Toews (1987).

⁹ “The deconstructionist also liberates the text from the tyranny of what is called ‘context’ — the context of events, ideas, conventions, which informed the text not only for the author but the contemporary readers. ‘Nothing outside the text’, Jacques Derrida has proclaimed. And the text itself is said to be ‘indeterminate’ because language does not reflect or correspond to reality; there is no correspondence between language and fact, between words and things. Indeed there are no facts apart from language — which is why ‘fact’ in deconstructionist discourse normally appears in quotation marks. Moreover language itself is ‘duplicious’, ‘cryptic’: it has to be ‘decoded’ before it can convey any meaning. And since there is no single correct code, no reading of the text, no interpretation, has any more authority than any other. This interpretation is as ‘indeterminate’ as the text itself.”

Gertrud Himmelfarb é uma crítica contumaz da vertente textualista e também do desconstrutivismo aplicado à história. Nessa perspectiva, a linguagem não apenas molda a realidade, mas a constitui a partir de um sistema de “significantes” cujos significados são determinados unicamente na relação de uns com os outros, numa cadeia infinita e incerta de deslizamentos contínuos. Na seqüência, a historiografia se reduz drasticamente a “um subsistema de signos lingüísticos, constituindo seu objeto, ‘o passado’” (TOEWS, 1987, p. 882, tradução da autora),¹⁰ de acordo com as regras de pertencimento — a *prisionhouse of language*¹¹ habitada pelo historiador. De fato, a versão textualista oferece possibilidades infinitas, já que o domínio dos significados aparece totalmente liberto. O reificado “mundo” dos fatos se desvanece, mas reenvia sua força à autonomia da linguagem.

Embora importantes, as afirmações dos textualistas são excessivamente simplistas. No caso de um texto historiográfico, a insistência no modelo textualista anularia a sua natureza histórica e o igualaria ao texto ficcional. Se considerarmos os modelos na sua radicalidade, as formulações anteriores desembocariam inevitavelmente num dilema. Entretanto, as diretrizes do textualismo são bem-vindas, na medida em que nos indicam que o “mundo” deve ser lido como “texto”, já que chega a nós como tal. Tem-se, então, que o contexto “nunca explica o texto no sentido de prover a essência daquilo que é sua

¹⁰ “A subsystem of linguistic signs constituting its object, ‘the past’, according to the rules pertaining in the ‘prisionhouse of the language’ inhabited by the historian”.

¹¹ Tal expressão se refere às teorias contemporâneas ligadas sobretudo ao desconstrutivismo, que afirmam que a linguagem constrói o mundo. Segundo alguns autores, os desconstrutivistas levaram a discussão a um beco sem saída, no qual a realidade é concebida como uma rede de significantes que nunca remete ao real, senão a si mesma. Ver Jameson (1972) e especialmente Roth (1995).

aparência ou a causa de seu efeito ou a realidade de sua representação” (TOEWS, 1987, p. 886, tradução da autora).¹²

Por outro lado, o aspecto documental também não pode ser pensado em seu caráter meramente demonstrativo, deve ser tomado como um material “ativo”. Escolhido pelo historiador, o documento requer do leitor uma reavaliação do sentido que teve no passado, tanto para o historiador quanto para o leitor colocado no presente. O documento, embora possa ser “verdadeiro” ou válido segundo o critério das “fontes”, deve ser sempre repensado em função das novas questões colocadas pelo presente. Isso não significa atualizar o presentismo¹³ histórico, mas sugerir que a história poderia ter sido outra. A perspectiva esbarra inevitavelmente no perigo do anacronismo, mas traz uma possibilidade diversa ao historiógrafo ao confrontá-lo com o passado de forma dialógica, e não revelada. Nesse sentido, o “passado” poderia ser plural enquanto possibilidade; o que ocorreu perderia sua imanência se fosse a única coisa que poderia ter acontecido. Importa, de fato, levar o historiador, e mesmo o leitor, a imaginar uma outra história, uma outra versão.

O conceito de dialogismo de Mikhail Bakhtin (2002) é um importante dispositivo conceitual para a leitura de textos. O dialogismo distingue-se do diálogo porque pressupõe uma via de mão dupla entre os agentes da enunciação que povoam a cena discursiva. Na literatura, tal conceito abarca uma variedade de níveis, como o da relação entre leitor e autor ou, no caso intratextual, as várias vozes dos personagens de um

¹² “Never explains the text in the sense of providing the essence of its appearance or the cause of its effect or the reality of its representation.”

¹³ O presentismo histórico afirma que o passado é sempre o resultado de um questionamento do presente. O historiador observa o passado do ponto de vista do presente, o que resulta numa visão de história relativista e sempre parcial. Ver Adam Schaff (1995).

romance e seu narrador (representando pontos de vista distintos). Como tal, o dialogismo pode ser considerado menos uma metodologia e mais um instrumento heurístico, capaz de auxiliar em tratamentos intertextuais (análises horizontais) ou presidir ao estabelecimento da cena entre o passado e o presente, revelando outras vozes.¹⁴ O dialogismo remete à desmontagem da “totalidade” do texto anterior, projetando suas tensões e contestações internas, sem que isso signifique desqualificar o texto do ponto de vista de seu arsenal documental.

[A abordagem dialógica] não postula uma antinomia entre ler e interpretar, entre a hermenêutica e a poética, o trabalho e o lazer. Ao contrário, o dialogismo toma aquelas relações como problemáticas, ao investigar a possibilidade e os limites de sentido no passado rumo ao presente e ao futuro. (LACAPRA, 2000, p. 69, tradução da autora)¹⁵

As leituras contextualistas, independentemente do conceito de contexto que utilizam, assim como as textualistas, seriam excessivamente monológicas, na terminologia bakhtiana. O contextualismo poderá, no máximo, alargar o conceito de documento ou expandir as perguntas que o historiador formula e, mesmo nesse caso, o resultado nunca passará de um diálogo. No textualismo o caminho surgirá, talvez, mais ampliado pela

¹⁴ Não se trata de “uma história dos vencidos”, pois essa continua no interior de uma lógica binária que apenas inverte as posições.

¹⁵ “[...] does not postulate an antinomy between reading and interpretation, hermeneutics and poetics, work and play. Rather, it takes those relations to be problematic as it investigates the possibility and limits of meaning in the past in its bearing on the present and the future.”

ilusão promovida por uma leitura que nada deixa em suspenso e tudo parece preencher.

O caráter monológico emerge de sua irrefutabilidade.¹⁶

Diante dessas observações sobre os textos historiográficos, é possível recolocar a frase “do que realmente aconteceu” no interior dos textos e com relação aos processos de leitura. Estamos aqui no terreno da discussão sobre a canonização. Se, por um lado, tais processos envolvem os tratos do poder, por outro, e este é o nosso caso, sua continuidade é assegurada pela permanência dos problemas que colocam ou a que respondem. Reconhecido nessa galeria, Sérgio Buarque de Holanda tem aí seu assento garantido. Nosso trabalho passa, portanto, pela pergunta “do que aconteceu no texto”, restabelecendo uma história que, estando lá, no texto, torna-se território de tempos diversos. Não nos apartamos do material documental. No entanto, o conceito de dialogismo nos alerta para os limites de uma outra responsabilidade, já que a idéia de arquivo perde sua obviedade e nos obriga a pensá-lo em confronto com todos os outros itens: a voz do historiador, colocada em terceira pessoa, vai guiando a construção da cena e instaurando a entrada de outros materiais, desenhos, vozes reprimidas, notas, gráficos. Assim, o leitor acerca-se de um território a ser mapeado.

¹⁶ O conceito de irrefutabilidade surge na discussão que Popper empreende sobre as condições necessárias a uma teoria para se caracterizar como ciência. A questão de fundo enfrentada por Popper e outros autores do Círculo de Viena era, de um lado, a metafísica enquanto discussão filosófica sobre o conhecimento, e, de outro, uma visão bastante ingênua do positivismo sobre a indução e a empiria como condições que asseguravam o cientificismo. Popper reconstrói os critérios que separariam ciência e pseudociência. A condição de irrefutabilidade afirma que um enunciado científico deve possuir uma construção lingüística lógica que permita sua refutação. Assim, ao contrário dos indutivistas, que defendiam a construção dos universais em ciência a partir das somas das experiências, Popper defendeu uma lógica inversa: buscar a prova indireta. O exemplo que utilizou foi a frase: “Todos os cisnes são brancos”. Enquanto a lógica indutiva buscava somar experiências para se chegar àquela afirmação, Popper mostrou que a montagem da frase permite verificar sua condição pelo método inverso: do universal ao particular. Seria necessário, portanto, apenas um cisne negro (ou de outra cor) para demonstrar que o universal pretendido é falso. O enunciado pode, assim, ser desmentido, porque formulado através do *modus tollens*, ou modo indireto (POPPER, 1982).

CAPÍTULO 2

História e Literatura

Vivemos para frente e compreendemos para trás.
(Kierkegaard)

Não era problemática como hoje a relação que a história e a literatura mantiveram entre si até o final do século XVIII. A história pertencia ao gênero literário ou era considerada uma atividade de antiquário, associada à erudição. Os antiquários se dedicam às ciências auxiliares, buscando textos (não religiosos) da antiguidade, à arqueologia e à numismática. Deles se origina, segundo Furet (1979), não a história enquanto disciplina, mas o “fato histórico” como material fundamental para a história moderna dos séculos XIX e XX. Enquanto o antiquário busca a verdade ao tentar distinguir nos textos e documentos o verdadeiro do falso, o gênero histórico caminha na direção contrária:

Constitui um gênero literário, do qual uma das regras é precisamente excluir qualquer referência ao aparelho crítico e às “provas”. [...] a história é uma narrativa continuada, que não se incomoda com originais e que apresenta ao mesmo tempo uma lição de moral e uma forma regular e ornamentada. A história perdeu sua rigidez do conteúdo, mas conserva todas as suas regras estéticas e morais. É um trabalho de escritor. (FURET, 1979, p. 111)

Nessa tradição, autores como Gibbon e Thierry nunca manifestavam dúvidas ao se definirem como literatos, próximos a uma linhagem clássica como a épica ou a tragédia (GOSSMAN, 1990, p. 3). Sua escrita histórica era vista mais como arte da argumentação e da apresentação do que como texto investido de pretensões investigativas e seus problemas se endereçavam mais à retórica do que à epistemologia. Foi dessa forma que usaram suas escritas em polêmicas políticas. Thierry, por exemplo, defendeu que a

história não equivalia ao passado, mas era a construção literária de um escritor altamente engajado na política:

A vocação que eu defendo... com todo o ardor da jovialidade, era não aquela de lançar uma luz solitária sobre algum aspecto pouco conhecido da Idade Média, mas de estabelecer, para a França do século XIX, o padrão da reforma historiográfica. Reforma do estudo da história, reforma da maneira como a história é escrita, guerra de escritores sem erudição que falharam em ver, e os escritores sem imaginação que falharam em retratar. (THIERRY *apud* GOSSMAN, 1990, p. 89, tradução da autora)¹

A citação ilustra certa formação que conferia à escrita histórica um papel heróico, cujo apogeu é alcançado com Michelet. Se o século XVIII precisou um tipo de história, no caso francês essa escrita orientou-se no sentido de aprofundar o singular, mas não necessariamente marcou ou indicou a futura ruptura entre história e estória.

A separação entre a história-antiquário e a história-literatura (belas-letras) muda seus padrões diferenciais com o advento do Iluminismo e de seu discurso racionalista (LIMA, 1989). Será somente ao longo do século XIX que a história promoverá lentamente sua ruptura com a literatura, expressa também na mesma ordem discursiva de seu tempo, como uma necessidade dos tempos do progresso em direção ao conhecimento objetivo. O verbete Larousse Encyclopédia esclarece:

História e Literatura: Ao longo do século XIX, como consequência do progresso da erudição e da preocupação com o rigor crítico, houve uma reversão confirmada no século XX: a solicitação do conhecimento venceu as preocupações estéticas e a história abandonou a literatura no sentido de se tornar uma disciplina autônoma. (*apud* ORR, 1986, p. 2)

¹ "The vocation I embrace... with all the ardor of youth was not that of casting a solitary light on some little-known corner of Middle Ages but of planting for the nineteenth-century France the standard of historiographical reform. Reform of study of history, reform of the way history is written, war of writers without learning who failed to see, and the writers without imagination who failed to depict."

A citação pretende, de fato, registrar e decretar a origem da ruptura como uma necessidade intrínseca da natureza do progresso a partir não do antiquário, mas do abandono das belas-letas. Na referência a uma espécie de luta do conhecimento superior da ciência (real) contra as formas inferiores (irreal), estava dado o primeiro passo para a separação entre história e literatura. No entanto, o verbete não é contemporâneo ao período do qual tratamos e, nesse caso, sua função se inscreve num processo discursivo que decreta uma fundação *a posteriori*. Impregnada do espírito daquilo que veio a ser consagrado como história, tal definição, que é também uma explicação do tipo causa/conseqüência, promove a ruptura para trás, num movimento aparentemente harmonioso. Por isso, ao contrário do que poderia imaginar um adepto da evolução das ciências, história e literatura não ampliaram suas diferenças, mas mantiveram aqui e ali pontos de uma “delicada relação”.

Embora também na mesma época (século XVIII e início de século XIX) a literatura estivesse se redefinindo, o mal-estar de origem parece incomodar particularmente à história. De fato, preocupada com a fundamentação nos moldes cientificistas da época, a história precisava, antes de tudo, livrar-se de todo caráter ficcional associado à literatura e adquirir um novo estatuto que lhe garantisse o difícil acesso à comprovação, mesmo que indiretamente.

O que está em jogo é sobretudo uma nova maneira de conceber o “real” ou a “realidade”. Até o início do século XVIII, o “real” não suscita problemas, uma vez que, pensado no quadro escolástico, reflete ou deve refletir um conjunto de “universais” correspondentes à verdade, a qual não é, por sua vez, feita de objetos específicos que podem ser acessados através dos nossos sentidos. Isso explica, em parte, a justaposição

entre história e literatura na exata razão em que ambas tratavam da natureza humana, sempre imutável e repetível. Com a ruptura desse tipo de realismo, surge na literatura um novo gênero: o romance moderno, dotado de um realismo “formal”, obtido por procedimentos que envolvem um relato mais detalhado dos personagens, de suas individualidades, dos lugares da ação etc., com ênfase na originalidade (WATT, 1990).

Nesse novo cenário, em cujos bastidores Descartes, Locke, Hume e mesmo Berkeley pensam uma nova filosofia, a história também se movimenta, mas em outra direção. Seu destino se formalizará não no “realismo formal”, mas terá pretensões científicas. Se não existiam os “universais” imutáveis da escolástica medieval, tratava-se de um outro recorte — o das leis de funcionamento do universo. Nesse sentido, afastar-se da literatura significou, para a história, o primeiro movimento necessário para sua integração no conjunto das disciplinas científicas. Do “realismo formal” a história rejeitará o “formal” e manterá a idéia de expressar o “real”.

A definição do objeto da história como pertencente ao campo do acontecido parece não ter promovido polêmicas internas. Já o método, que viabilizaria a prática científica nos moldes mais canônicos de uma ciência, dividia os historiadores. De fato, é possível entrever que, mesmo após sua modelação no paradigma cientificista e positivista do século XIX, restava sempre ao conhecimento histórico a discussão sobre sua particularidade no exercício daquele modelo. De um lado, tratava-se da polêmica relativa ao acesso ao passado e de como proceder no caso da impossibilidade do experimento. De outro lado, a discussão desafiava o conhecimento histórico — que se pautava no particular — a formular leis e regras gerais.

Deste impasse é possível se afirmar que a formulação da história-disciplina de pretensões acadêmicas se apoiou no modelo documental e respondeu aos maiores problemas, colocados acima, através do “arquivo”. Tal proposta não fez desaparecer outras maneiras de se pensar a história, mas naquilo que diz respeito à institucionalização da história e naquilo que será o índice de separação entre história e literatura, parece ser consensual que o “fato histórico” consubstanciado no “arquivo” prevaleceu sobre os demais² projetos de se ler e entender a história. A ascensão da história à “ciência-disciplina” não se deu, contudo, de forma rápida. A lenta ruptura que acompanhou o afastamento da história em relação à literatura também se fez de maneira gradativa. O caso alemão é bastante exemplar. No início do século XIX, a fundação da Universidade de Berlin propunha reunir, em um só modelo, a antiga versão da *bildung* e a *wissenschaft*: instrução do espírito e formação científica. O fundamento desta universidade encontrava na pesquisa o elemento novo para colocar em movimento seu novo projeto. Nesse contexto, Ranke é convidado a ensinar na Universidade de Berlin, em 1825. Contudo, é necessário lembrar:

A concepção de história de Ranke como uma ciência rigorosa é caracterizada pela tensão entre a demanda explícita pela pesquisa objetiva, que rejeita, estritamente, todos os julgamentos de valor e especulações metafísicas e os implícitos pressupostos filosóficos e

² De acordo com Thomas Kuhn, de onde retiramos o conceito de paradigma, nas Ciências Humanas não haveria a predominância de um único paradigma, a exemplo das ciências físico-naturais, mas o convívio de vários paradigmas, o que seria a demonstração, inclusive, de um certo “atraso” das ciências humanas comparadas às naturais. Nossa afirmação, nesse sentido, não acompanha Kuhn. Não só as chamadas ciências humanas enfrentam muitas vezes a escolha de um paradigma como “principal”, como o contrário também poderia ser dito das ciências naturais. Em outras palavras, nestas últimas também outros modelos coexistem, embora não tenham visibilidade. Sobre paradigma, ver Kuhn (1979). Para uma outra discussão, ver Santos (1989).

políticos que, de fato, determinam sua pesquisa. (IGGERS, 1997, p. 25, tradução da autora)³

Os anos seguintes tornarão Ranke o pai da história-disciplina ou história profissional e darão privilégio à leitura metodológica rankeana, desconsiderando os outros matizes e as contradições de suas formulações. Voltaremos a este ponto mais adiante; por hora, basta anotar a ênfase no padrão documental que a história tomará. Se as outras histórias continuarão a existir, a história enquanto instituição assim se delineará.

Com relação ao paradigma positivista, a construção do modelo documental parecia responder às questões mais essenciais, ao mesmo tempo em que permitia aos historiadores aproximarem-se do ideal científico. Assim teremos o que, também em outras áreas da ciência, é chamado pelo nome geral (e por isso impreciso) de empirismo. Essa proposição, aplicada à história, afirma que o que os historiadores precisam saber sobre o passado é encontrado, através de evidências sempre disponíveis, num mundo considerado como objetivo e totalmente “externo” ao historiador. Isso significa que a observação da evidência deve ser realizada sem paixão, interesse ou pressuposições. Sem o acesso à evidência, o historiador estaria condenado a voltar ao seio da literatura e a considerar seu texto uma mera ficção. A importância dos documentos e sua crítica são o centro da produção historiográfica, e garantem sua imparcialidade.

Por mais simplista que possa parecer a afirmação empirista sobre a evidência, não se pode descartá-la ou subestimá-la. O problema se situa em outra esfera. O impossível acesso ao experimento é, de fato, questão relevante. No entanto, o impasse não reside aí,

³ “Ranke’s conception of history as a rigorous science is characterized by the tension between the explicit demand for objective research, which strictly rejects all value judgments and metaphysical speculations, and the implicit philosophic and political assumptions that actually determine his research.”

mas no fato de que o pensamento não surge da experiência.⁴ Pelo contrário, o pensamento nos habilita com conceitos e categorias para que, então, possamos organizar nossa experiência. Como aponta Wittgenstein, nosso registro sensorio não pode ser nossa garantia de verdade enquanto não confirmarmos em outras pessoas a mesma maneira de apreensão da experiência (MUNSLOW, 2000, p. 81). O que aqui se coloca é o eterno problema de que pessoas interpretam a mesma realidade em termos diversos. É possível dizer, contudo, que a formulação empirista não é aceita nos termos da ingenuidade daquela transparência completa⁵. A maior parte dos historiadores não aceita mais a premissa de um mundo transparente e disso resultam propostas de, mantendo-se o primado das evidências, estabelecer sob controle o caráter subjetivo da operação historiográfica.

Paralelamente à abordagem da evidência e de seu papel na construção da disciplina da história, discute-se a questão da natureza da história. Considerada por alguns autores como uma das questões mais importantes do desenvolvimento da história,

⁴ Tal discussão relaciona de forma crítica o estabelecimento da causalidade lógica em relação aos eventos da natureza física. O debate se tornou uma corrente filosófica conhecida como “ceticismo empírico”, cujo maior expoente é David Hume (1711-1776). Para Hume, a conexão lógica não derivaria da razão simples, mas se basearia numa espécie de experiência anterior estabelecida. Suas afirmações foram parcialmente contestadas por Kant, que, embora tenha considerado as afirmações de Hume como valiosas, promoveu uma crítica indicando que a sensibilidade não pode produzir um conhecimento seguro. Para Kant, seria necessário associar à via sensível uma crítica da razão (*a crítica da razão pura*) que apontasse as limitações daquele grau de conhecimento. As afirmações do “ceticismo empírico” abrem a discussão sobre a fragilidade da sensoriedade como fundamento para o conhecimento e são importantes no debate que se configurará no século XIX em torno da necessidade do estabelecimento de recursos externos para além do “senso comum”. Ver Lalande (1999).

⁵ Referimos-nos aqui à discussão que defende que todas as afirmações sobre algo sempre são feitas sobre o primado da experiência empírica e, ainda, que não há outra fonte de verdade para além da empírica. Tais debates já foram fortemente combatidos na área da filosofia, em especial na epistemologia. No campo da historiografia, onde a experiência não pode ser repetida e toda fonte de informação é sempre secundária, a discussão também ganhou contornos que apontam para uma refutação quanto ao empirismo. Contudo, formas ainda secundárias deste modelo persistem e podemos considerá-las como aquelas que enfatizam o chamado reconstrucionismo. São modelos que apostam na descoberta de novas fontes, ou em técnicas de avaliação de documentos já existentes. Para uma discussão no campo da filosofia, ver o clássico ataque ao empiricismo de Quine (1951). Para uma análise no campo da historiografia, ver Ankersmit (2001, cap. 1).

as conclusões desse debate promoveram profundas modificações no caráter intrínseco da disciplina histórica e do papel a ela atribuído em relação às outras esferas do conhecimento humano. De um lado, tinha-se a proposta posteriormente denominada de historicista e, de outro, a positivista. Ambas postulavam que os acontecimentos se davam numa ordem passível de conhecimento. No entanto, enquanto para os positivistas tal ordem conduzia à descoberta de leis semelhantes às que regem os fenômenos físico-biológicos, para os historicistas os acontecimentos não demandavam necessariamente o método aplicado às ciências físico-naturais e a questão se localizava em outro plano.

Segundo Iggers (1997), o historicismo era mais do que simples teoria, significava uma filosofia de vida que associava a ciência dos homens a uma maneira particular de conceber a ordem política e social. Tal perspectiva está profundamente vinculada à visão de história da intelectualidade alemã desde Hegel e que tem em Ranke sua formulação científica mais apurada. A importância dessa visão resulta na rejeição de uma hierarquia em que as ciências físico-naturais, quando comparadas à história, ocupariam um lugar de superioridade. De fato, na perspectiva do historicismo, a história é a mais importante forma de conhecimento humano ou, como disse Meinecke (*apud* IGGERS, 1997, p. 29), “[...] é o mais alto ponto do entendimento das coisas humanas”.

Ao lado das duas questões, sobre a natureza do conhecimento e sobre o problema da evidência, uma terceira condição permitiria à história fundamentar sua diferença em relação à literatura. Trata-se do tempo linear. Essa noção, na sua forma moderna, foi estabelecida quando se abandonou a concepção teleológica. Ranke defendeu que a história deveria entender o passado “como ele realmente se deu”. Ranke não foi exatamente um positivista, mas um historiador alinhado a uma versão historicista que,

embora não se confunda com a linhagem hegeliana da história da Idéia Universal, sustenta que a história tem uma ordem e um sentido passíveis de conhecimento.⁶ Para Ranke, a história

[...] não possui um *telos* que se possa descobrir e fixar fora dela. Enquanto tal, na história não domina nenhuma necessidade que possa ser percebida *a priori*. Mas, apesar de tudo, a estrutura do nexos histórico tem caráter teleológico. Seu padrão é o êxito. (GADAMER, 2004, p. 277)

A insistência no entendimento da história “tal como aconteceu” pode ser interpretada também como um apelo contra o anacronismo. A inauguração da linearidade temporal funda, segundo Ankersmit (2001), o modelo explicativo por excelência advindo do Iluminismo. Tal versão pressupõe dois componentes que não podem ser decompostos e que, juntos, segundo esse autor, formariam uma espécie de ontologia da escrita da história iluminista.

O primeiro desses componentes consiste em afirmar que o mundo é povoado de coisas materiais que se modificam apenas por causas externas.⁷ O segundo consiste em que a mudança pode ser explicada com o auxílio da “linguagem da causalidade”. Por “linguagem da causalidade” compreende-se um objeto que muda e que, ao mudar, causa efeito de mudança. Nesse sentido, a escrita histórica não poderia ser outra senão a da narrativa que predispõe as coisas numa corrente de causa e efeito. Tal estrutura, tida em geral como óbvia, expressa, ao contrário, um tipo específico de ordenação das coisas.

⁶ Sobre Ranke os estudiosos não são unânimes: “Ranke rejeitou a noção de uma filosofia da história que pressupunha um esquema de história universal, mas nem por isso deixou de defender que a história possuía uma coerência” (IGGERS, 1997, p. 4, tradução da autora). Ver também Holanda (1979b) e Gadamer (2004).

⁷ Essa é a versão, no campo da história, da filosofia da lei natural, para a qual o mundo é construído a partir de entidades que permanecem essencialmente as mesmas no decorrer do tempo.

Nancy Partner, através de Kermode, chega a uma conclusão similar à de Ankersmit.

Tomando o exemplo rítmico do *tique-taque* do relógio, Partner afirma:

A idéia geral entre historiadores profissionais é que existe uma história não narrativa que demonstra uma atividade intelectual mais sofisticada que a narrativa, um modo menor praticado principalmente por historiadores “populares” cujos livros trazem uma forte semelhança com romances. [...] todos os eventos passados, pessoas e fenômenos, embora abstratamente definidos, adquirem identidade somente como parte de um padrão formal que controla o tempo. *Tique* = origens, causas, fatores preexistentes, premissas fundamentais. *Taque* = resultados, efeitos, realizações, significados recuperados. (PARTNER, 1986, p. 93, tradução da autora)⁸

A observação denota certa naturalização do discurso em detrimento do objeto, tido na ordem do “dado”. Nesse sentido, os historiadores mais tradicionais tenderam a dar mais atenção aos eventos e fatos do que à linguagem que os ordena. No modelo documental, a base da pesquisa é o fato “bruto”, derivado da crítica às fontes, e a proposta de tal historiografia será ou uma narrativa preenchida por uma descrição densa de fatos documentados ou um registro histórico submetido aos procedimentos de formação hipotética com testes e explicações. Nesse caso, a imaginação histórica é definida e limitada ao preenchimento das lacunas formadas ao longo da inscrição histórica. Nesse modelo, o conceito de imaginação histórica possui uma conotação negativa, indicando as impossibilidades e limites da pesquisa factual. Uma nova interpretação só poderá existir, no caso do modelo documental, quando algum novo

⁸ “The general ideal among professional historians is that there is a “non-narrative” history which exhibits more sophisticated intellectual activity than narrative, a lower mode practiced chiefly by “popular” historians whose books betray a strong family likeness to novels. [...] all past events, persons and phenomena, however abstractly defined, emerge into identity only as part of a formal pattern which controls time. *Tick* = origins, causes, predisposing factors, fundamental premises. *Tock* = results, effects, achievements, recovered meanings.”

documento ou informação forem descobertos. De fato, todos os recursos e fontes tendem a ser vistos sob o ângulo de um estreito conceito de documentação.

Assim, embora discutissem a questão das técnicas com foco no objeto, os historiadores ligados a um projeto mais tradicional, com ênfase na análise dos documentos e fontes, acabaram por considerar a linguagem como neutra e não a discutiram. Neste modelo a escrita deveria ser a mais direta possível, evidenciando a distância do historiador em relação ao seu objeto. Esta historiografia trata basicamente dos “deslizes” cometidos pelo historiador, mostrando como, consciente ou não, o sujeito deixou transparecer no seu trabalho alguma ideologia política ou pessoal. Algumas falas sobre a escrita, mesmo no momento de construção do paradigma mais tradicional da história, não podem ser tomadas como uma discussão sobre a linguagem. Em geral, referem-se ao estilo ou à “arte de bem escrever”. Assim, o historicismo oitocentista de Ranke veio fundar, *malgré lui-même*,⁹ a história moderna, que se baseia em documentos e análises textuais, separa rigorosamente passado e presente e assume uma visão não teleológica¹⁰ da história, embora isso não signifique, para Ranke, que a história não tenha coerência.

Os momentos seguintes da história enquanto ciência enfatizam o padrão cientificista em detrimento de uma discussão sobre os aspectos mais subjetivos. Na sequência da proposta do Círculo de Viena e seus neopositivistas, várias foram as tentativas de construção de uma história com base em leis de caráter universal, padrões

⁹ Ranke foi escolhido “pai da ciência histórica moderna” e membro honorário da Associação Histórica Americana em 1884. A polêmica frase de Ranke acabou por ser adotada como uma frase que inauguraria a ruptura entre a história enquanto literatura ou retórica e a história científica.

¹⁰ No modelo de história mais radicalmente positivista defendido por Langlois e Seignobos, os fatos poderiam, no máximo, ser agrupados, mas nunca generalizados (MANCERA, 1997).

de comportamento mensuráveis etc. Os mais significativos trabalhos na área são: *Laws and explanation in history*, de William Dray (1957); *The function of general laws in history*, de Carl Gustave Hempel (1942); *Foundation of historical knowledge*, de Walter Bryce Gallie; *Analytical philosophy of history*, de Arthur Coleman Danto. Esse debate enfrenta a questão da narrativa e suas conseqüências no padrão científico, mas, no tocante à literatura ou à imaginação histórica, apenas tangencia tais problemas, para em seguida afastá-los. As obras citadas, portanto, não contribuíram para o campo da pesquisa da escrita (ANKERSMIT, 1986). Parte desse insucesso talvez se deva ao pouco brilhantismo de suas propostas, que, no mais das vezes, produziram versões tautológicas ou impregnadas de “senso comum” (WILSON, 1999). Em outras palavras, o projeto era bastante ambicioso (*Covering-law theory*), mas nunca conseguiu o nível de generalização necessário a um modelo baseado em lei com vistas à predição. Embora não tenham resistido por longo tempo, tampouco houve qualquer retração no padrão de cientificidade surgido no século XIX. Pouco a pouco foram afastados os tipos de história que não se adequavam a esse padrão. Assim, se a história romântica de um Michelet, Guizot ou Thierry continua a ser invocada como obra histórica, é sempre possível atribuir-lhe o papel de pré-ciência. Tal operação permite à história gozar do orgulho da citação sem comprometimento do método. Nesse modelo, a literatura acabou por se assemelhar a uma espécie de “primo pobre” (inferior, menos sério, menos objetivo etc.) da história, mas que, como tal, proporciona à história a sua referência, mesmo que por negação. A literatura permaneceu implícita, porque toda história, como bem lembra Hayden White, deve ser escrita. Assim, a literatura permanece na história enquanto linguagem, leitura, texto, retórica. Qual gesto

de fundação, a literatura passa a ser uma espécie de pesadelo do qual a história busca acordar em vão (ORR, 1986).

Numa análise mais detida da prática da escrita histórica tradicional, a construção lingüística é bastante lógica e simples, mas talvez por isso poucas vezes percebida em sua total consequência. Os fatos passados continuam a ser obtidos através das evidências ou fontes, mas o trabalho do historiador reside sobretudo na combinação desses fatos numa narrativa coerente ou numa síntese. O resultado final, chamado de “história”, possui uma ambigüidade que resulta de seu fundamento epistemológico, uma vez que a idéia é exatamente conceber não uma história, mas “a história”, na medida em que sua escrita é a reconstrução acurada do passado, seja ele o relato de eventos, de pensamentos, de instituições, da vida diária de uma época, do comportamento de um grupo social ou outro. Nesse paradigma de uma história normal, a escrita da história é ou deve ser um meio transparente entre o passado e a mente do leitor, com o consequente desaparecimento da autoria.

Um pouco mais crítica é a análise de Ankersmit (1994), segundo a qual o que transparece inevitavelmente na escrita de uma história normal é uma versão de realidade histórica.¹¹

A historiografia tradicional é baseada no que se pode chamar de postulado da transparência dupla. Em primeiro lugar, o texto histórico é

¹¹ Adotamos aqui a perspectiva de “história normal” como aquela praticada profissional ou academicamente, ou aquela cuja intenção é contar uma história “tal como foi”. Textos escritos de forma apócrifa, ou mesmo narrativas de outra natureza, merecem um exame também detalhado, embora não seja esse o nosso *corpus* analítico. Há, contudo, uma observação que vale para o tratamento das narrativas orais ou histórias de vida, sobretudo de setores considerados “sem voz”. Nesse caso, a narrativa é aceita nas mesmas condições das aqui mencionadas, embora o que esteja oculto aí seja a romantização da idéia de povo e a versão de verdade garantida por sua condição de subalternidade. Sobre esse assunto são poucos os estudos teóricos no Brasil, mas existem pesquisas significativas, em especial sobre o Holocausto. Ver Friedlander (1994).

considerado “transparente” em relação à realidade colocada em destaque, cujo texto, de fato, revela pela primeira vez. Posteriormente, o texto histórico é visto como “transparente” em relação aos julgamentos do historiador sobre o que é parte relevante do passado, ou, em outras palavras, em relação às (historiográficas) intenções do autor ao escrevê-lo. De acordo com o primeiro postulado, o texto oferece uma visão, “através do texto”, da realidade passada; de acordo com o segundo, o texto é o veículo completamente adequado para as perspectivas historiográficas ou intenções do historiador. (ANKERSMIT, 1994, p. 126, tradução da autora)¹²

Essa formulação instaura uma curiosa construção que permite a presença do historiador, mas a limita ao considerá-la como mero fator interveniente que “em tese” não deveria ter ocorrido, mas ao mesmo tempo lá está “desde sempre”. Em outras palavras, a presença do historiador é a condição da existência da própria história. Mas se a autoria destruiria a transparência absoluta do passado, o contrário, mesmo que num outro contorno, também se afirma: sem a presença do autor, o passado não pode emergir. A primeira assertiva é uma espécie de “truque” no nível da enunciação, enquanto a segunda é apenas uma derivação lógica da primeira. De qualquer maneira, o que se tem é um paradoxo que só pode ser resolvido pela crença de que, identificadas as intenções do

¹² “Traditional historiography is based on what one might call a double transparency postulate. In the first place, the historical text is considered to be “transparent” with regard to the underlying historical reality, which the text in fact reveals for the first time. Next, the historical text is seen as “transparent” with regard to the historian’s judgment of the relevant part of the past, or, in the other words with regard to the (historical values, graphical) intentions with which the historian wrote the text. According to the first transparency postulate, the text offers a view “through the text” of the past reality; according to the second, the text is the completely adequate vehicle for the historiographical views or intentions of the historian.”

autor, o passado surge tal como foi.¹³ Sem esse postulado geral não haveria evidentemente uma história da história, ou a historiografia.¹⁴

O postulado da dupla transparência (passado e intenções do autor) admite que parte do problema situa-se na escrita subjacente ao modelo de história tradicional. Primeiro, mesmo ao se considerar a parcialidade do autor, no caso a intencionalidade, permanece o problema do sujeito que se deixa incluir no texto, numa espécie de contaminação. A idéia de passado, no entanto, não é questionada. Segundo, a versão sobre texto e autor pressupõe uma dicotomia absoluta entre essas duas entidades e não avança, por exemplo, no que tange à conceituação do texto em si: o que é um texto? Como é possível separar o que é texto/história/passado daquilo que é autor/texto/presente? Por último, mas já na esteira da discussão sobre o texto, a história tradicional jamais questiona a linguagem, considerada meio necessário (e não problemático) para a passagem daquilo que se imagina estar fora da sua esfera: o passado.

O paradigma da história do século XIX pode ser, em certo sentido, dominante, na medida em que foi difundido nas universidades e centros de pesquisas, mas não significou a inexistência de outras vozes. Pelo contrário, uma vertente de cunho diverso veio constituir uma escola de pensamento significativa e alternativa, não só para a

¹³ Essa é provavelmente a origem da afirmação de Ranke sobre o “apagar-se” totalmente do autor na sua obra em favor da emergência do passado tal como é. Transparece aqui a crença de que o historiador aproxima-se do sacerdote, pela qual Ranke reafirma seu caráter mediador entre o passado e o presente (IGGERS, 1997). Em Collingwood (2000, quinta parte, item III) surge a mesma preocupação na discussão sobre “a mente do historiador”.

¹⁴ Aqui nos referimos a uma das abordagens da historiografia, aquela que analisa uma obra de história a partir das intenções do autor. Nesse sentido, a postulação da transparência, mesmo que de modo aparentemente incoerente, resulta numa área de conhecimento e promove o seu objeto na forma de “intencionalidade autoral”.

história, mas também para as ciências humanas: a escola de linha hermenêutica capitaneada por Schleiermacher, Dilthey, Gadamer e Ricoeur.

2.1. A sombra hermenêutica

A perspectiva de uma história hermenêutica nasce do desconforto provocado pela proposição de uma ciência única para todos os campos do conhecimento. Inicialmente voltada para a leitura de textos sagrados e clássicos, a hermenêutica é uma espécie de técnica e não uma ciência ou uma proposta filosófica. Bem mais tarde, com Schleiermacher no século XIX, e depois com Heidegger, Betti, Gadamer e Ricoeur, no século XX, a hermenêutica sofre uma verdadeira inflexão, deixa de ser uma espécie de propedêutica e se torna uma teoria geral de interpretação, que opera sobre o elemento da linguagem para fixar seu sentido verdadeiro ou primeiro. Em todas as tentativas de se estabelecer uma definição de hermenêutica, sempre se tratou de restituir seu sentido, quando não de salvá-la do esquecimento.

Tarefa também da história, cuja verdade é *alethèia*, fixar a memória e salvar o sentido do esquecimento (*léthè*), atividade em que Nietzsche viu trabalho de luto e um ofício de coveiro, por lidar com coisas mortas e já passadas, a que ele opõe a virtude ou o papel do esquecimento no mundo dos homens. (DOMINGUES, 2004, p. 349)

A hermenêutica como proposta científica voltada à história será levada à frente por Dilthey, mas é Schleiermacher quem proporciona condições epistemológicas para isso

ao estabelecer uma hermenêutica universal, aquela que se aplica a todos os textos, não apenas aos sagrados, nem apenas aos escritos. Segundo Gadamer (2004, p. 353), a questão inicial de Schleiermacher é aparentemente óbvia: “Há hermenêutica onde houver não-compreensão”. Se as pessoas se entendem, efetivamente não há problema. Mas, quando o entendimento não é possível:

Quando se mostram vãs todas essas idas e vindas que perfazem a arte do diálogo, da argumentação, do perguntar e do responder, do objetar e do refutar, e que se realizam também face a um texto como diálogo interior da alma que busca compreender, só então dá-se uma mudança no questionamento. (GADAMER, 2004, p. 249)

O que faz de um texto um problema de interpretação é a estranheza do leitor ou sua incapacidade de entender-se com ele. Para Gadamer (2004, p. 249), a melhor analogia é a do texto escrito em uma língua que nos é desconhecida, o que exige renúncia a um sentido partilhado. “O verdadeiro problema da compreensão aparece quando o esforço de compreender o conteúdo coloca a pergunta reflexiva de como o outro chegou à sua opinião”. Para isso, a hermenêutica pressupõe tanto a interpretação gramatical como a psicológica.¹⁵ A exigência de tais recursos levou Schleiermacher ao entendimento do discurso ou texto menos a partir de seu conteúdo do que como estrutura artística.

Com isso Schleiermacher quer dizer que o discurso poético não se submete ao padrão de entendimento sobre a coisa [...]. Por exemplo, a guerra de Tróia encontra-se no poema de Homero – quem a ler na perspectiva da realidade histórica da coisa já não lê Homero como discurso poético. Ninguém pretenderá afirmar que o poema homérico tenha ganho algo de realidade artística através das escavações dos arqueólogos. (GADAMER, 2004, p. 258)

¹⁵ Segundo Gadamer (2004, p. 257), a interpretação psicológica em Schleiermacher “[...] é, em última análise, um comportamento divinatório, um transferir-se para dentro da constituição completa do escritor, um conceber o ‘curso interno’ da feitura da obra, uma reformulação do ato criador”.

As exigências colocadas para o poema de Homero podem e devem ser estendidas aos textos em geral. Nesse sentido é que a hermenêutica se propõe menos como método do que como arte.

Eles [textos] já são sempre representação pela arte. E aí, onde o discurso é arte, também o compreender o será. Todo discurso e todo texto possuem uma referência fundamental à arte de compreender, à hermenêutica; com isso se explica também o parentesco da retórica (que é parte da estética) com a hermenêutica: para Schleiermacher todo ato de compreensão é a inversão de um ato do discurso, a reconstrução de uma construção. Correspondentemente, a hermenêutica é uma espécie de inversão rumo à retórica e à poética. (GADAMER, 2004, p. 259)

De maneira geral, as questões suscitadas pela hermenêutica se expandem para o campo da história. Num primeiro movimento, que é externo, a história se apresenta como alternativa ao modelo científico baseado em hipóteses, testes e formulação de leis gerais. Dilthey (1833-1911), o maior representante dessa linhagem de origem alemã, defendeu a especificidade das ciências humanas em contraposição às ciências naturais. As afirmações de Dilthey, não apenas dirigidas à história, configuravam, antes de tudo, uma epistemologia. Na base do projeto está a afirmação de que as ciências humanas, ou “ciências do espírito”¹⁶, podem ser compreendidas, mas não explicadas, segundo os adeptos das ciências exatas. O conceito de compreensão é fundante para Dilthey e para toda a escola historicista (Schleiermacher, Droysen, Weber, Humboldt, entre outros)¹⁷ e pode ser traduzido pela perspectiva de que compreender significa “colocar-se na posição do outro”.

¹⁶ Denominação que pertence à tradição alemã e, em especial, ao historicismo.

¹⁷ Para melhor compreensão, ver Gadamer (1994).

Aqui voltamos às questões internas e específicas do que seria uma hermenêutica histórica. O movimento primeiro e definidor permanece: a questão do sentido. No momento mais inicial se tratava de compreender a história universal. O método não se altera radicalmente:

[...] não é nada mais do que o que vale para qualquer texto. É o esquema do todo e da parte. Há uma certa diferença entre a tentativa de compreender um texto como construção literária sob o ponto de vista de sua intenção e composição e a tentativa de avaliá-lo como documento para o conhecimento de um nexo histórico mais amplo, sobre o qual ele proporciona um esclarecimento que requer um exame crítico. Mesmo assim, esse interesse filológico e aquele interesse histórico submetem-se reciprocamente um ao outro. (GADAMER, 2004, p. 271)

Assim, a questão da metodologia para a história se resolvia de forma particular: nem ciência positivista, nem idealismo absoluto. A história hermenêutica não pensava um contexto universal em termos teleológicos, mas a partir do decurso da própria história. É dessa forma que se deve compreender a idéia de história como “jogo de forças” ou “soma em curso” (GADAMER, 2004, p. 282), que aparece tanto em Ranke como em Droysen. Tais expressões retiram da história qualquer noção apriorística e definem a história universal como lugar da experiência, o homem como “ser da experiência”. Dilthey tentava, através dessa categoria, responder de forma não idealista à pergunta de como tornar o conhecimento da experiência histórica uma ciência. Se as questões formuladas pelo historicismo evidenciavam que o problema da história não residia nos fatos extraídos da experiência, mas na experiência retirada dos fatos, a equação se invertia e se tratava de substantiar epistemologicamente a questão: como trazer a experiência individual para a ordem de um conhecimento compreensível por outros, tornando a experiência histórica um problema filosófico e científico? Disso resulta a importância crucial do conceito de

vivência do indivíduo. O trabalho subsequente seria o de definir o nexo entre as vivências individuais, já que não existe em Dilthey um sujeito geral ou um sujeito transcendente. A resolução da questão apontou a idéia de “significado” como aquilo que estabeleceria sentido na história. Gadamer, explicando Dilthey, afirma:

Um exemplo tornará a coisa mais clara: uma estrutura psíquica, um indivíduo por exemplo, forma sua individualidade na medida em que desenvolve sua disposição potencial, experimentando ao mesmo tempo o efeito condicionador das circunstâncias. O que resultará daí, a verdadeira “individualidade”, isto é, o caráter do indivíduo, não é mera consequência dos fatores causais, nem pode ser entendida meramente a partir dessa causalidade, mas representa uma unidade compreensível em si mesma, uma unidade vital que se expressa em cada uma delas. Independentemente da ordem dos efeitos, algo se congrega aqui em uma configuração autônoma. É o que queria dizer Dilthey com seu nexo estrutural e que agora, apoiando-se em Husserl, chamará “significado”. (GADAMER, 2004, p. 304)

A partir dessa conceituação é que encontramos em Weber, por exemplo, a idéia de um “sentido da modernidade” ou, em Sérgio Buarque de Holanda, um “sentido da colonização”. Em ambos os casos, o uso da expressão foi literalmente obedecido e a versão é de cunho histórico. Além dessa caracterização, uma outra se faz notar: a idéia do todo e das partes. Estas só podem ser compreendidas a partir do todo, que, por sua vez, só pode ser compreendido a partir das partes. Para a história deverá ser aplicada, ainda, a mesma máxima que Schleiermacher invocou para sua proposta de hermenêutica universal, a de “compreender um autor tão bem ou melhor do que ele se compreendeu a si mesmo”. De certa forma, a frase deflagra a possibilidade da equivalência entre a interpretação de um texto e da história enquanto processo. Se a necessidade da hermenêutica se funda na necessidade da polissemia da linguagem, a necessidade de uma interpretação histórica se funda nas várias interpretações possíveis do passado. O princípio também é o mesmo: os

vários momentos da história são uma espécie de “outro” que requer compreensão, interpretação. Embora pareça apenas uma analogia, o princípio é tomado em sua literalidade. Novamente, como na linguagem, proliferam os mal-entendidos. Trata-se, aqui, da polêmica em torno das várias interpretações, da impossibilidade de fixação de um sentido único para o passado.

A essa questão a hermenêutica respondeu de várias formas, mas duas merecem menção, tendo em vista suas ligações com a escrita da história. De um lado Gadamer, de outro Ricoeur. O primeiro propôs a categoria de história efetual, que pretende unir os dois operadores já existentes na prática hermenêutica: a experiência, o vivido, e o que Gadamer chamou de “distanciamento alienante”, que parece chocar-se com o primeiro e pretende responder, mesmo que parcialmente, às críticas advindas da cruzada positivista. O “distanciamento alienante” significava que “[...] só se logra um procedimento objetivo em história com um certo recuo e a quebra do laço de pertença à própria história que se pretende explicar” (GADAMER, 2004, p. 367). Ricoeur trata de uma possibilidade metodológica mais historiográfica. Se Gadamer propõe os dois operadores, um par quase em oposição, não parece oferecer resposta à operação metodológica. Já Ricoeur

[...] busca um elemento mediador capaz de efetuar duas operações: introduzir uma instância crítica na consciência de pertença que nos dê uma certa distância em relação ao vivido imediato, sem a qual não haveria relação com o histórico como tal; inserir uma mediação na consciência de recuo (distanciamento alienante), reportando-a ao vivido, porém sem apagar o hiato entre o vivido e o pensado (afinal — estima Ricoeur — a vida é vivida no presente; já a história é contada e é relativa a um vivido que foi e não é mais). O elemento mediador será o **texto**, em que se lê e vê o paradigma da história, por revelar “um caráter fundamental da história humana, a saber, que ela é uma comunicação na e pela distância”. (DOMINGUES, 2004, p. 367, grifo nosso)

A idéia de comunicação revela o caráter mais significativo da hermenêutica, que recusou a solidão do *cogito* de Descartes frente ao objeto. Se para o modelo positivista de busca de conhecimento a linguagem é homogênea ao pensamento e este, por sua vez, revela ou reproduz a “coisa”, na hermenêutica, diferentemente, parte-se do pressuposto de que “[...] subsiste um hiato entre o pensamento e a linguagem e que é esse hiato que autoriza e exige o exercício da interpretação que vai preencher as lacunas, eliminar os vazios e afastar os pontos obscuros dos textos” (DOMINGUES, 2004, p. 358).

Nessa tarefa o intérprete não se anula; ao contrário, é parte ativa do processo. Admitida a antinomia entre objeto e sujeito, a hermenêutica trata de resolvê-la, tentando uma resposta pautada num paradigma objetivista, mas mantendo e exigindo a presença da subjetividade. A versão de uma ciência-arte é moldada como resposta às cobranças à soleira da porta feitas em tempo real por uma era de objetividades. É o caso de Humboldt, para quem a história possui um mistério que não pode ser superado totalmente, por isso é profundamente relativista. O método de entendimento será, segundo Humboldt, um tipo de compreensão baseada num sentimento advindo do que ele chama de *sympatia* (DOMINGUES, 2004, p. 262). Isso faz com que o historiador procure a verdade “de maneira semelhante ao artista”. Tal perspectiva retira sua inspiração do hiato que a hermenêutica acredita existir entre a representação mental e o signo lingüístico, lugar obscuro que exige o trabalho interpretativo constante. No caso de Humboldt, a defesa não só do método aproximado ao artista, mas também a defesa das “telas de pintura” para a recomposição do contexto da história demonstram tal postura.

Em Dilthey, a história também possui um sentido oculto, mas não predefinido. De forma indireta é possível perceber aqui uma concessão, mesmo pouco nítida, dos

conceitos de autoria, intérprete, obra, etc. A história para Dilthey é pensada em analogia com o texto. O sentido do todo (história) só pode ser encontrado nas partes que o compõem, numa espécie de soma de caráter metonímico.

Cada parte expressa algo do todo da vida e tem, portanto, um significado para o todo, como seu próprio significado é determinado por esse todo. É o velho princípio hermenêutico da interpretação dos textos que vale também para o nexa da vida porque nele se pressupõe do mesmo modo a unidade de um significado que se expressa em todas as suas partes. (GADAMER, 2004, p. 302)

Gadamer afirma que é difícil, dada a nossa formação, admitir que poesia e arte sejam ligadas ao discurso. De fato, na leitura mais canônica da história do conhecimento ocidental essas áreas são separadas, senão antagônicas. Nesse sentido, a própria hermenêutica é um caso curioso e exemplar: uma teoria extremamente rica do ponto de vista filosófico, com pretensões científicas, mas que recusa os chamados procedimentos básicos das ciências experimentais.

Os estudos dessa linhagem, curiosamente, não foram tão aceitos quanto os estudos históricos movidos pelo ideal cientificista. Domingues comenta essa pequena absorção do modelo hermenêutico:

Uma coisa digna de nota nesse domínio é que a história, que desde a Antiguidade clássica se tinha convertido em preciosa disciplina auxiliar da hermenêutica, nunca se tenha deixado abrir a uma abordagem hermenêutica de suas matérias. Tanto assim que o pouco que se tem de hermenêutica histórica ou aplicada é coisa de filósofo, a exemplo de Dilthey, Ricoeur e Gadamer. Cabe perguntar: por que isso ocorreu, por que os historiadores das diferentes épocas viraram as costas à hermenêutica e por que o pouco que se tem nesse domínio tem a ver com a hermenêutica filosófica (ou melhor, com a filosofia hermenêutica) e não com uma hermenêutica científica e historiográfica? (DOMINGUES, 2004, p. 366).

Partindo da explicação kuhniana sobre a disputa dos paradigmas, é possível arriscar que, mesmo considerando a pluralidade de paradigmas das ciências humanas, houve a vitória de um sobre outro. Segundo Thomas Kuhn (1979), o paradigma não se confunde com teoria; esta, numa ordenação hierárquica, estaria em posição inferior àquele. O paradigma, mais do que a teoria, seria uma cosmovisão que abrangeria modos de pensar, hábitos, formulações filosóficas etc. A ciência, tal como a conhecemos hoje, é a forma de produção de verdades mais próxima ao que o paradigma orienta.¹⁸ Uma história nos moldes cientificistas fazia, portanto, mais sentido (para usar uma forte expressão advinda da hermenêutica). A lógica parece ser circular: a ciência faz sentido porque é a forma mais próxima ao paradigma moderno; a avaliação de que ela é melhor ou mais adequada é realizada com instrumentais oriundos do próprio paradigma científico. De fato, espantado o fantasma pela porta da frente, ele retorna pela porta dos fundos. A resposta de Domingues não parece distanciar-se desse padrão.

Poder-se-ia responder, em linhas gerais, que tal indiferença se deu em razão do gosto dos historiadores pelo empírico (fatos, acontecimentos), ao passo que a hermenêutica, marcada pelo gosto pelo espiritual (alma, consciência, pensamento), foi levada a sacrificar o empírico e o descritivo ao interpretativo e às idealidades. (DOMINGUES, 2004, p. 366)

Tal explicação prossegue com a separação entre áreas naturalmente “empíricas”, dada a natureza de seu objeto, e áreas que se destinam à especulação filosófica, cujo objeto não se presta à ordem do empírico. Obviamente, essa explicação pressupõe a crença de que os objetos possuem uma natureza própria e que basta o reconhecimento apropriado para que se proceda à correta prática do conhecimento. De fato, nessa lógica, uma

¹⁸ Para uma exposição do paradigma moderno ver Santos (1989, 1999) e o capítulo introdutório de Kuhn (1979).

proposta como a hermenêutica, que tratava das chamadas “ciências do espírito”, produzia um paradoxo em seu próprio léxico.

Não obstante, os desenhos de uma hermenêutica histórica foram feitos e vários obtiveram sucesso, mesmo que uma hermenêutica científica tenha sido de fato um projeto impossível. Porém, o pensamento pode ser menos ambicioso e aproveitar as várias reflexões empreendidas pela hermenêutica. Contrapondo-se às formulações que erigem portentosos edifícios epistemológicos, a hermenêutica tem aqui e ali suas contribuições, mas todas elas estão alocadas naquilo que Ivan Domingues denominou de “hermenêuticas especiais”. Nesse sentido, a proposta é examinar a contribuição de autores à questão específica e as formulações críticas, e menos a formulação de uma metateoria ou uma teoria científica. De qualquer maneira a hermenêutica, independente de se tornar hegemônica nos termos do paradigma kuhniano, promoveu indiscutivelmente uma contribuição persistente de forma mais ou menos indireta. Um estudo de filiação historiográfica mostra que a hermenêutica está embutida nos principais autores e correntes da historiografia contemporânea. Sendo afirmada ou recusada, a hermenêutica marca sua presença. Nesse sentido, a negação é sinal não menos importante do que a afirmação.

2.2. História: entre ciência e arte

A apresentação dos modelos de história teve como objetivo discutir suas versões mais significativas e demonstrar, primeiro, a ruptura que se deu entre a literatura e a história, e segundo que, apesar disso, a questão da literatura permaneceu como uma espécie de pendência epistemológica. De fato, ao recusar a literatura como componente da história, o modelo acabou atribuindo também à linguagem um papel secundário, não mais que um meio “não problemático” entre o mundo das coisas — o real — e aquilo que se conhece dele. Ao abordar o modelo da história hermenêutica, duas questões vêm à tona numa espécie de comparativismo não intencional. Por um lado, a história hermenêutica nos indica uma possibilidade oposta quando vista à luz do modelo mais documental; mesmo parecendo um truísmo, a formulação não deixa de ser importante. Por outro lado, a história pensada nos termos da hermenêutica parece ter sido um bom “reservatório de perguntas” ao modelo documental, retomadas num momento que vários autores não se cansam de qualificar como um “momento de crise”. Nesse contraponto, a hermenêutica não se propõe como salvação ou elemento arquimediano que os historiadores, por alguma razão, não teriam percebido ou avaliado corretamente.

De fato, a história hermenêutica não alcançou maior prestígio em razão do crédito concedido ao “gosto dos historiadores pelo empírico”; mas o próprio gosto não é aleatório e faz parte, ele também, das condições do paradigma dominante. O apreço ou quase obsessão (para alguns) pelo viés documental nunca isentou a história tradicional dos seus problemas de fundamentação no cientificismo clássico. Mesmo com a grande quantidade

de “documentos”, sempre faltava à história o recurso ao empirismo. Tinha de preencher os vazios com processos dedutivos conduzidos por teorias e conceitos. Nesse quadro, o processo interpretativo sempre se fez presente. Mantida no nível da mera descrição, sem nenhuma ordem classificatória, não haveria ciência da história, mas crônica ou um amontoado de dados desconexos. Os critérios de classificação e ordenamento não são encontrados na “natureza das coisas”, mas nascem de uma espécie de consenso social da comunidade de pesquisadores orientada pelo paradigma.¹⁹ A hermenêutica enfrenta uma situação mais grave quando confrontada com as mesmas questões de fundamentação. De fato, jamais conseguiu precisar seu objeto e definir-se em torno de um problema comum.

Dilthey hesita entre o paradigma da consciência (espírito), se não da psicologia, e o da linguagem. Guilherme Von Humboldt, ao se referir à história, fala do paradigma da obra de arte. Betti fala da obra do pensamento e põe em relevo o texto escrito. Gadamer refere-se à história, destacando a tradição. Ricoeur fala do paradigma do texto, põe em relevo o nível semântico da linguagem e abre à pragmática. Weber faz apelo à ação e distingue suas modalidades (ação racional, ação afetiva, etc.), tomando a ação racional orientada por fins como paradigma. Umberto Eco invoca a obra aberta e abre a hermenêutica à semiótica. Qual deles então é o verdadeiro paradigma? Impossível decidir e dizê-lo ao certo. (DOMINGUES, 2004, p. 362)

Com efeito, existem diferenças entre os pensadores acima e, tomando o paradigma da ciência, é possível estabelecer os que lhes são aparentados. De qualquer maneira, o problema persiste, em diferentes formas e tonalidades, que deságuam sempre em como transformar afirmações teóricas em categorias analíticas capazes de promover uma técnica eficaz. A essa dificuldade a hermenêutica respondeu diversamente, desenvolvendo categorias próprias caso a caso. A constatação da impossibilidade de se

¹⁹ A referência aqui é introduzida de uma maneira bastante geral e ainda filiada a Kuhn, embora os chamados pragmatistas, especialmente Richard Rorty (1997), aludam constantemente à questão.

formular categorias universais impede a hermenêutica de adentrar no campo da cientificidade, tal como pensada até hoje. Aliadas a isso, suas afirmações nunca estiveram de fato sintonizadas com a balança da cientificidade moderna. Não se trata de fracasso, mas de uma outra chave, provavelmente algo da ordem da cosmovisão à qual se filia. Trata-se de um paradoxo querer, pela hermenêutica, mensurar, provar e ordenar, “pois o sentido, como fenômeno empírico, em vez de uno, se estilhaça e se oferece ao tempo e à história, acarretando seja um excedente, seja um déficit de significação” (DOMINGUES, 2004, p. 373). Em outras palavras, o regime da hermenêutica não se origina no plano da ciência moderna, que não pode nem deveria avaliá-lo.²⁰ No máximo, um exercício dessa natureza promove uma boa descrição das aporias da hermenêutica, de um lado, e das aporias da ciência moderna, de outro, numa espécie de listagem em paralelo.

No caso da história, interessa-nos particularmente o fato de aquilo que fomenta a dúvida quanto à cientificidade poder nos oferecer um caminho proveitoso na análise do discurso historiográfico. Se os *topoi* da literatura e da história são diversos e se os “fatos” existem e podem ser confirmados, seja na forma mais canônica (documentos), seja na forma de um consenso, não é menos verdade que toda história é escrita. A história hermenêutica foi a que promoveu não só a defesa, mas também uma prática de história em forma mais artística. Burckhardt, de modo consciente, trabalhou por uma abordagem artística em seu livro *A civilização da Renascença na Itália*, onde considerou a fundação política do “Estado como um trabalho de arte”; Humboldt já definira o historiador como

²⁰ Vários autores tentaram estabelecer a hermenêutica como ciência nos moldes usuais. Mesmo Schleiermacher buscou uma forma de ciência ao pensá-la com um caráter universal. As distinções operadas por Dilthey entre explicação *versus* compreensão buscaram dar um caráter duplo à hermenêutica, uma vez que permitiam defini-la como ciência em outra categorização. Ver Gadamer (2004).

aquele que busca o conhecimento histórico “de maneira semelhante ao artista” (*apud* WHITE, 1992, p. 192). Nos dois casos a defesa é uma questão de princípios, mas as críticas posteriores ao modelo tradicional e documental da história apontarão os limites da escrita como meio transparente. O chamado *linguistic turn*, no que concerne à história, fará da discussão sobre a linguagem seu carro-chefe, que recoloca em xeque a questão da própria cientificidade.

2.3. O desafio pós-moderno da história

As discussões sobre a exata linha que separa a história da literatura acirraram-se nos últimos anos. Como assinalava Quentin Skinner em 1981, as “hordas” vieram para ficar.²¹ As páginas em torno dos debates já somam milhares e sobre alguns autores já se formam fortunas críticas.²²

Parece inegável (para o desespero de Skinner) que esse abalo na história é tão violento quanto aquele que a formou nos séculos XVIII e XIX com a defesa de uma

²¹ A Hayden White a *History and theory* dedicou todo um número que acabou por se tornar parte importante da discussão geral sobre história *versus* literatura. Em inglês já se encontram disponíveis alguns *readers* como o *The postmodern history reader* e o *Companion to historical studies* (Routledge, 2000).

²² A referência de Quentin Skinner é retirada do trabalho *The return of grand theory in the human science* (2006). Skinner, um historiador avesso às teorias mais contemporâneas, promove, neste trabalho, um ataque às teorias pós-estruturalistas. A obra organizada por Skinner apresenta textos sobre autores considerados (por Skinner) fundamentais, como Gadamer, Habermas, Foucault, Rawls e Thomas Kuhn.

história científica. Sobretudo após o chamado *linguistic turn*,²³ parece ter-se esvaído a possibilidade de uma história que caminhasse serena para sua crescente transparência. As recentes discussões apontam na direção contrária, afirmando a impossibilidade absoluta de um projeto como o da história positivista. A crise que se abate sobre a história não é exclusividade sua e se insere numa discussão mais ampla sobre a crise do paradigma ocidental (LYOTARD, 2002; SANTOS, 2004). Em especial, e de grande interesse para o nosso estudo, a filosofia tem indicado de forma quase obsessiva a discussão sobre a linguagem como nó górdio da polêmica contemporânea.

Segundo Ankersmit (1994, p. 1), a “[...] filosofia do século XX é fascinada pelo fenômeno da linguagem”. Com o Círculo de Viena²⁴, já no início do século XX, os neopositivistas centraram-se na possibilidade de transformar a linguagem numa matriz lógica para o resto do conhecimento humano.

No que tange à história, não será diferente. Já nos primeiros embates do início do século a história tradicional foi atacada em um de seus pilares pelos *Annales*, que, embora não desferissem nenhuma crítica ou formulação direta à questão da linguagem, já demonstravam a impossibilidade de uma história imparcial, que teria como lugar a escrita.

Porém, o maior abalo à história viria com Hayden White (1991) no seu livro *Metahistória*. White pode ser posto ao lado de Roland Barthes, que já havia produzido, em

²³ O termo é atribuído a Richard Rorty, embora este o tenha atribuído ao filósofo australiano Gustav Bergmann. Aqui será mantido em inglês, embora já se encontre disponível em espanhol e tenha sido traduzido como “giro lingüístico” (RORTY, 1990; MUNSLOW, 2000; RABINOW; SULLIVAN, 1979).

²⁴ *Círculo de Viena*: grupo de pensadores que acreditavam na possibilidade de as ciências humanas e sociais seguirem as metodologias das ciências naturais. Preocupavam-se basicamente em diferenciar o conhecimento científico dos outros tipos de conhecimento. De maneira geral, avançaram em relação ao positivismo por considerarem a irrelevância do contexto da descoberta e a importância da verificação. Centraram esforços na definição dos termos das justificativas, das sentenças e de uma linguagem unívoca para todas as ciências.

1967, um texto bastante polêmico, “O discurso da história”, onde atingia fortemente as bases da legitimidade epistemológica da história. Contudo, visto mais à distância, Barthes não causou o mesmo efeito de White na comunidade dos historiadores, provavelmente por sua análise estrutural concluir pelo caráter “impostor” do texto histórico. Independentemente do seu conteúdo, das fontes ou do estilo, Barthes atribuiu a veracidade do texto histórico a uma estratégia textual que denominou de “efeito do real”. Em primeiro lugar, o constructo tem uma base social que poderia ser caracterizada como o paradigma da ciência, no sentido kuhniano. Nele, o historiador inscreveu sua legitimidade. Para melhor compreensão, basta usar o exemplo da literatura — o da “suspensão do real” — e invertê-lo. Em outras palavras, os leitores tendem a acreditar nos textos de história, dado que são assim nomeados.

Stephen Bann (1994, p. 79) comenta que o historiador contemporâneo alcançou tamanha legitimidade que se dispensa do *exordium* e diz apenas: “Por que razão engendro essa história?” A resposta é, muito simplesmente, “porque sou um historiador”. Seguem-se a isso a ausência dos signos do enunciador e a exclusão do “eu” do texto, que promovem a sensação de onisciência e objetividade. Assim, quando diante de um texto histórico profissional, o leitor tende a firmar com ele o “pacto” de acreditar no que lê, numa atitude aparentemente inversa à “suspensão do real”. Portanto, mesmo que um livro de história não proponha situações do *absurdum* (como as do realismo mágico), o crédito não deriva dessa similaridade com a vida ou com a efetiva existência dos nomes de pessoas e lugares citados. O leitor é levado a acreditar no que lê porque a disciplina histórica se consolidou ao longo da história como ciência oposta à ficção. Bann afirma que o leitor pactua e acredita no historiador porque este assim se anuncia e isso basta. Por fim,

para Barthes, o fato histórico é antes de tudo um fato lingüístico, na medida em que se pretende reflexo de algo fora do texto.

O fato não tem nunca senão uma existência lingüística (como termo de um discurso), e no entanto tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o “real”. Esse discurso é sem dúvida o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem todavia nunca ser possível atingi-lo fora desse discurso. (BARTHES, 1984, p. 129)

As afirmações de Barthes podem ser provocativas (quando associadas às premissas que ele mesmo propõe), mas já se mostraram ineficazes para explicar a sedução que muitas obras históricas continuam a exercer e que certamente não se deve à veracidade, nem se prende ao princípio da autoridade. Especialmente polêmica é a inclusão do texto histórico e do romance realista do século XIX no mesmo patamar, em razão do “efeito do real” que propiciam. Isso significa desconsiderar as bases de construção de ambos os textos, mesmo com a desconfiança que possa pairar sobre os dados usados na elaboração do texto histórico; num movimento igualmente perigoso, desqualificam-se as bases de criação do romance realista do século XIX.²⁵

Também do ponto de vista lógico, muitos autores questionaram as conclusões de Barthes quando aplicadas ao domínio da história (ANKERSMIT, 1994; BANN, 1994), porque uma semiologia da história é mais complexa do que uma semiologia da linguagem, à qual não pode, por sua vez, ser reduzida ou confundida, como imaginou Barthes. Na escrita da história, os sinais da linguagem se tornam significantes num sistema secundário elaborado pelo historiador. O que já possui sentido no nível da

²⁵ Sobre o realismo e suas bases filosóficas, ver Watt (1990).

linguagem se torna novamente uma forma vazia até que seja trazida para dentro de uma relação com o historicamente significativo, constituindo um novo sinal num diferente nível de sentido. Barthes tem sido criticado também pelos ultra pós-modernos, que vêem em sua teoria sobre o “efeito do real” a afirmação indireta de que o texto histórico é cópia de uma outra existência situada num campo extra-estrutural, nomeado “real”.²⁶

O que o texto de Barthes produziu foi uma drástica redução do texto histórico. Por outro lado, “O discurso da história” e “O efeito do real” transferiram a discussão para um campo em que a história não tinha argumentos disponíveis. Nessa conversa entre mudos e surdos, Behan MacCullagh (1987) contra-argumentou que, para além do texto, a história compõe-se de inúmeros dados, informações cruas reportadas por evidências, como também do dia-a-dia, com seus processos, eventos e ações. A afirmação de MacCullagh não acrescentou ao debate senão certo reconforto à sua própria comunidade de historiadores “reconstrutivistas”.²⁷ O cuidado com as fronteiras disciplinares e as lutas internas resultantes desses debates podem ser apontados como algumas das razões pelas quais Barthes não provocou muito impacto no campo da história. O mesmo não se deu com *Metahistória*.

Hayden White promoveu não só um significativo movimento no domínio propriamente da prática histórica, mas também uma razoável fortuna crítica posterior. Em torno de *Metahistória* organizaram-se simpósios, números temáticos de revistas e uma

²⁶ Essa crítica também se dirige a Baudrillard e seu conceito de simulacro, que remete inevitavelmente a um real que existiu, existe ou por razões estruturais não deve nem pode se manifestar. Afinal, perguntam, simulacro de quê? (O’CONNORS, 1994).

²⁷ Os reconstrutivistas, assim designados pelos filósofos da história, não formam uma escola, mas reúnem-se em torno da defesa de um modelo científico de história baseado no estudo rigoroso das evidências, que demanda como pressuposto uma rigorosa separação entre sujeito e objeto, com forte ênfase no segundo. Na historiografia trabalham a partir de pressupostos intencionalistas (MUNSLOW, 2000).

quantidade expressiva de respostas provocativas. Em geral, Hayden White foi lido como um autor que reorientou a história para o seu “nicho” inicial, a literatura. Parte dos artigos de White tentou oferecer uma resposta a essa afirmação quase indignada do campo historiográfico, mostrando o quanto tal leitura se mostrava equivocada. Mas White não pode ser considerado um autor solitário. Sua obra é um marco e compõe aquilo que se convencionou chamar de *linguistic turn*, movimento que não chega a formar uma escola, mas representa uma tomada de posição epistemológica. Provocando um questionamento profundo da chamada história documental, introduziu a polêmica em torno da linguagem não mais como meio, mas como instauradora do mundo. Por isso seus principais questionamentos se dirigem ao texto e não aos fatos. Os adeptos dessa tendência se perguntam, por exemplo, se é possível obter fatos fora do campo da linguagem e ainda se a narração histórica pode ser efetivamente apurada e “espelhar” a realidade factual.

O labor histórico como o que ele manifestamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo ou um ícone de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram, representando-os. [...] ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 1994, p. 18 e 98)

Através do reconhecimento do poder da linguagem para criar e modelar sentido, o historiador “impõe” um “passado-como-história” através do formato por tropos. Baseando-se em Northrop Frye e sua noção de enredo, White produziu uma categorização de modos discursivos da história. Limitados e arquetípicos, na sua forma de trama, são os modos romântico, trágico, cômico e satírico. As formas de trama não são

totalmente inconscientes aos historiadores. Segundo White, o uso de uma determinada trama revela um modo de ver o mundo ou uma espécie de cosmovisão que o historiador abraça. Na seqüência de sua explicação, o autor duplica os modos de enredo em efeitos retóricos (tropos) — metáfora, metonímia, sinédoque e ironia — e os arranja em quatro tipos de argumento: formalista, mecanicista, organicista e contextualista. Por fim, associa-os a quatro formas de ideologia: anarquismo, radicalismo, conservadorismo, liberalismo.²⁸ As relações estabelecidas entre esses “lugares”, que formam a teoria dos tropos, não devem, contudo, ser consideradas como uma necessidade ou uma determinação intrínseca dada por algo exterior. O próprio White explica que:

Convém não tomar essas afinidades como combinações necessárias dos modos num determinado historiador. Pelo contrário, a tensão dialética que caracteriza a obra de todo historiador magistral geralmente surge de um afã de aliar um modo de elaboração de enredo com um modo de argumentação ou de implicação ideológica que é incompatível com ele. Por exemplo, [...] Michelet tentou combinar um enredo romanesco e um argumento formalista com uma ideologia que é explicitamente liberal. (WHITE, 1994, p. 44)

As combinações estão, portanto, sempre garantidas na ordem da própria escrita. Os vários componentes de uma estória que a transformam em história dependem da articulação que o historiador faz dos acontecimentos, seja por “[...] supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição de motivo, variação de tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante” (WHITE, 1994, p. 100). Além disso, segundo White, a razão de um autor relatar uma estória num modo trágico ou cômico tem a ver com o fato de que partilha com

²⁸ White compreende ideologia à luz do conceito sociológico de Mannheim (1968), como “[...] um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar o mundo, seja para mantê-lo no estado em que se encontra)” (WHITE, 1994, p. 36-37).

o seu público certas visões de mundo que permitem tornar suas histórias inteligíveis. Segundo White, as obras de história que cumprem seu objetivo de inteligibilidade o fazem porque:

Tornam-se familiares, não só porque o leitor tem agora mais informações sobre os eventos, mas também porque lhe foi mostrado como os dados se harmonizam como um ícone de processo finito abrangente, uma estrutura de enredo com a qual ele está familiarizado como parte de sua dotação cultural. (WHITE, 1994, p. 103)

Contudo, esse aspecto mais cultural e cognitivo que possibilitaria a leitura e o acesso a certas obras históricas é enfatizado de maneira diversa por White em outro momento de sua obra. Nessa outra vertente interpretativa, o que garantiria as correlações tropológicas e seus modos de explicação seria uma estrutura fora do campo da decisão voluntarista. Embora White tome a idéia de Weber de uma afinidade eletiva²⁹ entre o ato de prefiguração do campo histórico e as estratégias explicativas utilizadas pelo historiador, estas acabam por sucumbir ao apelo metaestrutural. Assim, ele próprio acentua a vantagem de sua teoria e método:

E me permitiram [as combinações entre estratégias tropológicas e modos de explicação] encarar os diversos debates sobre como se deve escrever a história, debates ocorridos ao longo do século XIX, como essencialmente questões de variante estilística dentro de um único universo de discurso. [...] Afirmei, de fato, que simplesmente rotular a obra de um determinado historiador de “romântica” ou “idealista” ou “liberal” ou “conservadora” esconde mais do que revela a dinâmica dos processos de pensamento que o levaram a redigir suas histórias de uma certa maneira. Meu método analítico me permite especificar, nos diferentes níveis de compromisso — epistemológico, estético, ético e lingüístico —, precisamente em que consiste o “liberalismo” ou o “romantismo” ou o “idealismo” de um

²⁹ “Afinidade eletiva”, segundo Max Weber (1992), seria a relação de proximidade que não se situa, contudo, na ordem da causalidade. Weber utilizou esse conceito quando se referiu à relação entre a religião protestante e suas derivações e o desenvolvimento do capitalismo.

dado historiador e até que ponto isso determinou a estrutura das obras que ele escreveu. (WHITE, 1994, p. 434, grifo da autora)

O que está em discussão não é mais o aspecto cultural em termos da formação de uma “comunidade de sentido”, tampouco o aspecto documental da prova, como na escola tradicional clássica, mas aspectos instrumentais na ordem da estrutura da escrita. No entanto, White sustenta, como vimos, o caráter interpretativo e construtivista de *Metahistória*. Buscando fugir ao documental, baliza fiel do historiador clássico, White tenta eximir-se do julgamento de obras históricas definindo seu trabalho a partir de uma afirmação formalista, quase inocente. Com essa escolha metodológica, pretende uma isenção epistemológica em outro nível.

Não tentarei decidir se a obra de um determinado historiador é uma descrição melhor, ou mais correta, de um conjunto definido de eventos ou de um segmento do processo histórico, do que a descrição deles feita por algum outro historiador; procurarei, de preferência, identificar os componentes estruturais dessas descrições. (WHITE, 1994, p. 19)

Identificar e descrever componentes estruturais não deixa de ser uma tentativa de se mostrar imparcial apenas porque seu material é a linguagem e não fatos ou evidências. Mas essa tentativa de White, ao final, revela-se mais comprometida do que parece à primeira vista. De fato, há uma alteração epistemológica drástica das bases de construção histórica e de um tipo de legitimação — fontes para o sistema de construção discursiva sobre o passado. Sua proposta, embora tantas vezes desmentida por ele mesmo, destitui o “arquivo” de seu lugar privilegiado, para dar lugar à questão das estruturas de uma escrita. Embora discutindo a história em geral, White alinha-se à “história das idéias” ou historiografia, mesmo porque, ao definir a história, ele desfaz a diferença clássica entre

história e historiografia (WHITE, 1994, p. 434-435). Afirma escrever sobre a “história da consciência histórica”, quando, na verdade, escreve sobre alguns textos de história do século XIX. Tais aspectos da obra de White têm sido pouco debatidos. Em geral, a fortuna crítica girou em torno da fragilidade da objetividade, mas tomou como modelo de objetividade a história tradicional e, portanto, centrou-se na questão documental. Acompanhando essa lógica, algumas conclusões são inevitáveis e podem ser encontradas, com ênfase diferenciada, em seus críticos mais radicais.³⁰ No conjunto, argumenta-se que a teoria dos tropos leva à impossibilidade de verificação de evidências e promove o retorno da história à literatura. No entanto, sob outra perspectiva, sustentamos que *Metahistória* é um modelo estrutural de explicação histórica de caráter teleológico. Estrutural porque constrói uma metalinguagem para a história, e teleológico por privilegiar a ironia e atribuir-lhe o papel redentor de consciência da realidade. Vejamos como se articulam essas duas vertentes.

Embora discutindo o tema da imaginação histórica, White buscou a construção da objetividade do discurso histórico num outro lugar: na metalinguagem extraída da teoria dos tropos. O fato de essa teoria ser retirada da literatura ou da lingüística não lhe confere um caráter mais interpretativo e menos objetivista. Esse é um argumento que funciona apenas no próprio horizonte que alia a literatura à ficção. Mas, mesmo assim, o modelo de White ainda encontra problemas. Ao tentar permanecer fincado em solo humanístico, sua construção se mantém a meio caminho e a indecibilidade cria uma teoria capaz de dizer tudo e nada. Num momento, a proposta não poderia ser mais estrutural:

³⁰ Os críticos de Hayden White pertencem a dois grupos. Entre os mais conservadores, o expoente máximo é G. Elton (2002), ao lado de Richard Evans (2000) e John Warren (1998). No segundo grupo incluem-se J. Appleby (1996) e G. Himmelfarb (1989), que apontam algumas restrições às teses defendidas em *Metahistória*.

Mesmo no mais simples discurso em prosa, e mesmo num discurso em que o objeto da representação não pretende ser mais que um fato, o uso da própria linguagem projeta um nível de sentido secundário que fundamenta os fenômenos “descritos” ou está por detrás deles. Este sentido secundário existe inteiramente à parte dos próprios “fatos” e de qualquer argumento explícito que poderia ser oferecido no nível extra-descritivo, mais puramente analítico ou interpretativo do texto. (WHITE, 1994, p. 127)

Num outro momento, White estabelece um pluralismo lingüístico sem nenhuma baliza metodológica que ordene ou permita procedimentos mais pragmáticos na operação historiográfica. Ao final, a teorização de White é irrefutável, nos termos de Karl Popper (1999), quanto às formulações sentenciais que não permitem questionamento.³¹ Para Bann (1994, p. 63), *Metahistória* não permite contestação porque “depende precisamente da escala e variedade dos materiais que cobre e da visão incomparavelmente abrangente que oferece a respeito da imaginação histórica do século XIX”. Segundo Koselleck:

Hayden White oferece um pluralismo metahistórico de interpretações do mundo lingüisticamente facilitadas sem desse modo cair num relativismo historicizado e sem validar técnicas reducionistas baseadas na crítica da ideologia como afirmação final. No fim, seu teor básico se afasta de uma retórica concebida humanisticamente, que analisa como interpretações do mundo podem mediar e facilitar decisões políticas e éticas. (KOSELLECK, 2002, p. 42, tradução da autora)³²

³¹ De acordo com Karl Popper (1999), as boas formulações teóricas devem ser construídas numa formatação positiva, que permita sua contestação. O exemplo que deu e que se tornou ontológico é o da frase “todos os cisnes são brancos”, pois basta que se encontre um cisne de outra cor para que a afirmação seja refutada. Essa questão foi considerada pelo Círculo de Viena ao rediscutir as condições gerais de produção das ciências. Segundo Popper, o marxismo, a psicanálise e a psicologia de Adler são teorizações que não apresentam condições de refutação.

³² “Hayden White offers a metahistorical pluralism of linguistically facilitated interpretations of the world without thereby sinking into a historicizing relativism and without validating techniques of reduction based on criticism of ideology as final statement. In the end, his basic tenor stems from a humanistically conceived rhetoric, which examines how interpretations of the world can both mediate and facilitate political and ethical decisions.”

Assim, se de um lado White prima pela construção sofisticada de um edifício de muitas variáveis, deriva daí também o seu problema teórico. As possibilidades de combinação são tantas que não permitem, ao final, a permanência do rigor e da determinação dos tropos como orientação teórica segura. Retomando os dados da formulação, os tropos podem combinar-se com um dos quatro tipos de argumento e este com um dos quatro tipos de ideologia, que, finalmente, combinar-se-á com um gênero. Essa formulação deságua num modelo saturado e impreciso, mas White é razoavelmente consciente da questão da irrefutabilidade. Ele mesmo a comenta quando escolhe seu *corpus* textual (os historiadores e filósofos da história):

A situação deles [autores e textos escolhidos] como possíveis modelos de representação ou conceitualização histórica não depende da natureza dos “dados” que utilizavam para escorar suas generalizações nem das teorias que invocavam para explicá-las; depende, sim, da consistência, da coerência e do poder iluminador de suas respectivas visões do campo histórico. É por isso que não podem ser “refutados”, ou ter suas generalizações “desconfirmadas”, quer pelo recurso a novos dados que poderiam surgir em pesquisa subsequente, quer pela elaboração de uma nova teoria para interpretar os conjuntos de eventos que constituem seus objetos de representação e análise. (WHITE, 1994, p. 19)

White responde aqui a uma argumentação que se espera da história tradicional. Contudo, seu problema parece o de tentar criar uma metalinguagem para a história em geral com base na leitura de alguns textos do século XIX. Assim, suas afirmações não são mais que meras interpretações fundadas no tempo, com o objetivo de “[...] determinar as *várias teorias* possíveis mediante as quais foi a reflexão histórica justificada pelos filósofos da história *daquele tempo*” (WHITE, 1994, p. 18, grifo da autora). Não há mais como isentar-se das exigências de aplicabilidade para além de casos e épocas, feitas especialmente pelo modelo científico clássico. O que os filósofos da ciência recentemente

reclamam como plausibilidade das teorias científicas não são suas afirmações sobre a realidade física, mas um questionamento do instrumental que nos torna capazes de gerar boas afirmações sobre o real. É nesse sentido que, uma vez tendo gerado uma metateoria, White deve responder em que medida suas afirmações são coerentes não com o real ou as evidências, mas consigo mesmas.

Toda a discussão crítica sobre a pós-modernidade pode ser entendida como referência a esse postulado moderno. Nesse sentido, como interpretação de alguns textos do século XIX as sugestões são argutas, mas, enquanto teoria estrutural, White nega a forma objetivista para nos oferecer uma outra.

White sublinha ainda que as escolhas de um historiador justificam-se menos por suas opções teóricas do que pelo tempo a que pertence. Esse “tempo” remete ao “contexto social”, categoria analítica cara aos historiadores, mas que em White aparece apenas como recurso do formismo, um dos modelos contidos nos modos de “explicação por argumentação formal”.

Para historiadores profissionais, formismo e contextualismo representam os limites da escolha entre as formas possíveis que uma explicação de tipo peculiarmente “histórico” deve tomar. [...] O compromisso com as técnicas dispersivas do formismo e do contextualismo reflete apenas uma decisão dos historiadores de não tentarem o tipo de integração de dados que o organicismo e o mecanicismo sancionam naturalmente. (WHITE, 1994, p. 34-35)

Assim, aquilo que pareceria uma escolha livre confronta-se com o limite imposto por modelos próprios de estruturas argumentativas. Se se recusam dois tipos de explicação, só restam ao historiador outros dois que o levam inevitavelmente a usar o contextualismo. Dessa forma, o que explica uma narrativa histórica não é apenas a

vontade livre do historiador, modelada por opções lingüísticas disponíveis, mas conformações tropológicas que parecem mesmo anteceder tal escolha. Essa narrativa resulta da cosmovisão do historiador, delimitada por um arranjo em última instância dúbio, já que transforma contexto numa determinação de formato narrativo. Não menos problemático é o uso dos tropos em White, que “[...] não meramente inspeciona a passagem lingüística individual para localizá-los, mas, antes, discerne padrões de interpretação na decisão tropológica prévia que impregna todo o texto” (KOSELLECK, 2002, p. 40, tradução da autora).³³ Nesse sentido, o tropo parece ocupar não o lugar de uma figura de linguagem, mas “figura do pensamento”. Aquilo que seria superfície se torna estrutura. E, ao se lidar com as propostas epistemológicas ligadas ao par superfície/estrutura, entra-se na esfera das pretensões científicas do estruturalismo, não havendo, portanto, lugar para interpretações.

Assim como White reconstrói uma espécie de estruturalismo de “segundo nível”, uma teoria dos tropos lingüísticos (não estabelecidos com valor de igualdade) em *Metahistória*, as figuras de linguagem indicam os modos pelos quais os historiadores “vazaram” suas histórias como parte de si mesmos. No entanto, as cosmovisões, para White, possuem caráter valorativo e, numa escala progressiva (representada pelos tropos), caminham em direção a uma história mais transparente. A ironia, figura privilegiada, sobressai no modelo diacrônico de uma seqüência temporal de figuras de linguagem que começa pela metáfora, seguida da metonímia e da sinédoque.

³³ “[...] does not merely scrutinize individual linguistic passage in order to track down such tropes; rather, he discerns patterns of interpretation in the prior tropological decision that impregnate the intire text.”

Em contraste com esses três tropos, que qualifico de ingênuos (uma vez que só podem expandir-se na crença na capacidade da linguagem para apreender a natureza das coisas em termos figurados), avulta o tropo da ironia como um equivalente “sentimental” (no sentido schilleriano de “autoconsciente”). Diz-se que a ironia é essencialmente dialética visto representar um uso autoconsciente da metáfora a serviço da auto-anulação verbal. [...] Pode-se ver de imediato que a ironia é em certo sentido metatropológica, pois desenrola-se na percepção autoconsciente do possível abuso da linguagem figurada. A ironia pressupõe a ocupação de uma perspectiva “realista” da realidade, de onde se poderia oferecer uma representação não figurada do mundo da experiência. A ironia representa assim um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem. (WHITE, 1994, p. 51-52)

A história ganha assim um caráter teleológico, na medida em que sua tarefa seria vencer as armadilhas impostas pelos meandros da linguagem. Numa atitude quase “irônica”, White se vale da construção teórica dos tropos da linguagem para ao final demonstrar a necessidade de sua superação. A ironia é o tropo que anuncia o fim das engrenagens enganadoras e prefigura que a história está próxima da consciência, “daquilo que é”, do “real”. Em outras palavras, se a versão documental positivista é expulsa pela porta da frente, insiste em entrar pela dos fundos transvestida em outra modalidade, menos documental mas igualmente objetivista e realista. Sobre seu próprio trabalho, White (1994, p. 14) afirma que “[...] talvez não passe despercebido que este livro está vazado num modo irônico”. Na conclusão assinala que seu formalismo e posição axiologicamente neutra podem parecer incoerentes com sua ironia reivindicada. Mas sustenta que:

O reconhecimento dessa perspectiva irônica proporciona os fundamentos de transcendê-la. Se se puder mostrar que a ironia é somente uma dentre numerosas perspectivas da história, cada uma das quais tem boas razões de existência num nível de consciência poética e moral, a atitude irônica começará a perder sua condição de perspectiva necessária à condição do processo histórico. (WHITE, 1994, p. 441)

Portanto, é o modo irônico que permitirá o uso de outras modalidades de enredo, porque então se ingressa no reino da consciência. Antes disso, o historiador encontra-se condenado ao desarranjo entre os conceitos epistemológicos e os suportes estéticos por onde suas escritas “vazam”, gerando assim a impossibilidade, seja de uma arte, seja da ciência. É isso que explica também a condição de protociência da história no século XIX. Assim, a ironia equivale aqui ao conceito de maior objetividade, no nível do objeto, ou maior consciência, quando se aborda o indivíduo. Vários autores³⁴ fizeram notar que as diferenças entre os tropos denotam maior ou menor consciência do “real”. Segundo Dominick LaCapra (1983, p. 77), os tropos, em White, apesar de básicos, não parecem orientados pela narrativa ou por modelo dialético; ao contrário, “metáfora, metonímia e sinédoque relacionam-se umas às outras ciclicamente como início, meio, fim e como identidade, diferença, alta identidade”.³⁵

Não obstante as críticas, Hayden White produziu forte abalo e suas considerações delinearam um novo cenário para a discussão da história. Comparado com Barthes, White é mais semiológico, embora suas conclusões, tomadas em conjunto, não indiquem um caminho protocolar. A contribuição de White está também naquilo que tentamos apontar aqui como sua fraqueza, sua indecibilidade. Relendo o seu trabalho, uma nota de rodapé é instigante. Ao comentar as filiações de seu método, White (1994, p. 19, nota 4) escreve: “Eu, de certa forma, inverti a formulação deles. Eles perguntaram: quais são os

³⁴ *History & Theory*, após 1976, ano de seu lançamento, traz discussões que apontam o caráter ambíguo de *Metahistória*, especialmente o número 19: *Metahistory: six critique*.

³⁵ “Metaphor, metonymy, and synecdoche are related to one another cyclically as beginning, middle, end and as identity, difference, higher identity.”

componentes ‘históricos’ de uma arte realista? Eu pergunto: quais são os elementos ‘artísticos’ de uma historiografia ‘realista’?”

A questão dos elementos artísticos contidos na escrita histórica extrapola os aspectos mais complexos e talvez menos harmônicos da obra de White. Novamente comparando-o com Barthes, observa-se que ambos escolheram, em seus estudos, autores do século XIX, entre os quais Michelet. Nenhum tomou como objeto historiadores mais modernos, contemporâneos, por exemplo, do pós-Primeira ou Segunda Guerra. Seria o caso de imaginar as posições de Barthes aplicadas a modelos como a micro-história ou a história-relato, como Nathalie Zemon em *O retorno de Martin Guerre*. Tais estudos, num sentido restrito, pouco podem contribuir para uma análise com propósitos tão generalizantes. Lendo pormenorizadamente Sérgio Buarque de Holanda, seja o *corpus* escolhido para a nossa análise, seja o conjunto de sua obra, não parece fácil encontrar a chamada “estrutura profunda” sem cometer um reducionismo. Com Barthes, a dificuldade retorna. Num trabalho como *Do Império à República*, os recursos literários que Sérgio Buarque utilizou são tão óbvios que um estudo sobre a enunciação e “o efeito do real” pareceria, mais uma vez, extremamente reducionista. Toda tentativa de adotar os modelos em sua inteireza remete a algo que Italo Calvino tão bem ironizou com seu personagem Palomar:

Num modelo bem construído, na verdade, cada detalhe deve estar condicionado aos demais, para que tudo se mantenha com absoluta coerência, como num mecanismo em que, parando uma engrenagem, todo o conjunto pára. O modelo é por definição aquele em que não há nada a modificar, aquele que funciona com perfeição; ao passo que a realidade, vemos bem que ela não funciona e que se esfrangalha por todos os lados; portanto, resta apenas obrigá-la a adquirir a forma do modelo, por bem ou por mal. (CALVINO, 1994, p. 98)

A maior contribuição dessas leituras reside num certo embaralhamento não dissolvido, mas talvez iniciado: a definitiva característica poética da escrita histórica. Se há realmente um protocolo lingüístico a ser seguido, parece-nos duvidoso. Assim, descrever os modelos tornou-se fundamental por duas razões: primeiro pela força da formação pessoal do historiador, que não pode pensar fora de condições cronológicas; segundo porque a crise que se abate sobre a história, em especial sobre a historiografia, deve ser compreendida como um momento de redescritção (RORTY, 1990) ou descrição em nossos termos, fora das forças que nos “escreveram”. Nesse sentido, a historiografia está para a vida social como a psicanálise para o passado individual e o repensar nossas inscrições significa pensar nossa identidade, talvez não mais em termos de uma essência, mas de uma nova descrição.

Isso leva ao *corpus* deste trabalho. O texto escolhido faz parte de uma obra considerada canônica. Canônica antes pelo seu autor do que por si própria, porque veremos adiante o quanto *Caminhos e fronteiras* carece, em vários sentidos, de categorização e de análises quando comparada sobretudo com *Raízes do Brasil*. Portanto, trabalhar com tal material requer uma localização que, em termos gerais, é um pouco nebulosa na história do Brasil. Trata-se da separação entre história, historiografia e as outras histórias que têm como objeto o pensamento ou as idéias.

2.4. História, historiografia e outras histórias

O *linguistic turn* fez notar uma profunda confusão que, de certa forma, mantivera-se sob controle no modelo mais documental. Trata-se da discussão sobre o estudo da história e o da historiografia e suas especializações: história das idéias e história intelectual. A nomenclatura já traz em seu bojo um problema duplicado. Em primeiro lugar, as denominações se prendem a especificidades nacionais que impossibilitam, quase sempre, uma tradução minimamente razoável. Os americanos desdobraram o campo em duas modalidades: história das idéias e história intelectual. Na Europa, a questão varia de país a país. Na França a história das mentalidades tem origem nos *Annales*, mas é de difícil tradução e não corresponde ao objeto que os americanos tratam nas escolas aqui mencionadas. O mais próximo de uma história intelectual vem de autores isolados que não se filiam necessariamente a uma escola, mas trabalham, em geral, com o pensamento político, como Jean Starobinski. Na Alemanha permanece a *Geistesgeschichte*.³⁶ Na Inglaterra é notória a vertente intitulada de história das idéias, também conhecida por Escola de Cambridge, cujo representante mais eminente é Quentin Skinner.

Em alguns casos, a história das idéias ou história intelectual não se diferencia da historiografia (ou mesmo da teoria da história). No Brasil, essas especialidades não se estabeleceram de forma precisa. De maneira geral, o Brasil adotou a historiografia, que abrange estudos sobre os textos de história. Já os estudos sobre formas de pensamento (sistemático ou não), a história cultural, a história de visões de mundo (tanto individuais

³⁶ Numa tradução literal, história do espírito.

quanto coletivas), entre outras, vagueiam sem encontrar uma área precisa. Contudo, para além das diferentes tradições intelectuais locais que abrigariam ou não tais estudos, eles sempre se situaram na esfera das chamadas ciências humanas e sociais. Sua inclusão na área dos estudos literários não encontrou respaldo até os anos 60. De fato, abordar tais questões sob um ponto de vista literário seria, no paradigma tradicional, retornar a um padrão inferior em termos de cientificidade.

A história das idéias tem uma tradição bastante incoerente no que tange a seus temas, mas retira sua força provavelmente dessa mesma característica. Nos EUA, os estudos vão da filosofia ao folclore com a mesma intensidade e se consagraram na década de 40, através de Arthur Lovejoy, com a criação do *Journal of History of Ideas*. A historiografia foi por diversas vezes confundida com a filosofia da história, nos termos hegelianos do historicismo. Perdeu força em vários lugares, só voltando a ser revalorizada recentemente (IGGERS, 1997). Na Inglaterra, a história das idéias desenvolveu-se ligada às idéias políticas e sua fundação é associada à Escola de Cambridge. Na prática, essas escolas apresentavam diferenças mais em termos do objeto do que do método. Apenas nos anos 60 tornou-se imprescindível explicitar os pressupostos epistemológicos, então manifestamente colocados. Foi em 1969 que Skinner publicou, por exemplo, seu famoso e polêmico *Meaning and understanding in the history of ideas*, no qual expõe sua proposta de contextualismo lingüístico.³⁷ O texto de Barthes é de 1969 e o de White é de 1973. Em

³⁷ O “contextualismo lingüístico” pode ser reconhecido como uma vertente epistemológica da história das idéias. Além de Skinner, seu outro expoente é Pocock (1969), que sofisticou consideravelmente a proposta de Skinner. De maneira geral, o contextualismo lingüístico defende que se deve buscar a explicação do texto nas intenções do autor, mas considerando o contexto lingüístico da época. Suas principais filiações teóricas serão Collingwood, Austin, Lucien Febvre, Mannheim, Wittgenstein. Trata-se, portanto, de uma teoria sofisticada, embora rivalizada nas últimas décadas pelas idéias de Koselleck e mesmo pelo *linguistic turn* (SKINNER, 1969, 2000; POCKOCK, 2003). Para uma crítica do contextualismo lingüístico, ver Benvir, 1992.

ambos o ponto crucial não é outro senão o reconhecimento do papel da linguagem como construtora da realidade e não mais como meio neutro e passivo. Trata-se daquilo que Kellner (1989) chamou de “ansiedade triangular”, a ser enfrentada, segundo ele, por uma espécie de “comportamento desviante”.³⁸ Foi o que também suscitou a ira de Skinner, que chamou de hordas as novas frentes de discussão teórica, referindo-se à idéia de invasão e convocando os puros à defesa das fronteiras da “verdadeira história”.

Todas essas formas criam um dilema para a história, mas atingem especialmente a historiografia e as histórias que trabalham com textos. De maneira desconcertante, assustadora ou não, parece que não há como negar o problema. A despeito das inúmeras diferenças entre os chamados pós-estruturalistas, todos parecem partilhar a idéia de que a linguagem não reflete o mundo capturando-o em palavras, conceitos e teorias, mas, ao contrário, é o mundo que se constitui *na e pela* linguagem. Até bem recentemente, a escrita da história não questionava a linguagem, conceituando-a como elemento mediativo e neutro. Considerada como um elo que permitia a relação mente/mundo, a linguagem foi pensada no máximo como estilo: belas letras. Nessa lógica, também a historiografia e mesmo todas as histórias que lidavam com textos acabavam por atribuir centralidade não ao texto, mas a tudo fora dele. Isso conformou a marca metodológica da história: o contextualismo. Embora a concepção de contexto possa variar de teoria para teoria, o pressuposto inicial não se altera. O texto, assim como o fato, são explicados pelo

³⁸ Contida no próprio título de seu livro *Language and the historical representation: getting the story crooked* (1989), a palavra *crooked* pode ser traduzida por “não honesta”, “desviante”, “não linear” e aponta para uma nova prática de leitura, que “significa olhar para o texto histórico de maneira a tornar mais visíveis os problemas e decisões que conformam suas estratégias, por mais ocultas que possam estar” (KELLNER, 1989, p. 7, tradução da autora).

“extrafactual” ou “extratextual”. Do contrário, os historiadores estariam condenados a cometer o maior “pecado” de que seriam capazes: o anacronismo. Com esse pressuposto, a produção historiográfica resultante concentrou-se em apontar no texto os deslizos do autor, cuja análise teria “falhado” ao enfatizar, minimizar ou desconsiderar algo da ordem do real que deveria ter percebido.

Já na perspectiva do *linguistic turn*, não há mais sentido fixo e a correspondência entre realidade e linguagem desaparece. As críticas à idéia de um sentido fixo e único também se propagam, mas não são novas para a história. Como já assinalamos, a escola alemã nunca abraçou a possibilidade de fixação de sentido para o passado e mesmo autores de outras posições teóricas já haviam apontado esse limite. Carl Charles Beard, em 1934, afirmava que “cada historiador escreve a história como produto de seu tempo” (*apud* HIMMELFARB, 1992, p. 159) e mesmo Marx, a seu modo, já mostrara os limites de classe nas afirmações dos historiadores. Nesse sentido, a grande diferença é o abandono do projeto de se alcançar algum sentido para além das histórias locais, dos estudos de casos, e de pensar que a história deve buscar seus temas numa esfera diversa daquela do século XIX, então mais preocupada com as macroestruturas, como os Estados nacionais, as versões de uma história universal (KANT, 2004), a revolução, o progresso da humanidade etc. Essa hipótese pode também explicar a inversão do olhar do historiador, que se volta para segmentos antes considerados desinteressantes. Mobilizado, num primeiro momento, pelo pressuposto revolucionário e salvacionista típico dos anos 60, esse interesse se abrandou para dar lugar a um descentramento generalizado. Hoje, não é mais possível dizer qual é o objeto por excelência da história, tantos são os seus objetos e justificações.

Se na história o descentramento se deu basicamente em termos de objeto, na historiografia os problemas se desdobraram em discussões mais epistemológicas. De fato, muito se tem escrito sobre a história pós-moderna, mas poucos estudos procedem nesses termos. No mais das vezes, o deslocamento de objeto produz, por sua inovação, uma reflexão na área da historiografia. É o caso da história das mentalidades, originada na escola dos *Annales*, e mesmo da micro-história. Quanto à primeira, a escola francesa primou pela crítica ao positivismo e produziu inúmeros estudos de caso, mas pouca teoria.³⁹ A micro-história, um pouco menos profícua se comparada à escola francesa, gerou estudos igualmente variados, mas poucos se ocuparam da teoria, com exceção de Carlo Guinsburg,⁴⁰ seu maior expoente e defensor.

Para além das diferenciações locais, os movimentos foram modos de pensamento, que, na dificuldade de alcançarem precisão, formaram em alguns lugares (às vezes puramente acadêmicos) subunidades que geraram campos de pesquisa. A divisão assim relatada parece algo quase evolutivo e natural, mas é campo de lutas em defesa de fronteiras disciplinares.

³⁹ Segundo Chartier (1990) a primeira geração dos *Annales* foi extremamente fraca em termos epistemológicos. Os conceitos que a orientaram no que diz respeito à história das mentalidades foram em geral pouco consistentes, quando não buscados na sociologia (seja numa sociologia mais “a la” Durkheim, seja uma sociologia “a la” Bourdieu) ou mesmo na etnologia (como na de Lévy-Bruhl). De certa maneira isto mostra que os historiadores franceses buscaram seus conceitos em fontes laterais, se preocupando mais exatamente com a crítica ao positivismo. Somente após os anos 60 é que as questões teóricas terão maior impacto sobre a escola francesa. Mesmo assim os franceses se mantêm a certa distância da discussão anglo-saxônica e do próprio debate do *linguistic turn*. Um dos mais importantes teóricos da escola francesa, Michel de Certeau, que lecionou e publicou extensamente nos EUA, não faz referências ao debate desenvolvido na esteira do lançamento de *Metahistória*, embora aborde temas semelhantes.

⁴⁰ Além de Ginzburg, também faz parte desse seleto grupo o historiador Giovanni Levi. Segundo Wilson (1999), a micro-história tem primado por desenvolver uma espécie de extremismo nominalista somado a uma filiação às idéias de abdução do pragmatismo de Peirce. O resultado é muito semelhante aos estudos dos *Annales*, embora suas conclusões sejam sempre mais modestas em termos de abrangência histórica. Além disso, os personagens escolhidos pela micro-história são sempre indivíduos desconhecidos, como o famoso moleiro de *O queijo e os vermes*, de Ginzburg.

Nosso ponto de partida é considerar que estamos de fato lidando com uma história das idéias. No caso local, a tradução mais apropriada será a chamada historiografia. Estreitando mais nosso objeto, não se trata de qualquer texto, mas de obra de historiador — *Caminhos e fronteiras* — considerada canônica por ele mesmo.

Duas tendências se apresentam na discussão epistemológica. Uma, de caráter mais geral, filia-se a uma espécie de sociologia do conhecimento e se contrapõe ao objeto deste estudo; a outra, de caráter mais individual, mesmo não focada num único trabalho, desliza, em vários momentos, para considerações sobre outras obras do autor. Assim, diríamos que trabalhamos com a história dos textos de história, em oposição a algo que se intitula ora historiografia, ora história social ou das mentalidades, embora essa última seja tomada de empréstimo à França.

Sob a rubrica da história social elaboram-se biografias, histórias de instituições, publicações, autorias e mesmo uma história da leitura. De um lado, uma história dos textos, de outro, uma história dos livros. Ou, em outros termos, de um lado a ideologia como um sistema (GEERTZ, 1989), de outro a ideologia como expressão de interesses sociais específicos, seja de pessoas, seja de classes sociais. Enquanto o historiador do pensamento se interessa por textos escritos, por modelos de sentido que podem revelar, o historiador social é interessado nos mesmos objetos, mas apenas como registros de experiência de classe ou grupo ou mesmo sintoma social.

Nos anos 70 e 80, através das categorias de agência e experiência, a história social voltou-se para os excluídos, oscilando entre dois opostos, os oprimidos e vítimas (vozes caladas) ou os agentes que os silenciaram. O historiador das idéias foi influenciado por outras vertentes, em especial a do *linguistic turn*, que pensa em termos de representação,

de pontos de vista, categorias conceituais e modos de organização de um texto.⁴¹ A capacidade da linguagem em construir a realidade mais do que refleti-la, a discussão sobre a “morte do autor” (Roland Barthes) e a indeterminação do sentido haviam colocado o conceito de realidade sob suspeição ao minar toda a noção de uma realidade social anterior ao contexto no qual as idéias surgem. Em outros termos, o que os pós-estruturalistas questionam não é apenas um detalhe, mas um dos pilares da historiografia. Do ponto de vista da história do pensamento, a experiência se torna inacessível. Mesmo que a mente tenha produzido documentos mais acessíveis, o centro nervoso não se situa mais nos fatos e evidências, mas na linguagem. As afirmações questionam os limites entre as chamadas especializações. Afinal, toda história deve ser escrita. Mesmo a história dos povos sem escrita tornou-se uma história a partir do momento em que foi escrita (nos moldes ocidentais). Assim, o que diferencia a historiografia ou a história das idéias da história social não são os documentos em si, mas a maneira como são usados para reconstruir os mundos passados, que são sempre, nesse sentido, mundos mentais.

Esse é o cenário de uma especialização em crise. Trabalhos em revistas especializadas, livros e prefácios de obras trazem em seu título essa constatação, no mínimo incômoda. Dominick LaCapra inicia um de seus mais importantes trabalhos afirmando que “na última década, historiadores intelectuais têm sido cada vez mais levados a acreditar que a crise pela qual passa o seu campo é suficiente para reabrir a discussão sobre sua natureza e seus objetivos” (LACAPRA, 1983, p. 23, tradução da autora). Em 1986, Linda Orr publica o artigo “A vingança da literatura: uma história da

⁴¹ É bem verdade que a história social produziu, sob a influência foucaultiana, um considerável número de frentes de trabalho sobre formas discursivas, mas o fez com o intuito de demonstrar formas de poder e, nesse sentido, centrou-se na questão do poder, não mais macro, mas micro (MEGILL, 1987).

história”⁴² e, no mesmo ano, Nancy Partner publica “Recuperando o tempo perdido: escrevendo sobre a escrita da história”.⁴³ De maneira indiscutível, as questões colocadas num âmbito mais geral atingiram a historiografia e todas as disciplinas que lidam com textos. Não que a história se mantivesse infensa à questão. Na verdade, tudo passou por campos valorativos e epistemológicos. Quando se estabelece que a linguagem é meio, o instrumento de análise se desloca para outro objeto. Na história sempre estiveram presentes a linguagem, a leitura, o texto, a retórica etc. Trata-se agora de colocá-los no centro da investigação.

As questões propostas à historiografia contemporânea são evidentemente de ordem epistemológica e têm suas raízes nas formulações da história tradicional. Mesmo nos momentos de crise de modelos epistêmicos, a história nunca se voltou para questões que não fossem as da objetividade, relacionadas aos documentos ou ao sujeito. É bastante exemplar, nesse sentido, o debate que antecedeu e acompanhou o nascimento da escola dos *Annales*. Se num primeiro momento os temas fogem ao determinismo (racial e geográfico), oriundo do século XIX, no momento seguinte prendem-se ao Contextualismo. Mesmo um autor como Certeau (1982), trabalhando com a linguagem, não avançará significativamente nessa área e permanecerá isolado, embora suas contribuições tenham um cruzamento curioso com os estudiosos do *linguistic turn* na linha anglo-saxônica. Ainda na linhagem francesa, mas considerado mais filósofo que historiador, Ricoeur (1994) propõe teorias ligadas à hermenêutica, das quais resultará uma das mais importantes e ignoradas teorias da linguagem para o campo historiográfico: a

⁴² “The revenge of literature: a history of history” (tradução da autora).

⁴³ “Making up lost time: writing on the writing of history” (tradução da autora).

narratividade. De qualquer maneira, a idéia geral é demonstrar que, com exceção da história alemã (e de casos isolados), não houve um debate sobre a linguagem no campo historiográfico.⁴⁴ Não é sem motivo, portanto, que os historiadores se indignam com a “intromissão”. De fato, não há nenhuma operacionalização possível no campo historiográfico que não venha dos estudos literários ou da hermenêutica.

Admitindo-se esse cenário, à historiografia não restam muitas possibilidades. Seja porque ainda não se atingiu um estágio científico, seja porque os historiadores são como literatos, o fato é que ainda não se desvencilharam dos instrumentais dados pela literatura. Fora disso permanecem no solo da história tradicional, onde a análise percorre um protocolo que visa essencialmente a apontar “falhas” ou “filiações” do autor, sejam de classe, de nacionalidade ou de época.

Mesmo tomando como coerente o fato de que um estudo textual passa inevitavelmente por uma análise da linguagem, teríamos ainda de definir nosso conceito de linguagem e de estabelecer o derivativo instrumental de nossa escolha.

⁴⁴ Sobre essa questão, ver especialmente Ankersmit, *The use of the language*, que aborda de forma filosófica um possível recorte cuja matriz seria recusar o paradigma kantiano e subverter a ordem num retorno ao esteticismo. Ver também Ankersmit (1983) para um desenvolvimento mais extenso desse argumento.

2.5. Estudos literários e historiografia

Numa viagem a um país do Oriente, o senhor Palomar comprou um par de pantufas num bazar. De volta a casa, tenta calçá-las: dá-se conta de que uma delas é maior do que a outra e lhe escorrega do pé. Lembra-se do velho vendedor sentado nos calcanhares num nicho do bazar diante de um montão de pantufas de todos tamanhos; recorda-o remexendo o montão para encontrar uma pantufa que lhe sirva no pé, faz com que ele a experimente e depois volta a remexer no montão e lhe apresenta o outro suposto pé, que ele aceita sem provar.

“Talvez agora”, pensa o senhor Palomar, “um outro homem esteja caminhando em algum país com duas pantufas desparelhadas”. E vê uma débil sombra claudicante percorrendo o deserto, com um calçado que lhe escapole do pé a cada passo, ou talvez mais apertado, que lhe aprisiona o pé torcido. “Talvez também ele neste momento pense em mim, espere encontrar-me para fazer a troca. O vínculo que nos une é mais concreto e claro do que a maior parte das relações que se estabelecem entre os seres humanos. Contudo, jamais nos encontraremos”. Decide continuar a usar estas pantufas desparelhadas em solidariedade com seu companheiro de desventura ignoto, para manter viva essa complementaridade tão rara, esse espelhamento de passos claudicantes de um continente a outro. (CALVINO, 1994, p. 91)

O debate no interior da historiografia encontra-se em situação semelhante à do personagem de Calvino. Como que trazido de um outro lugar, nosso instrumental é meio descombinado: num pé se ajusta, no outro não. Mas, nesse meio caminho, nossa condição é compartilhada: um outro também possui um par desparelhado. É pela assimetria que estamos unidos numa espécie de “solidariedade com esse companheiro ignoto”.

Companheiro, aliás, não tão ignoto assim, é mais um estranhamento necessário que precisamos construir e que nos torne, como o Palomar de Calvino, mais preocupados com a troca das pantufas no bazar do Oriente distante do que com o conforto dos próprios pés.

Se as questões suscitadas pelo *linguistic turn* vieram para ficar, se as tomarmos como “provocações” mais no sentido de Hans Robert Jauss (1994) do que no de Skinner, a historiografia não é um campo minado, mas fértil. A brincadeira das metáforas remete à impossibilidade de reverter o quadro de crise instaurado, não apenas para a historiografia, mas para as ciências humanas em geral. Se a historiografia é mais atingida, isso se dá em virtude do seu objeto: o texto. Se no modelo histórico mais clássico e positivista o texto do historiador sempre continha algum *déficit*, algum excesso ou mesmo uma filiação indesejada, agora os termos se invertem. O texto continua atrás de nós, mas não se trata de recuperá-lo por não ter correspondido a um hipotético modelo de “real”. O texto possibilita leituras, diálogos, perguntas e reflexões que se projetam não mais apenas para o passado, mas também para o presente e para o futuro.

Não é o caso de retomar aqui toda a intrincada discussão sobre a linguagem e suas conseqüências. Isso será feito parcialmente ao tomarmos as posições de Dominick LaCapra relativas à literatura, à história e ao valor atribuído aos estudos interdisciplinares, que parecem cumprir o papel que caberia à descrição dos caminhos e descaminhos antes assinalados pelas discussões da linguagem e representação. LaCapra significa uma alternativa interessante ao modelo desenvolvido por Hayden White e através de seus textos é possível fazer o recorte, aqui escolhido, da polêmica entre linguagem, texto e historiografia.

LaCapra notabilizou-se por produzir uma discussão crítica e aplicar seus próprios princípios de forma extensa. Suas análises abordam de Flaubert a Durkheim, passando por Habermas, Sartre e Wittgenstein. Mais recentemente, LaCapra tem estudado o “trauma” como experiência histórica. Seu texto inaugural sobre as questões

historiográficas, publicado em 1983, alinha-se à história intelectual no próprio título: *Rethinking intellectual history and reading texts*. A exemplo de *Metahistória*, provocou várias respostas, mas em menor intensidade.

Segundo LaCapra, a história intelectual marca o fim de uma “história natural” ou, segundo Suzanne Gearhart (1987), o fim da história “dada por si” (*taken for granted*). História natural abarca todas as formas monológicas, de totalização e de disciplinarização da história. Seguindo a crítica de Gearhart, LaCapra propõe menos o dilema da escolha entre as teorias disponíveis do que um novo conceito de história que permita uma nova escrita e leitura de textos historiográficos. Segue-se a isso o imperativo não de estabelecer novas fronteiras disciplinares, mas, antes de tudo, de romper as existentes, exercício que LaCapra empreende em vários de seus trabalhos. Como afirma, “eu continuo a acreditar que os historiadores têm muito a aprender com disciplinas como a crítica literária e a filosofia, em que debates sobre a natureza da interpretação têm sido particularmente intensos no passado recente” (LACAPRA, 1983, p. 9, tradução da autora).⁴⁵ As discussões com a literatura têm, para LaCapra, uma forte consequência epistemológica. Diferentemente de autores que debateram a literatura e a história aceitando a antinomia real/ficção, LaCapra problematiza ambos os lados.

Historiadores utilizam ficções heurísticas, contrafações e modelos para orientar suas pesquisas a fatos, e a questão que tentei levantar é se historiadores se restringem a reportar e analisar fatos em seu diálogo com o passado. Inversamente, a literatura toma de empréstimo um repertório factual de várias maneiras, e a transposição dos documentos tem um efeito contínuo que invalida tentativas de ver a literatura como mera suspensão de referência à “realidade” ou transcendência do empírico em puro imaginário. Mesmo quando a literatura tenta “isolar” a realidade

⁴⁵ “I continue to believe that historians have much to learn from disciplines such as literary criticism and philosophy where debates over the nature of interpretation have been particularly lively in the recent past.”

empírica ou suspender as funções dos documentos mais comuns, ela se envolve num trabalho ou práxis auto-referente através da qual o texto documenta seu próprio modo de produção. (LACAPRA, 1983, p. 57-58, tradução da autora)⁴⁶

Assim, se o “factual” não é o elemento preponderante na operação histórica, isso não significa que a referência à realidade deixou de ser um problema. Pelo contrário, o problema se agrava e se estende à literatura, antes domínio do fictício, do irreal. Conceitos binários resultam nisto: ao se questionar um dos lados, imediatamente se desmonta o seu correlato:

Essa visão é enganadora quando se relaciona ao *status* de distinções analíticas ou oposições estruturais e à questão de como essas distinções ou oposições funcionam em textos. Distinções analíticas feitas entre história e literatura, fato e ficção, conceito e metáfora, sério e irônico, entre outras, não definem reinos de discurso que caracterizam ou governam de forma não problemática usos ampliados da linguagem. (LACAPRA, 1983, p. 57, tradução da autora)⁴⁷

Várias pressuposições da história estão, segundo LaCapra, sob escrutínio crítico, em especial os conceitos de causalidade, temporalidade e, com mais intensidade, a concepção clássica da historiografia de texto/contexto. De fato, essa última é também a que atesta a separação entre crítica literária e filosofia, de um lado, e história, de outro.

⁴⁶ “Historians make use of heuristic fictions, counterfactuals, and models to orient their research into facts, and the question I have tried to raise is whether historians are restricted to the reporting and analysis of facts in their exchange with the past. Conversely, literature borrows from a factual repertoire in multiple ways, and the transplantation of the documentary has a carry-over affect that invalidates attempts to see literature in term of a pure suspension of reference to “reality” or transcendence of the empirical into the purely imaginary. Even when literature attempts to “bracket” empirical reality or to suspend more ordinary documentary functions, it engages in a self-referential work or praxis through which the text documents its own mode of production.”

⁴⁷ “This view is misleading as it relates to the status of analytic distinctions or structural oppositions and to the question of how these distinctions or oppositions function in texts. Analytic distinctions such as those drawn between history and literature, fact and fiction, concept and metaphor, the serious and the ironic, and so forth, do not define the realms of discourse that unproblematically characterize or govern extended uses of language.”

Historiadores em geral reduzem os textos a meros documentos, enquanto os estudiosos de literatura e filosofia reduzem a história e a informação contextual a uma espécie de pano de fundo geral. Além dessa faceta mais óbvia, uma outra se desdobra: o contexto é causa do texto, por ordem inversa. Para explicar um texto, devo explicar o contexto, o que aproxima a noção de texto à de efeito ou talvez, em termos mais sofisticados, à de sintoma social. Isso vale para a literatura, assim como para a historiografia ou a história das idéias ou história intelectual.

De maneira geral, os historiadores abraçam sem maiores constrangimentos a premissa de que o contexto explica o texto e, com maior ou menor ênfase, fazem algumas concessões aos aspectos intencionais ou biográficos do texto. De resto, a matriz permanece mais ou menos a mesma. É nesse sentido que as indagações de LaCapra parecem não apenas interessantes ou originais, mas operam numa outra chave. O que é significativo não é um novo conceito ou uma nova idéia, mas um repensar (*rethinking*). De fato, o objeto da historiografia é o texto de um historiador. Portanto, vista sob a ótica dos estudos literários, esta investigação se justifica: bem ou mal, lida-se com um texto. Do ponto de vista historiográfico, talvez o tema seja um pouco “incômodo”: afinal, ao tomar o texto não como resultado, rompe-se com o paradigma clássico da explicação historiográfica e desvia-se o olhar dos fatos para a escrita. Em *Rethinking the intellectual history*, LaCapra afirma: “Meu objetivo explícito nestes ensaios é tornar o ‘contexto’ menos um *shibboleth* ou um *passe-partout* e mais um conceito limitado e crítico em pesquisa histórica” (LACAPRA, p. 16, tradução da autora).⁴⁸ Na montagem desse questionamento do binarismo

⁴⁸ “My explicit goal in these essays is to make ‘context’ less a *shibboleth* or a *passe-partout* and more a limited, critical concept in historical research.”

texto/contexto, LaCapra já aponta os problemas intrínsecos ao primeiro item do par: o texto.

O que significa o termo “texto”? Este pode inicialmente ser visto como um uso situado da linguagem marcado por uma tensa interação entre tendências mutuamente implicadas, ainda que, em certos momentos, antagônicas. Nessa visão, a própria oposição entre o que está dentro e o que está fora dos textos é tornada problemática e nada é visto como pura e simplesmente dentro ou fora de textos. Na verdade, o problema se torna o de repensar o conceito de “dentro” e de “fora” em relação aos processos de interação entre a linguagem e o mundo. (LACAPRA, 1983, p. 26, tradução da autora)⁴⁹

Retorna-se aqui à discussão da linguagem como mediação ou como construção do mundo. Aceito o argumento de LaCapra, um outro se segue quase obrigatoriamente:

O contexto ou o “mundo real” é ele próprio “textualizado” de formas variadas e, mesmo acreditando-se que a intenção da crítica é mudar o mundo, não meramente interpretá-lo, o processo e os resultados da mudança por si sós suscitam problemas textuais (LACAPRA, 1983, p. 26, tradução da autora).⁵⁰

Colocada nesses termos, a textualização nunca foi realmente um problema para a maior parte dos historiadores, salvo quando tratada como estilo ou como retórica. Por estilo entendia-se a “boa escrita” e a retórica foi muitas vezes tomada num sentido pejorativo, como modo de conquistar o “outro” fazendo-se um uso ilegítimo ou não muito

⁴⁹ “What is meant by the term ‘text’? It may initially be seen as a situated use of language marked by a tense interaction between mutually implicated yet at times contestatory tendencies. On this view, the very opposition between what is inside and what is outside texts is rendered problematic, and nothing is seen as purely and simply inside or outside texts. Indeed the problem becomes one of rethinking the concept of ‘inside’ and ‘outside’ in relation to processes of interaction between language and the world.”

⁵⁰ “The context or the ‘real world’ is itself ‘textualized’ in a variety of ways, and even if one believes that the point of the criticism is to change the world, not merely to interpret it, the process and the results of change themselves raise textual problems.”

honesto dos argumentos.⁵¹ No entanto, também é fato que para o historiador a questão da textualização é fundamental, visto que evidências ou documentos são quase sempre escritos. Mesmo se as novas abordagens da história consideram outras fontes, como a oralidade, ruínas, lixo, música, arte, etc., a escrita é ainda um dos principais documentos a que os historiadores recorrem quando tentam reconstruir o passado. Dominadas pelo modelo, em que prevalece a questão objetivista, as obras historiográficas tendem a ser vistas menos em seus termos textuais do que informacionais ou documentais.

Dessa forma, como já visto, pode-se dizer que existe certa “pressuposição” para a leitura de uma obra histórica, colocada provavelmente na ordem inversa da “suspensão do real”. Um trabalho de história provoca uma disposição prévia de crédito, dado o paradigma construído, ao longo do tempo, da confiabilidade anunciada no título “trabalho de história”, que, distinto da ficção ou irreabilidade, teria como objeto o fato ou o real. Dessas observações resulta inevitavelmente uma rasura na idéia de texto histórico. Seguindo a lógica proposta por LaCapra, no entanto, é impossível obliterar um lado do par texto/contexto sem tocar o outro.

⁵¹ Trata-se aqui do sentido atribuído à retórica pelo senso comum e mesmo, de certa forma, pela academia. À frente faz-se referência à retórica clássica.

2.6. (Re)lendo textos de história

Houve na vida do senhor Palomar uma época em que sua regra era esta: primeiro, construir um modelo na mente, o mais perfeito, lógico, geométrico possível; segundo, verificar se tal modelo se adapta aos casos práticos observáveis na experiência; terceiro, proceder às correções necessárias para que modelo e realidade coincidam.

[...] Para construir um modelo — Palomar sabia —, é necessário partir de algo, ou seja, ter princípios dos quais derivar por dedução o próprio raciocínio. Esses princípios — também chamados axiomas ou postulados — nós não os escolhemos *a posteriori*, mas já os temos, porque se não os tivéssemos não poderíamos nem sequer nos pôr a pensar. Mesmo Palomar portanto os tinha, mas — não sendo nem matemático nem lógico — não se dava ao trabalho de defini-los. A dedução era, no entanto, uma de suas atividades preferidas, porque podia dedicar-se a ela sozinho e em silêncio, sem aparelhagens especiais, em qualquer lugar ou momento, sentado numa poltrona ou passeando. Quanto à indução, porém, ele tinha certa desconfiança, talvez porque suas experiências lhe pareciam aproximativas e parciais. A construção de um modelo era portanto para ele um milagre de equilíbrio entre os princípios (deixados à sombra) e a experiência (inapreensível), mas o resultado devia possuir uma consistência muito mais sólida que uns e outra. (CALVINO, 1994, p. 97-98)

O primeiro movimento para uma nova interpretação dos textos historiográficos exige, como visto, repensar o binômio texto/contexto. LaCapra (1983, p. 36) sugere trabalhar com seis tipos de contexto: intenções, motivações (história de vida), sociedade, cultura, o *corpus* e a estrutura. Percebe-se aí uma semelhança com os estudos literários. De fato, o ponto em comum é o texto, cuja origem — história ou literatura — ignora-se, pelo menos inicialmente. Enquanto metodologia, é bastante primária para um estudante de literatura, mas talvez seja surpreendente para o historiógrafo ou o “historiador das idéias”, que muitas vezes não cuida de seu objeto como “texto”, mas como da mesma ordem de qualquer acontecimento histórico.

O primeiro item são as intenções do autor, tema já bastante explorado pela crítica literária e que na historiografia tem em Quentin Skinner seu maior representante. Seria ingênuo reduzir Skinner a esse esquema. Seu trabalho é bem mais sofisticado e inclui uma combinação da análise do contexto histórico para compreender a intenção num jogo de linguagem historicamente dado e nesse mesmo contexto.⁵² Correntes ao longo do século XX rejeitam considerar uma obra como resultado das intenções⁵³, mas esse critério ainda não foi de todo abandonado. É mais afeito à tradição dos estudos literários do que dos historiográficos, dado que estes se filiaram, pelo menos em sua fase “científica”, ao caráter mais objetivo e menos individual da autoria.⁵⁴ Não obstante as críticas, o intencionalismo ainda é um dos critérios mais considerados na análise de textos. Do conjunto de problemas que apresenta, alguns correspondem também a outros modelos de análise. Um primeiro problema residiria no caráter de propriedade atribuído ao autor em relação ao seu texto. A isso alia-se uma concepção simplista de intencionalidade como consciência completa e total da obra. Nesse sentido, o ponto mais vulnerável do intencionalismo seria o de ignorar toda a questão da inconsciência e que muitos aspectos de um texto só são descobertos ou “compreendidos” ao longo da sua própria escrita. Atribui-se exagerado

⁵² O trabalho de Skinner foi recebido no Brasil como alinhado aos “estudos do pensamento político”, que em muitos momentos também se confundem com a historiografia. Embora Skinner tenha escrito um texto que se tornou clássico sobre a teoria dos estudos historiográficos ou estudos de história intelectual (SKINNER, 1969), só muito recentemente o debate mais epistemológico tomou corpo. Ver Jasmin (2005) e Carvalho (1998), com destaque para um paralelo entre o modelo do contextualismo lingüístico de Quentin Skinner e a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) desenvolvida por Reinhart Koselleck.

⁵³ Cf. Luiz Costa Lima (1975).

⁵⁴ A autoria, bem como a originalidade, são questões essenciais para a fundamentação da arte a partir do século XVIII (Romantismo). A literatura é envolvida nesse processo e recebe então uma nova concepção e novos regimentos. A idéia, portanto, de buscar a explicação de um texto na intenção ou na vida do autor faz eco a um modelo maior que tem como “pano de fundo” a questão da subjetividade desse autor em oposição ao modelo mais científico desenvolvido à mesma época pela história, que pretendia anular o historiador. Isso é válido também para o historiógrafo, que deve apontar as amarras sociais, pessoais ou subjetivas do autor. Nesse sentido, o padrão de escrita do historiador não difere tanto do padrão do historiógrafo.

poder ao autor, enquanto ao leitor se reserva a impossibilidade de qualquer interpretação, uma vez que, nessa perspectiva, ele deve render-se ao postulado da intenção do autor. Do ponto de vista da história das leituras dos textos, tal primado não ocorreu. Pelo menos em relação aos textos canônicos, a intenção do autor foi expropriada pela tradição. Em geral registrada num prefácio, como um dado entre outros, não prevaleceu como o “ponto arquimediano” da interpretação de textos.

De qualquer maneira, a idéia “daquilo que pretendia o autor quando escreveu tal e qual” nunca desapareceu de cena totalmente e sempre fez par com outro modelo explicativo, do qual decorre muitas vezes, numa espécie de combinação inseparável. Trata-se do modelo que explica o texto pela vida do autor. Nesse caso, a idéia se expande e não se acredita que as intenções expressas pelo autor sejam suficientes para se “resolver” o texto. Tal abordagem permite elucidar, por exemplo, aquelas contradições que surgem quando os próprios autores negam as intenções que lhes são imputadas. O critério psicobiográfico também busca as intenções, mas não se contenta com o seu caráter consciente e trabalha sempre com a premissa de que o autor manifestou no texto aspectos que ele próprio desconhecia e que uma boa pesquisa sobre sua vida poderia esclarecer. Se o primeiro modelo parece mais afeito a certas vertentes dos estudos literários, no segundo o caráter histórico já encontra maior eco. Afinal, a historiografia sempre levou em conta o impacto, na vida individual, do pertencimento a uma cultura, nação, época, grupo ou classe social, entre outras categorias sociais.

A abordagem é bastante inspiradora e revela, muitas vezes, um interessante revés. Se inicialmente vários elementos da vida pessoal do autor se mostram como o ponto de chegada, acabam por se tornar explicações de um cenário maior, esse sim qualificado

como “contexto histórico de época”. Nesse sentido, por exemplo, é comum atribuir-se, num primeiro momento, grande parte do medo que transparece nas idéias de Hobbes à sua própria vida e, num segundo momento, a uma Inglaterra aterrorizada pela idéia da desordem social. Em termos brasileiros, talvez o melhor exemplo seja o de Euclides da Cunha e sua quase obsessão por Antônio Conselheiro, que revelaria aparentemente suas próprias frustrações pessoais, mas, numa segunda leitura, indicaria uma república positivista conflitante.⁵⁵ Como nos exemplos de Hobbes e de Euclides da Cunha, as questões da biografia pessoal acabam submergindo num contexto histórico geral. Tanto no caso das intenções como no da análise psicobiográfica, trata-se de descobrir as grandes motivações.

Essa vertente se verifica em muitas tradições, mas, no Brasil, nunca foi muito clara.

Segundo Carvalho,

É possível afirmar que a história intelectual, ou a história das idéias feita no Brasil limitava-se, até muito pouco tempo, a dois tipos de enfoques. O primeiro, de larga tradição, assemelhava-se à prática utilizada na filosofia de expor as idéias de cada pensador de forma isolada. Tratava-se de uma história centrada no pensador, supondo que era possível interpretar suas idéias com exatidão. Os autores que manifestavam interesse pela história acrescentavam, à reprodução de idéias, um certo esforço para situar o pensador no seu contexto social. (CARVALHO, 1998, p. 149, tradução da autora)⁵⁶

⁵⁵ Exemplar é a análise de Roberto Ventura (2002) na introdução de “Os Sertões” em *Intérpretes do Brasil*, edição da Aguilar.

⁵⁶ “Es posible afirmar que la historia intelectual, o la historia de las ideas hecha en el Brasil se limitaba hasta hace muy poco tiempo a dos tipos de enfoque. El primeiro, de larga tradición, se asemejaba a la práctica, usada en la filosofía, de exponer el pensamiento de cada pensador de forma aislada. Se trataba de una historia centrada en el pensador, con el supuesto de que era posible interpretar sus ideas con exactitud. Los autores con interes por la historia sumaban, a la reproducción de las ideas, un cierto esfuerzo por situar al pensador en su contexto social.”

Por outro lado, nos dois casos, tanto uma intenção explicitada quanto a sua linhagem mais sofisticada, que engloba aspectos psíquicos da vida do autor, contêm problemas que podem ser agrupados num mesmo conjunto de críticas. Ambas as abordagens buscam unificar texto e contexto num processo que preenche o texto de maneira a não produzir lapsos, faltas nem incoerências. Tanto numa explicação como na outra, trata-se de processos interpretativos que, construídos como hipóteses, acabam se configurando como uma espécie de guia único de leitura (LACAPRA, 1983). Nesse processo sugestivo, aquilo que se deveria apresentar como conjectura se projeta como solução, ocupando todos os espaços e produzindo uma totalidade. Dificilmente não se sucumbe àquelas leituras em que todos os dados se encaixam harmonicamente, engendrando uma espécie de correspondência entre texto e vida. Tais leituras, entretanto, nunca encerraram as discussões sobre os textos. Assim como outros temas na vida, na ciência e na arte, as interpretações ou explicações totalizantes não foram pontos finais, mas geraram outros textos que passaram a integrar a fortuna crítica daquele que se pretendia explicar.

Vida e texto também podem ser ambos marcados e relacionados um pelo outro por processos que colocam a identidade em questão. Um texto ou uma vida pode questionar a si mesmo de maneiras mais ou menos explícitas assim como um pode questionar o outro. Na medida em que são distinguíveis, vida e texto podem ser caracterizados por padrões de desenvolvimento ou por formas de repetição que não são simplesmente coincidentes e que podem inclusive desafiar um ao outro. Um problema comum a um texto escrito e a um “texto vivido” pode ser trabalhado ou manuseado diferentemente em cada um, e essas relações diferenciais implicam em importantes problemas para sua interpretação. E nós lemos textos escritos significativos não simplesmente porque são compensatórios, mas também porque são suplementares: eles

acrescentam algo à vida ordinária que, talvez infelizmente, não existiria sem eles. (LACAPRA, 1983, p. 39-40, tradução da autora)⁵⁷

Em geral, a explicação de um texto através das intenções ou da vida do autor, quando usada como chave exclusiva na sua interpretação, produz um invariável reducionismo e isso parece valer tanto para os estudos literários quanto para os historiográficos.

O contextualismo, modo primário de todo historiador, pode ser considerado como o próprio *modus operandi* da história e, por isso, é aplicado à historiografia e aos estudos literários. Abrangendo desde as manifestações mais ingênuas até as mais sofisticadas interpretações, a idéia de contexto pode ser tomada como uma descrição apoiada em fontes do passado e centrada em grandes fatos históricos e políticos, como evidenciou a escola positivista. No marxismo, o contexto é compreendido como uma estrutura bastante complexa. Entre esses dois modelos, muitos outros poderiam ser enumerados, mas suas derivações importam menos do que aquilo que têm em comum: qualquer acontecimento deve ser compreendido no contexto a que pertence e que o explica. Remetido ao contexto, todo acontecimento, apesar da sua unicidade, pertence a algo maior e postula, assim, um sentido para além de si mesmo. No entanto, e esta é uma aparente contradição, o acontecido, tão logo alocado em seu contexto (seja ele qual for), ganha um imediato sentido e, dessa forma, pode-se afirmar que tem um caráter metonímico.

⁵⁷ "Life and text may also be both internally marked and related to each other by processes that place identity in question. A text a life may question itself in more or less explicit ways, and each may question the other. Insofar as they are distinguishable, life and text may be characterized by patterns of development or by forms of repetition that are not simply coincident and that may even challenge one another. A problem common to a written text and a lived 'text' may be worked or played out differently in each, and these differential relations pose important problems for interpretation. And we read the significant written texts not only because they are compensatory but also because they are supplementary: they add something to the ordinary life that as a matter of (perhaps unfortunate) fact might not exist without them."

Contextualismo enquanto estratégia de entendimento é relacional e integrativo. Ao relacionar elementos ou partes umas às outras e, portanto, a algum todo explícito ou implícito, ele explica as partes e o todo simultaneamente. Essa explicação é presumidamente alcançada quando a unidade de estudo e seu contexto tornam-se os mesmos ou coincidentes. Dessa forma, o contextualismo tenta integrar a dispersão inerente à multiplicidade de particulares, básica à noção de plenitude, com a coerência e integração essenciais para a descrição e compreensão de um passado enquanto estória sobre aquela plenitude. (BERKHOFER, 1998, p. 33-34, tradução da autora)⁵⁸

Não é sem razão, portanto, que os historiadores das mais diferentes vertentes comunguem da idéia de contexto. Antes de constituir um método, o contextualismo é assumido como um modo ou estratégia de compreensão da história. Segundo Hayden White, o contextualismo como “modo explicativo” apresenta diferenças em relação a outros modos e merece uma atenção qualificada. No nosso caso, entretanto, ao tratarmos de historiografia, a descrição até aqui seguida é suficiente para fornecer estofo argumentativo ao enfoque contextualista da análise dos textos, históricos ou literários. Os comentários feitos sobre o método contextualista na literatura valem também para a história, mas algumas cores devem ser acrescentadas. O contextualismo está presente na análise da vida do autor, uma vez que categorias como pertença do autor à cultura, nação, classe, época, etc. começam a se cruzar. É verdade que os modelos de interpretação de LaCapra também não podem ser pensados como exclusivos, mas sua divisão tem um efeito mais didático e ordenatório. Em geral, todos os textos historiográficos podem ser

⁵⁸ “Contextualism as a strategy of understanding is both relational and integrative. Through relating elements or parts to each other and thereby to some explicit or implied whole, it explains the parts and the whole simultaneously. Such explanation is presumed to be achieved when the unit of study and its context become the same or coincident. In this way contextualism tries to bridge the dispersion inherent in the multiplicity of particulars basic to the notion of plenitude with the coherence and integration essential to the description and understanding of a past as a story about that plenitude.”

considerados no marco contextualista (compreendendo-se contexto vagamente como “sociedade”). Parece impossível imaginar uma leitura que não situe historicamente o autor. Na realidade, o contexto não se articula de imediato como método, mas como uma idéia que informa alguns dados gerais. O problema surge quando o contexto é rapidamente deslocado para ocupar outra função, essa sim de caráter epistemológico, uma vez que considera o texto como resultado de seu tempo, configurando assim uma relação de causa e consequência.

Em suma, historicizar não é contextualizar. Também não há como ocultar o pressuposto de que o texto é subentendido como reprodução da realidade, num deslizamento confuso. Se através da linguagem pretende-se representar a realidade, essa tarefa não pode ao final ser dada como cumprida. Em outras palavras, realidade e linguagem não se equivalem. Por mais que se tente opor texto e contexto, atribuindo ao primeiro o caráter de representação e ao segundo o de real, fato é que ambos se mantêm, apesar de toda a angústia moderna, como parte do mesmo inventário que tenta representar o mundo (ANKERSMIT, 2000). Reitera-se que todo elemento apresentado como componente do contexto necessita ser textualizado, nomeado ou conceituado. Ainda segundo Ankersmit:

A epistemologia conecta as palavras às coisas, enquanto representações conectam coisas às coisas. Sendo assim, os teóricos em história que tentam desenvolver uma singularidade na epistemologia histórica que explicaria como a narrativa histórica e a realidade histórica são ou deveriam ser relacionadas uma à outra são como aqueles filisteus que tentam explicar o mérito artístico através da precisão fotográfica. Em ambos os casos, os méritos de relevância e importância são

temerariamente sacrificados àqueles de precisão e exatidão. (ANKERSMIT, 2000, p. 82, tradução da autora)⁵⁹

O terreno que aqui se abre é o da discussão sobre a representação. A afirmação de Ankersmit aponta para o processo extremamente sofisticado, mas nem por isso incomum, de que a narrativa lógica, bem como as representações, na medida em que (re)apresentam algo, o fazem através de um efetivo substituto, que pretende desfazer as diferenças em relação ao representado. Embora essa discussão se estenda para além de nosso objetivo, é necessário reter dela que essa passagem de representação remete de imediato ao sentido de identidade. No nosso caso, a linguagem da narrativa que ordena o contexto histórico acaba por ser compreendida rapidamente como o “mundo ele próprio”. Por isso é comum aos historiadores referirem-se ou exigirem uma maior contextualização no singular, como se uma única história explicasse um fato, um acontecimento, um gesto, um texto. Assim, o entendimento de um contexto/mundo/realidade estabelece em contrapartida e em razão inversa o texto/representação.

Interessa saber o que é, de fato, um texto. Ao se questionar a noção de contexto, a de texto também perde sua inteireza formal. Se o mundo é pensado como lugar repleto de contestações e tendências várias, assim também é o texto. Além disso, o próprio mundo é textualizado. A noção de textualidade, cara aos estudos literários, pode, nesse sentido, ser amplamente válida e interessante nos estudos historiográficos. Na verdade, muitos deles se apropriaram dessa técnica ou princípio sem dissertar a seu respeito. De outro lado, o

⁵⁹ “Epistemology ties words to things, whereas representations ties things to things. And it follows that the historical theorists who to attempt to develop a brand of historical epistemology that will explain to us how historical narrative and historical reality are or should be related to each other are like those philistines who try to explain artistic merit in terms of photographic precision. In both cases, the merits of relevance and importance are recklessly sacrificed to those of precisions and accuracy.”

questionamento do binarismo texto/contexto não pretende desmontá-lo, mas enriquecer sua concepção, mostrando que seus limites definidos, um em relação ao outro, revelam-se extremamente estreitos à análise historiográfica. No âmago da questão figura efetivamente o problema da linguagem. Já se disse que esse problema fascinou o século XX e as questões mais intrigantes no campo historiográfico não fugiram à regra. As críticas propostas ao modelo contextualista pretendem ressaltar que a linguagem é o elemento mais significativa dessa operação. Embora tal discussão fuja ao nosso objetivo, vamos reter pelo menos a consideração da linguagem como construtora do mundo. Nesse caso, o historiador se confronta com o problema adicional de que o passado é uma construção sempre dada por processos de textualização através de elementos documentais. Essa é uma diferença significativa em relação à literatura. Ao se ler um texto historiográfico, deve-se considerar este duplo aspecto — o seu caráter documental e o seu suporte textual, pelo qual efetivamente o primeiro se estabelece. A maneira como um texto historiográfico se apresenta não possui regras. Os aspectos documentais muitas vezes sobressaem e provocam uma espécie de negligência para com o texto em si.

Uma outra chave para a análise de textos historiográficos é a relação com a cultura, entendida aqui não em termos antropológicos, mas em seus níveis. A circulação ou não de textos nos níveis culturais seria um critério de análise, possibilitada pelo conceito de comunidades discursivas. Em sua crítica, LaCapra apresenta o trabalho de Mikhail Bakhtin (2002) sobre Rabelais. O que Bakhtin produziu no seu estudo sobre a cultura popular na Idade Média foi uma ampliação generosa do contexto e do texto ao tratar o carnaval como uma instituição social tanto na alta quanto na baixa cultura do

Renascimento, e isso graças à ruptura com a idéia de que tais culturas diferem profundamente entre si.

Uma linhagem muito produtiva nos estudos literários tem sido o enfoque do texto e dos demais trabalhos do autor, seu *corpus*. A este é atribuída a função de contexto, entendido como um conjunto de textos. O fio condutor que liga certos trabalhos possui obviamente um dado externo, quer o pesquisador opte pela ruptura ou pela continuidade. Ainda dentro dessas possibilidades, o pesquisador escolherá uma versão evolucionista ou novamente de ruptura. De certa forma, as versões atribuídas são arranjos que promovem antes de tudo um guia de leitura retrospectivo e tentam organizar uma totalidade ou unidade. Na historiografia, o *corpus* como chave de leitura tem sido usado, embora sem a mesma relevância do que nos estudos literários. Historiadores dedicados a certos autores realizam um movimento semelhante em termos de metodologia.

Por fim, LaCapra sugere a leitura dos modelos de discurso inaugurados por Hayden White, que montou também uma estrutura analítica dos moldes figurativos do uso da linguagem conectados a níveis de descrição ou explicação. As formas discursivas remetem a Foucault (1996), embora ele próprio não tenha chegado a um detalhamento metodológico tão propositivo quanto White. Em Foucault, os caminhos são mais sugeridos do que construídos como edifícios teóricos e metodológicos aplicáveis, quando comparados a White e todo a sua estruturação em termos de formas argumentativas, tipos de explicação, tipos de enredo que se arranjam. A noção foucaultiana, além disso, também pode ser perfeitamente alocada na explicação contextualista,⁶⁰ uma vez que, para Foucault, o que estava em jogo eram as microestruturas de poder e não uma discussão

⁶⁰ Para uma melhor explanação, ver especialmente LaCapra (1982, p. 62-64).

sobre as diferenças entre literatura e história. Assim, se esses dois *topoi* se aproximam, mas não se diluem, é preciso mostrar onde e como se mantêm afastados ou não. E ainda, aceitando que a literatura se faz presente na história, essa diluição da fronteira entre ambas obrigaria a rever o caráter literário tal como a história o define. De maneira geral, a estratégia dos modelos estruturais parece ter parado a meio caminho.

Retomando o personagem de Italo Calvino, Palomar, o modelo “é por definição aquele em que não há nada a modificar, aquele que funciona com perfeição; ao passo que a realidade, vemos bem que ela não funciona e que se esfrangalha por todos os lados” (CALVINO, 1994, p. 98).

2.7. Buscando alguns caminhos

Por muito tempo o senhor Palomar se esforçou por atingir uma impassibilidade e um alheamento tais que só levavam em conta a harmonia serena das linhas do desenho: todas as lacerações e contorções e compressões que a realidade humana deve sofrer para identificar-se com o modelo deviam ser consideradas acidentes momentâneos e irrelevantes.[...] A regra do senhor Palomar foi aos poucos se modificando: agora já desejava uma grande variedade de modelos, se possível transformáveis uns nos outros segundo um procedimento combinatório, para encontrar aquele que se adaptasse melhor a uma realidade que por sua vez fosse feita de tantas realidades distintas, no tempo e no espaço.

Mas não que Palomar elaborasse ele mesmo modelos ou se aplicasse em empregar modelos já elaborados [...].

Nesse ponto só restava a Palomar apagar da mente os modelos e os modelos de modelos. Completado também esse passo, eis que ele se depara face a face com a realidade mal padronizável e não homogeneizável, formulando os seus “sins”, os seus “nãos”, os seus “mas”. Para fazer isto, melhor é que a mente permaneça desembaraçada, mobiliada apenas com a memória de fragmentos de experiências e de princípios subentendidos e não demonstráveis [...].

Só lhe falta expor esses belos pensamentos de forma sistemática, mas um escrúpulo o retém: e se daí decorresse um modelo? (CALVINO, 1994, p. 98-100)

Após descrever a construção do modelo histórico moderno, examinar outras versões como a projeção hermenêutica e as mais atuais vertentes da discussão historiográfica, há a tentação de tomar um dos modelos ou criticar todos eles e cair no discurso sobre os “usos e abusos da história”. A perspectiva niilista seduz imensamente, mas, no que concerne ao conhecimento, a esgrima intelectual supera o primeiro ímpeto. Assim, vamos a ela.

A historiografia, tal como estudada aqui, não parece caminhar rumo à solução de problemas, construindo uma única e só teoria que informaria todas as pesquisas. Também não houve um tempo em que os problemas fossem sofisticados e a técnica ou abordagem é que apresentassem uma espécie de *déficit*. O que se verifica é que a história enfrenta desde o final do estruturalismo uma crise sem precedentes, que se manifesta e se discute nas várias revistas especializadas, nos livros, nos congressos e encontros. Mais do que isso, a área em que os debates têm se dado com maior intensidade é a historiografia, em razão do seu caráter mais epistemológico, independentemente das nuances acadêmicas regionais ou nacionais.

Se a crise é admitida, seu significado, no entanto, não é compartilhado com a mesma generalidade. Vários movimentos a integram: a desconstrução, o pós-

modernismo, o pós-colonialismo e o feminismo. Há tanto autores como Quentin Skinner,⁶¹ que vê o campo da história como que atacado por “hordas”, quanto outros como Hayden White, John Toews e mesmo Ankersmit, que não cessam de mostrar as novas discussões como avanços para a história e podem ser considerados formadores de uma corrente, no mínimo, oposta a Skinner. Perdendo de vista uma linhagem evolutiva, não há por que avaliar o campo em termos de progresso ou retrocesso.

O que é novo no cenário da historiografia é a aceitação da linguagem como um problema intrínseco à construção do texto histórico, tão importante quanto o seu caráter documental e do qual não pode ser separado. Nesse sentido, o *linguistic turn* tem algo a dizer. Se as questões relativas à linguagem já haviam sido propostas por Wittgenstein no início do século XX, somente nos anos 70 se tornaram um problema no campo historiográfico. Assim, é bastante recente o enfrentamento da literatura/história no campo filosófico ou epistemológico, envolvendo a linguagem. Não se trata, portanto, de discutir a literatura e a história nos mesmos padrões que as moldaram, nem nos termos que as separaram. Se o problema é pertinente à área ou não, essa é uma questão já dada como respondida pelo próprio movimento que incorpora respostas tanto negativas como positivas. Em outras palavras, isso já se conformou em história.

Nossa intenção foi mostrar que a matriz comum da literatura e da história rompeu-se de maneira menos desejável do que de fato as discussões fundamentadas no arquivo pretendiam. Esse parcial insucesso não se deu, contudo, em razão da

⁶¹ Quentin Skinner tem sido um dos grandes críticos às novas discussões e movimentos na área da história intelectual. Juntamente com Bryan Palmer e Pocock, formam um grupo de bastante prestígio na área dos estudos do pensamento social. Skinner publicou, em 1990, *The return of grand theory in the human sciences*, em resposta à pulverização de microteorias. No mesmo ano, Palmer publicou *Descent into discourse: the reification of language and the writing of social history*, obra de cunho marxista que ataca basicamente o chamado *linguistic turn*.

incapacidade da história ou da força da literatura, mas especialmente pela força da linguagem que, em suas feições, permaneceu na história como resquício incômodo do qual pretendia se libertar mais e mais. Projeto que nunca efetivamente vingou.

O projeto de *Metahistória* foi uma tentativa extremada de retornar ao lugar de origem ao dissipar as diferenças entre literatura e história. Por mais que Hayden White tenha se dedicado a explicar que *Metahistória* não desconsidera o trabalho documental, não há como negar que sua explicação leva a enfatizar a estrutura argumentativa numa arquitetura dos tipos narrativos. De fato, é um trabalho monumental e de uma erudição invejável. Do ponto de vista epistemológico, no entanto, não há lugar (talvez até pelo seu virtuosismo acadêmico) para a manutenção do modelo antigo documental apenas adicionado às sugestões contidas em *Metahistória*.

Ao relatar a história da História, buscou-se enfatizar que, enquanto área de conhecimento portadora de objeto e método, a história vingou. Os problemas que a assombram não são novos e sua convivência com tais fantasmas só é (re)descrita em termos de sujeitos que se (re)descrevem e (re)descrevem o mundo com novos vocabulários, para lembrar o filósofo Richard Rorty (1994). A história poderá ser redefinida pela maneira de se abordar os problemas considerados importantes. Até aqui, contudo, a história e a literatura correspondem a *topoi* diferentes em função de suas construções históricas. No caso da primeira, o elemento documental ainda é um dado significativo que se liga a outro conceito formal fundamental da disciplina histórica: o passado. A problemática tem conformação diferente na historiografia, dado que o seu objeto a aproxima mais da literatura do que da história no seu sentido clássico, embora não a iguale, em razão de sua intencionalidade. Poder-se-ia discutir o *status* da história na

contemporaneidade, mas, como nosso objeto é a historiografia, outro conjunto de considerações se impõe neste momento.

A historiografia é uma subárea dos estudos históricos que, em algumas culturas, se tornou autônoma a ponto de lhe garantir como objeto qualquer texto de todo pensador, seja ele historiador, filósofo, sociólogo ou literato. Em alguns casos, até mesmo certos personagens são temas de grandes reflexões. No Brasil, há, como vimos, certa indefinição, que deriva provavelmente do papel que a própria historiografia desempenha junto à construção do Estado nacional. Nessa indefinição o que prevalece é a alocação dos estudos ou na historiografia ou na ciência política, em que os conceitos de poder, representação, ideologia, etc. são dominantes. Muito cientes de seus territórios, essas áreas agraciadas com o título de ciência permaneceram distantes da literatura e só muito recentemente se tornaram mais intercambiáveis⁶² através de linhas de pesquisa que permitem o tratamento do objeto de maneira interdisciplinar.

Assim, a perspectiva deste estudo se projeta num espaço bastante interdisciplinar, mas o seu núcleo mais distinto é o dos estudos literários, da historiografia e da própria filosofia, embora desta sejamos aprendizes. Nesse sentido, somos impelidos a voltar a Dominick LaCapra e recuperar alguns dos encaminhamentos apresentados ao longo de sua obra. Se com Hayden White o caráter literário e mesmo retórico⁶³ de toda obra histórica é desvelado, com Dominick LaCapra não há um método seguro a tomar. O tema

⁶² Muitos intelectuais efetuaram um diálogo arguto, como Antonio Candido, Roberto Schwarz e Luiz Costa Lima, mas são nomes vistos como exceção e não representam um movimento típico da academia. Minha própria trajetória é avaliada por muitos colegas das ciências sociais como uma espécie de afastamento da “ciência” ou da “objetividade”, na medida em que o mestrado em ciências sociais foi seguido de um doutorado em literatura comparada.

⁶³ Refere-se aqui a um sentido mais “positivo”, menos laudatório e mais ligado à própria *Poética*, desenvolvido adiante.

mais sugestivo de LaCapra concentra-se em dois aspectos: a crítica ao contextualismo e o conceito de texto. Ambos foram expostos neste trabalho, mas resta ainda comentar rapidamente algumas conseqüências para o nosso objeto.

Uma das formulações é a que propõe a noção de que “um texto é uma rede de resistências e um diálogo é uma questão de mão dupla; um bom leitor é também um ouvinte atento e paciente” (LACAPRA, 1983, p. 64, tradução da autora).⁶⁴ Nesse sentido, a interpretação de um texto histórico exige,

entre outras coisas, arte criativa. Mas a arte nunca é livre, e a arte do historiador é limitada de formas específicas. Ele deve se ater aos fatos, especialmente quando estes testam e contestam suas próprias convicções e desejos (incluindo o desejo por um quadro de referência inteiramente unificado). (LACAPRA, 1983, p. 63, tradução da autora)⁶⁵

Mesmo quando observadas, tais questões foram apontadas em tom de denúncia e não como algo intrigante.⁶⁶ Um outro aspecto concernente à não problematização do par texto/contexto é o processamento das leituras canônicas e da sua conseqüente reificação. A explicação do texto pelo contexto tende, assim, a reproduzir o mesmo paradigma de leitura, já que as questões se encontram incluídas na formatação recebida pela leitura anterior, a mesma que define texto e contexto. A proposta não é ignorar o contexto, mas sofisticar esse conceito. O mesmo se pretende com o seu par: o texto.

⁶⁴ A text is a network of resistances, and a dialogue is a two-way affair; a good reader is also an attentive and a patient listener.

⁶⁵ “Among other things, creative art. But art is never entirely free, and the art of the historian is limited in specific ways. He must attend to the facts, especially when they test and contest his own convictions and desires (including the desire for a fully unified frame of reference).”

⁶⁶ Sobre esse aspecto, é sugestivo o trabalho de Ricardo Benzaquén Araújo (1994) sobre *Casa grande & senzala*. Ao contrário de muitos outros autores, Benzaquén tratou a obra de Gilberto Freyre numa chave diferente da mera denúncia do racismo.

É então que LaCapra faz uso do conceito bahktiniano de dialogismo como método frente às vozes do texto histórico que não conseguem ser “disciplinadas”. O dialogismo designa uma condição de sujeitos da fala que estão envolvidos em trocas simbólicas com outros sujeitos em igual condição.

Os conceitos de heteroglossia e dialogização possibilitam uma rearticulação de “contexto”, incluindo a maneira como contextos estão “já sempre” dentro dos textos, porque o aspecto mais insistente e penetrante da dialogização é interno e assinala uma dimensão da linguagem que não pode ser separada em discursos fechados de um diálogo literal. (LACAPRA, 1983, p. 312, tradução da autora)⁶⁷

O dialogismo pode, assim, ser pensado em várias direções. Numa direção interna ao texto, pode ser um método que permite perceber outras vozes. Numa outra direção, favorece o diálogo entre o presente e o passado, não como entidades dicotômicas, mas como ambivalências em constante tensão no texto e através do texto.

Por fim, a crítica ao par texto/ contexto não significa adesão ao textualismo. Tal tendência é representada por certa leitura de Derrida (1999) de que *il n’y a pas de hors-texte* (não há nada fora do texto), que aplica uma metodologia caracterizada pela completa inversão do contextualismo. De qualquer maneira, independentemente das posições tomadas, considera-se que, ao se questionar o par texto/contexto, não resta, por dedução lógica, lugar para o textualismo. Imaginar que a solução para o contextualismo seria o textualismo é acreditar que uma inversão da ordem possa banir o problema. Em outras palavras, não existe um dentro-do-texto, assim como não existe um fora-do-texto. Se a

⁶⁷ “The concepts of heteroglossia and dialogization enable a rearticulation of ‘context’, including the way contexts are ‘always already’ inside texts, for the most insistent and penetrating aspect of dialogization is internal, and it signals a dimension of language that cannot be separated out into the rounded-off speeches of a literal dialogue.”

primeira formulação é de um positivismo estreito, a segunda é de um formalismo igualmente questionável.

Não existe uma interpretação pura nem um método que não enfrente problemas e questionamentos. A alternativa de um passado descrito como acessível através de uma documentação é tão inatingível quanto a de um passado como contemplação de nosso puro desejo. Nesse sentido, talvez seja mais interessante e rico ver a historiografia como uma história de textos (LACAPRA, 1983). A afirmação nos afasta de uma pretensão evolucionista, mas também pode nos aproximar de uma linhagem mais literária. De fato, e essa é nossa pretensão, alguns trabalhos de história têm sua continuidade através dos tempos. Textos cujas bases empíricas foram tantas vezes confrontadas, desmentidas ou mesmo corrigidas, continuam a ser lidos. A tal questão se pode responder pela força do cânone (como crítica ou como prestígio), pelo estilo ou ainda por algo que extrapola nossa capacidade explicativa no modelo científico ou racional.

A proposta aqui é de que as obras históricas possuem um caráter literário. Obviamente nem todas são grandes obras de literatura. Este estudo sugere pensar *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, como um texto literário também. Isso não significa retirar-lhe toda a importância documental, mas pensar como e em que medida tal texto se constrói, o que remete à discussão sobre o cânone, no caso o historiográfico. Se concordamos com a inclusão de Sérgio Buarque de Holanda no rol dos intelectuais canônicos, interessa-nos acompanhar menos sua canonização e observar em seu texto aquilo que foi domesticado, não enfatizado, suas tensões e silêncios. Nesse caso, trata-se menos de pensá-lo na categoria de documento ou monumento do que como texto.

Diante dessas novas possibilidades, reaparece o personagem angustiado de Calvino, o senhor Palomar, com suas pantufas desparelhadas. Um vendedor desatento ou um comprador distraído? Fato é que o desparelhamento foi deflagrado...

Cada processo de desagregação da ordem do mundo é irreversível, mas os efeitos são escondidos e retardados pelas miríades de grandes números que contêm possibilidades praticamente ilimitadas de novas simetrias, combinações, acoplamentos.

Mas e se o seu erro tivesse apenas cancelado um erro precedente? Se sua distração fosse portadora não de desordem mas de ordem? “Talvez o mercador soubesse bem o que fazia”, pensa o senhor Palomar; “dando-me aquela pantufa desparelhada reparou uma disparidade que havia séculos se escondia naquele montão de pantufas, transmitido de geração a geração naquele bazar”.

O companheiro ignoto talvez claudicasse em outra época, a simetria de seus passos ecoa não só de um continente a outro, mas na distância dos séculos. Nem por isso o senhor Palomar se sente menos solidário com ele. Continua a manquejar penosamente para dar alívio à sua sombra. (CALVINO, 1994, p. 92)

Sempre que uma crise se abate sobre uma área de conhecimento, parece que um sentimento semelhante ao do personagem diante das pantufas desparelhadas se abate sobre nós: algo não se ajusta. Pode-se, como Palomar, imaginar que existe uma ordem superior da qual surgirá uma outra melhor, mas pode-se, com Calvino, continuar a manquejar, na tentativa de encontrar o passo sem, contudo, ignorar ou poder se livrar daquilo que causa a dor. A segunda alternativa nos é preferível.

CAPÍTULO 3

A escrita de Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras*

Não está em mapa algum; os lugares de verdade nunca estão.
(Herman Melville, em *Moby-Dick*)

Caminhos e fronteiras, lançado em 1957, não é dos livros mais lidos de Sérgio Buarque de Holanda, nem é, por certo, obra de um historiador típico. É sobretudo um livro de pretensões antropológicas e etnográficas, embora se coloque, no final, a serviço de uma reflexão sobre processos históricos. É mais bem compreendido ao lado de outro trabalho, *Monções*, publicado doze anos antes, e também de *Extremo oeste*, datado de 1976. De maneira geral, os três trabalhos tratam da história dos paulistas e da conquista do oeste brasileiro pelas “entradas e bandeiras”. Sérgio Buarque de Holanda ambicionava incluir *Monções* e *Caminhos e fronteiras* num só quadro, mas considerou tal tarefa irrealizável.

A consciência da impossibilidade do projeto não impediu que os capítulos viessem a público na forma de artigos para o jornal o *Estado de S. Paulo*, entre 1946 e 1949. Os estudos de Sérgio Buarque sobre o bandeirantismo inserem-se num debate então razoavelmente difundido por autores como Alfredo Ellis Jr., Affonso d’Escragnolle Taunay e Alcântara Machado. Não é improvável, portanto, que a ampliação pretendida para o trabalho decorresse, em parte, da necessidade de incorporar e responder à tradição historiográfica sobre o bandeirantismo — produção considerável já à época. Muitas vezes, em virtude do pouco interesse pelo estudo do bandeirantismo propriamente dito, *Caminhos e fronteiras* passa a ser lido como trabalho inaugural ou inédito, quando, na verdade, situa-se num debate promovido desde os anos 1930 e que tem seu ponto nervoso

exatamente na participação dos paulistas no conjunto da colonização das terras do oeste.¹ Sérgio Buarque já havia escrito sobre o tema de forma bastante direta no artigo “Um aspecto da iconografia bandeirante”, e ainda ministrara curso de bandeirologia. Nesses exemplos já se pode entrever a tensão de Sérgio Buarque quanto às suas próprias posições diante de temas históricos polêmicos. Aqui, Sérgio Buarque de Holanda oscilava entre a reafirmação da figura do bandeirante e sua desmontagem. Indagava-se, num tom quase reclamante:

Como tentar corrigir uma imagem tão largamente difundida pelos retratos supositícios, sem ao mesmo tempo suprimir certas convicções, que à força de repetidas, se tornaram inseparáveis da idéia que fazemos do antigo devassador do sertão? (HOLANDA² *apud* WEGNER, 2000, p. 15)

Segundo Sérgio Buarque, os bandeirantes andavam, em geral, descalços e com as pernas descobertas, além de aparentarem uma condição menos nobre e guerreira do que aquela que a maioria dos relatos lhes atribuía. As afirmações de Sérgio Buarque, no entanto, não são levadas adiante e tanto no seu *Curso de bandeirologia* como nas suas descrições dos bandeirantes e em várias outras passagens ele prefere apoiar-se nas fontes do que formular uma crítica (WEGNER, 2000). Mas surge desde já um dos traços enfatizados em nossa análise: o de certa autocontestação do autor no interior de seu próprio trabalho.

Caminhos e fronteiras é, então, uma obra de difícil catalogação. Quando comparada a *Raízes do Brasil*, sugere a abordagem de um tema mais circunscrito e preciso. Porém,

¹ O equívoco muitas vezes deriva de que Sérgio Buarque não introduziu explicitamente em *Caminhos e fronteiras* o debate sobre o bandeirantismo. Além disso, muitos dos estudos sobre o assunto não tiveram continuidade, sendo quase desconhecidos dos historiadores em geral.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1948. p. 5.

embora com enfoque diferente, *Caminhos e fronteiras* não deixa de assinalar aquela razão última que parece perseguir Sérgio Buarque de Holanda e é bem resumida por Fernando Novais em prefácio à atual edição:

É importante reler o conjunto do ponto de vista de sua unidade: a persistente e quase obsessiva indagação do mesmo objeto, genialmente fixado em *Raízes do Brasil* — entender por que nos sentimos “desterrados em nossa própria terra”, isto é, sondar as estruturas mais profundas de nosso modo de ser, para visualizar as possibilidades de modernização que nos reserva o futuro. (NOVAIS, 1995, p. 7)

Os anos 1930 foram marcados por outra corrente que, embora não se afastasse do projeto modernista de fundo identitário, apontava para uma temática regionalista. Em muitos casos, tratava-se de perceber o Brasil como a soma dos elementos regionais e, nesse sentido, a dimensão local acabava recobrando-se de uma razão última, que não deixava de ser a nacional. São exemplos dessa literatura local os estudos de Gilberto Freyre sobre o Nordeste e os de Vianna Moog sobre o Sul. Comentando esse tipo de literatura e seus conflitos, Ettore Finazzi-Agrò observa:

A escolha de espelhar, por outro lado, o Brasil no sertão e de apresentar, pelo outro, o sertão como metonímia do Mundo — isto é, de incluir o País nos confins da Região e de dilatar a dimensão regional até a confundir num espaço-tempo universal — acaba por delinear uma ideologia peculiar, ou melhor, uma “possibilidade de convívio político” em que se combinam, misturam-se sem nunca se resolver ou se dissolver uma na outra, duas diversas (e até opostas) imagens/idéias da Nação: uma ligada, mais uma vez, à visão histórica de um Brasil-arquipélago, composto por junção de diferentes tradições ou de realidades distintas (raciais, étnicas, geográficas...); a outra, considerando-se o País na sua totalidade ideal e, ao mesmo tempo, característica, que o coloca, como (id)entidade única e incontrovertível como espaço-tempo continental, no contexto histórico e sociopolítico global. (FINAZZI-AGRÒ, 2001, p. 105-106)

A citação, mesmo inspirada na obra de Guimarães Rosa, condiz com o argumento apresentado anteriormente. No caso de *Caminhos e fronteiras*, o tema parece incluído na linhagem que associa à modernidade os territórios apartados da contemporaneidade. Se há uma permanência da temática, parece haver também uma inflexão. Enquanto em *Raízes do Brasil* o foco era a questão temporal, em *Caminhos e fronteiras* a questão espacial traduz-se na noção de fronteira/movimento.

Na continuidade do argumento, também do ponto de vista epistemológico, algo novo é incorporado a essa mudança. Enquanto uma das mais fortes correntes de leitura de *Raízes do Brasil* qualifica tal obra como uma “crônica do atraso” ou como inapelável descrição da força ibérica sobre as forças da modernidade, *Caminhos e fronteiras* parece abrir um outro flanco: a história nacional se desloca para a esfera interna, na qual a mobilidade e o tipo da ocupação do espaço dinamizam o legado ibérico, tornando-o passível de alterações. *Caminhos e fronteiras* marca um distanciamento, mas mantém a mesma preocupação com a identidade nacional. Em termos mais específicos, essa obra opera uma equação diversa ao introduzir a questão da fronteira/espaço como determinante da passagem para a modernidade, que na perspectiva de Sérgio Buarque se desenha a partir da visão weberiana. Para Weber (1989; 1996), a modernidade deve ser entendida como a racionalidade de ajustamento no mundo, que pressupõe a separação das esferas, o aparecimento do individualismo e, por conseqüência, valores democráticos e igualitários.

Se a passagem do tempo para o espaço está expressa, de certa forma, na passagem de *Raízes do Brasil* para *Caminhos e fronteiras*, questões laterais tornam mais significativa a forma desse processo. Ao fim e ao cabo, em *Caminhos e fronteiras* é narrada, mesmo

obliquamente, uma história da ocupação. E obras que têm como temática o espaço não abandonam, mas incorporam a noção de tempo. A temática do espaço é então tratada como um dos pilares da formação nacional. De certa maneira retoma-se, em outras bases, a incursão/narrativa já analisada por Flora Süssekind (1990) a respeito dos viajantes. No entanto, se naquele momento a paisagem é descrita através de um inventário seguido de um movimento que classifica, ordena e organiza, após o final do século XIX a questão epistemológica se trava em outro território. Nosso autor, alocado no campo da ciência e da objetividade, mesmo sem abraçar um modelo nomológico, não tem, diante de si, a pena livre; seus tropos não são os da ficção. A pretensão é a de descrever o mais fielmente possível as terras e os processos de tomada das terras. Se a objetividade não é alcançada, sua intenção resulta numa obra significativamente diferente dos projetos ficcionais românticos. Mesmo assim, vale comparar alguns elementos contextuais ampliados.

Os trabalhos que compartilham da temática da ocupação do espaço à época em que Sérgio Buarque escreve *Caminhos e fronteiras* tratam, em geral, de estabelecer o próprio e o alheio ou o puro e o impuro. A discussão continua a ser a identidade. No entanto, sopram nessa época os ventos do modernismo. Anteriormente, o binarismo separava a civilização, representada pelo europeu, da barbárie, representada pelo nativo; e a problematização residia na possibilidade de implementar ações civilizatórias. Os escritos pós-anos 1920, por sua vez, questionam internamente a nossa própria condição. O padrão evolucionista é abandonado em prol de uma perspectiva relativista, que valoriza as possibilidades culturais internas. Na caravana modernista, os artistas da Semana de Arte de 22 viajam pelo interior do Brasil à procura de uma tradição, de um substrato da nossa cultura que, anexado à contemporaneidade, fixaria algo próprio.

Lembremos também dos romances históricos do final do século XIX (entre 1880 e 1900), que, como observou Franco Moretti (2003), passam-se em cenários fronteiriços: florestas, litorais, grandes extensões territoriais, montanhas. Também se situam na periferia do mundo, ou na fronteira do centro, como os romances *Waldemar* (no reino dinamarquês e no Santo Império Romano), *A filha do capitão* (entre os russos e cossacos) ou *A batalha de Navarino* (entre gregos e turcos). Todos os exemplos, de tropos diversos, mostram que há algo mais substancial e sólido em termos de uma realidade partilhada: a construção da realidade nacional. Para Moretti (2003, p. 46), “longe de ser acidental, essa constante geográfica é provavelmente um importante fator do sucesso excepcional dos romances históricos, porque oferecem à Europa oitocentista uma verdadeira fenomenologia da fronteira”.

Embora Moretti estude o romance, sua perspectiva sobre a questão da fronteira aproxima-se da perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, para quem a nacionalidade também se funda nos limites territoriais. Em Moretti, as fronteiras podem ser externas — Estado contra Estado, numa disputa cujo mote é a aventura do enfrentamento do outro, em geral o inimigo — ou internas, que geralmente “operam de maneira diferente e focam um tema muito menos vistoso do que a aventura, mas muito mais perturbador: a traição” (MORETTI, 2003, p. 46).

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, entretanto, a montagem é mais complexa. Em primeiro lugar, a fronteira sergiana não estabelece contigüidade com a noção de espaço. Em vez de uma demarcação político-social típica da nação, *Caminhos e fronteiras* projeta, antes, um ambiente antropológico:

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. (HOLANDA, 1995, p. 12-13)

Se tomarmos a categorização de Moretti, a concepção aponta também uma fronteira externa, transferida para o ambiente doméstico. Embora a citação não se refira a uma batalha Estado/Estado, nem mencione a luta direta, subjaz-lhe a noção de enfrentamento indicada pelos termos “defrontar”, “superar” e “vitória”. O conceito é reafirmado quando somado ao de aventura, que aparece em *Raízes do Brasil* e que, em *Caminhos e fronteiras*, embora não explícito, não pode ser descartado. Assim, uma fronteira interna, cuja prática é a da aventura, se expressaria na comoção do suspense, do perigo, não fosse o fato de que, na continuidade do texto, a idéia de enfrentamento é substituída pela de adaptação, condição que o português traz como vantagem significativa.

A versão de fronteira assim estabelecida gera, por seqüência, à semelhança do romance histórico, uma leitura do tempo no espaço, como cita Moretti lembrando as discussões de Bakhtin sobre o romance moderno. A fronteira sergiana não é diferente. Essa abordagem, mesmo que não seja efetivamente espacializada, permite ao autor idas e vindas no curso do tempo.

Não é óbvio, entretanto, o fato de que o espaço não se torna tempo em qualquer lugar, nos romances históricos, mas apenas na proximidade da fronteira interna. Só ali se torna possível “ver” uma viagem ao passado — e dessa maneira imaginar a própria forma do romance histórico, que é ele mesmo uma viagem ao passado. (MORETTI, 2003, p. 50)

O trabalho de Sérgio Buarque, obviamente, estabelece outros *topoi*. No entanto, as camadas temporais fazem de *Caminhos e fronteiras* uma verdadeira cartografia temporal

engendradora da cartografia das fronteiras. E assim como na fronteira não acontece a contemporaneidade — o “não acontecimento” do centro nos romances históricos —, também a fronteira sergiana situa o acontecimento num lugar entre o nativo, ou as formas instituídas num “antes”, e o que veio com a colonização. Nesse sentido, toda fronteira é zona babélica na qual se chocam formas compósitas de tempos distintos.

Moretti define o romance moderno como gênero necessário a um Estado histórico de formação não homogênea. Ao definir uma espécie de modelo de escrita necessário, Moretti se torna quase um funcionalista, mesmo que *soft*, na medida em que, para ele, o romance responde a um tipo de demanda política. Embora concordemos com esse argumento, não pretendemos tal generalização. Em *Caminhos e fronteiras*, as várias cartografias se põem a serviço de um desenho nacional. Mas o interessante é observar o desenho que se vai formando. Se, de fato, o acontecimento da fronteira é fora do centro, ele poderá ser a configuração da desigualdade, não necessariamente social, mas temporal e sobretudo cultural. A lógica de Moretti parece acompanhar muito de perto a versão de Benedict Anderson (1989) sobre a nação como narrativa e a de Doris Sommer (2004) sobre estórias de casais apaixonados em romances latino-americanos.

O pensamento de Benedict Anderson poderia ser perfeitamente aplicável aqui, apenas substituindo-se a expressão “comunidade da nação” pela palavra “fronteira”: “As comunidades [ou as fronteiras] não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 1989, p. 15).

Contudo, mais uma diferença deve ser apontada: ao descrever a fronteira, Sérgio Buarque não se refere à adaptação de forma metafórica, mas a presentifica explicitamente,

alicerçada pela teoria de Frederick Turner, segundo a qual o homem aculturado, quando enfrenta um território desconhecido e perde a conexão com a civilização, adapta-se às condições primitivas, para depois, num processo contínuo, voltar a evoluir.³ Nesse sentido, por sua defesa da harmonia, a fronteira sergiana sequer desempenharia um papel sedutor. Tal afirmação faria sentido não fosse o desequilíbrio lançado internamente pelo elemento “caminho”, que faz com que o projeto das fronteiras seja um *continuum*.

A sociedade, constituída no planalto da capitania de Martim Afonso, mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaduridade, que deixa margem ao maior intercuro dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários. (HOLANDA, 2000, p. 16)

Além da instabilidade social, que traduz a tensão Sudoeste *versus* Nordeste — mais do que litoral *versus* interior —, também parece haver uma correlação entre a escrita e o espaço. A escrita do espaço do desconhecido e do encontro tenso do caminho que dinamiza a fronteira deve ser feita em pormenor, numa seqüência expositiva quase didática. Afinal, trata-se de um espaço desconhecido, o que torna o percurso uma aventura. Assim, o leitor é conduzido para dentro de um território que não lhe é familiar. A tensão é lançada mais uma vez: a geografia exige uma escrita. Contudo, se nos romances históricos a figuratividade aumenta na região da fronteira — porque “o espaço e os tropos se entrelaçam [e] a retórica depende do espaço”, como nos lembra Moretti (2003, p. 54) —, numa obra não ficcional a resolução se mantém em solo diverso.

³ Mais adiante detalharemos a tese da fronteira de Frederick Turner.

Mais do que isso, a imaginação da fronteira de Sérgio Buarque, sustentada na teorização de Turner, deve levar em conta o outro num equilíbrio também textual. Dessa forma, a escrita se desloca constantemente para fora de si na busca da linguagem do outro. Ocorre em Sérgio Buarque exatamente o oposto do que Moretti sugere sobre a lenta diminuição do uso da metáfora e sua substituição por predicados analíticos. Segundo Moretti (2003, p. 56), tal estratégia é utilizada porque a fronteira deve existir num breve período de tempo e desaparecer depois. A narração detalhada faz da conquista um espaço lógico contínuo. Moretti utiliza o conceito de “moeda corrente intelectual única”, de Gellner, que vale ser aqui reproduzido:

Por moeda corrente intelectual única ou comum, quero dizer que todos os fatos estão situados dentro de um espaço lógico contínuo único [...] e de modo que, em princípio, uma única língua descreve o mundo e é internamente unitária; ou pelo lado negativo, que não há fatos ou reinos especiais, privilegiados, isolados, protegidos de contaminação ou contradição por outrem, e vivendo em espaços independentes e isolados próprios. (GELLNER⁴, *apud* MORETTI, 2003, p. 55)

Assim, é através da língua, que normatiza ou homogeneiza, que o espaço se forja. E esse espaço determina uma escrita. Um espaço/fronteira, portanto, determina que uma escrita avance como o próprio movimento social. Contudo, o conceito de fronteira em *Caminhos e fronteiras* tem, sobretudo, um caráter antropológico extremamente forte. Não se trata de um avanço sobre o desconhecido, homens de um Estado tomando outro ou uma sociedade avançando sobre o novo. Trata-se de um encontro entre “paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos”. Note-se que os

⁴ GELLNER, Ernest. *Nation and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 21.

elementos em questão são diversos na sua origem, o que abre de maneira profunda o leque para a questão da língua e da narrativa.

Além desse item não pouco perturbador, ao explicitar a adaptação e pretender um equilíbrio entre as culturas, não é mais possível fazer desaparecer as diferenças estabelecendo uma “moeda intelectual única” no campo da língua, nem tampouco expressar-se através de metáforas, criando lentamente um mundo contido, como as várias narrativas de viagem. Sérgio Buarque, ao fundar a equivalência das culturas, precisa manter os outros mundos na sua multiplicidade e na sua integridade, também no nível da linguagem. Disso resulta a inexistência de um trajeto só no interior do livro. As palavras têm mais de um referencial. Diferentemente do processo unificador do qual nos falam os romances históricos da nação, *Caminhos e fronteiras* produz um desequilíbrio ao estabelecer um ideal de nação que mantém as diferenças e até mesmo se nutre delas.

O resultado desse projeto, consciente ou não, é decisivo para a estrutura da obra e se coaduna numa escrita da fronteira social, palmilhada como território textual que o autor busca através de um caminho delicado. Delicado porque diverso do projeto dos romances históricos, em que também o enredo e a língua fazem parte de um sistema que abre à força um território, derrubando as fronteiras para fixar a modernidade do Estado-nação. Sérgio Buarque caminha quase “respeitosamente” pelas veredas, retomando caminhos nativos, colocando-se no lugar daquele que aprende. Tal condição exige, ainda, uma escrita que percorra os caminhos de um mapa-enredo interno da compreensão; não daquele de que se apossa, mas mapa de si e do outro, colocados num mesmo plano cultural.

O fato de as bandeiras saídas de São Paulo, ora em direção ao Guairá, ora rumo ao sertão do alto São Francisco, terem já nas primeiras investidas atinado com o caminho mais apropriado mostra até onde se valeriam seus cabos de colaboração indígena. [...] Da existência efetiva dessas vias já com caráter mais ou menos permanente, antes de iniciar-se a colonização, nada autoriza a duvidar. E ainda hoje, o traçado de muitas estradas de ferro parece concordar, no essencial, com os velhos caminhos de índios e bandeirantes, sinal de que sua localização não seria caprichosa. (HOLANDA, 1995, p. 26)

Também não deixa de ser curioso que, longe de se aproximar do espaço como sujeito da consciência total no chamado *bird view* — que é também o olhar do alto, da onisciência —, o livro se inicia pelo caminho. Essa perspectiva teria um bom contraponto na obra de Euclides da Cunha ou, como veremos adiante, na de Fernand Braudel. Em ambos os casos, os autores se aproximam de seus objetos numa espécie de vôo geral, movimento do olho “que tudo vê”, para depois, só muito lentamente, aproximar-se do espaço recortado.

O primeiro capítulo de *Caminhos e fronteiras*, intitulado “Veredas de pé posto”, inverte a localização do autor, que se desdobra num ato epistêmico diverso. De fato, pode-se observar, nesses e noutros “pousos” do texto, certa sensibilidade historiográfica e cultural que, no entanto, parece produzir, a contrapelo, uma escrita carregada dessa geografia que persegue os atores nos seus gestos mínimos de encontro com o colonizador. Essa escrita, que se produz no espaço, nos tropos e no enredo, abre-se numa malha viária descritiva quase infinita, garantida pelo espaço de uma fronteira fluida que se desloca também temporalmente de forma emaranhada. Mais do que tudo, ela deve cobrir o perfil de todos os atores. A pretensão é produzir um passado, através desse espaço fluido do acontecer da fronteira, imprimindo uma nova feição possível de futuro. Contudo, o projeto, no plano da escrita, torna-se um desenho incomensurável, que já não é

representação. Parece confundir-se, querer reproduzir o outro naquilo que foi deixado de presença. Está aquém, mas, em alguns momentos, parece pretender estar além da escrita. Talvez seja esse o intento dos esboços de desenhos, das fotos e reproduções de quadros. Na fronteira, ponto da não-modernidade, o colonizador e os povos nativos merecem descrições igualadas em seus próprios termos; o processo das técnicas adquiridas é igualmente importante e o resultado é relativizado. Sérgio Buarque mostra-se mais interessado no processo da fronteira do que no de sua ultrapassagem. Não é sem razão seu desabafo:

[...] o trabalho sobre as monções de povoado, com amplitude que já então se pretendia dar-lhe e que, afinal, veio a alcançar até certo ponto, representava apenas parte mínima de um todo orgânico, era praticamente inviável. Para chegar a bom termo, tal como fora concebido, esse plano requeria, talvez, mais do que uma vida humana. (HOLANDA, 1995, p. 10-11)

Este momento parece propício à introdução dos aspectos que explicam nossa própria cartografia de *Caminhos e fronteiras*, desenvolvida em torno da hipótese de que essa obra padece de um mal-estar difuso, que se desdobra numa escrita equivalente, cuja forma é bastante semelhante à sátira menipéia.

Alguns pontos dessa afirmação requerem uma espécie de ante-sala. Primeiro estabelecemos, contradizendo a versão canônica, que *Caminhos e fronteiras* não é um “estudo de civilização material *avant la lettre*”, no sentido atribuído por Fernando Novais no prefácio da obra. Se Sérgio Buarque faz uso de uma história material, tal uso se deve menos a Braudel e mais às propostas descritivas dos viajantes dos séculos XVII e XVIII e

dos antropólogos, em especial Marcel Mauss, no que diz respeito às técnicas corporais, como veremos adiante.⁵

Pode-se afirmar que a obra se inscreve numa discussão iniciada em duas frentes. Primeiro, a dos paulistas e sua importância no quadro da formação nacional: o bandeirantismo. Como veremos, tal perspectiva nos leva a um conjunto de textos e narrativas produzidos no final do século XIX e início do XX. Reunida em torno de uma idéia difusa de identidade local ou regional, mas que se pensava no conjunto, a chamada identidade paulista, para alguns, ou caipira, para outros, é recapitulada por Sérgio Buarque sob outro enfoque. O tom literário, suas temáticas e seu estilo permanecem como pano de fundo. Porém, ao conjunto de textos sobre os paulistas, ou sobre o interior paulista, Sérgio Buarque acresce uma teoria: a teoria da fronteira de Frederick Turner. Em *Caminhos e fronteiras*, embora prevaleça como questão última a identidade, tal problema não se apresenta novo. Nem mesmo a forma de desenvolvê-lo, no plano da escrita, é inovadora. O que se percebe é o rearranjo dos elementos pela introdução de um modelo explicativo.

A segunda questão se relaciona com o *corpus* do autor num sentido mais amplo. No entanto, ela também se volta para o passado, recolocando o problema da modernização *versus* o tradicionalismo — questão inaugurada já em *Raízes do Brasil*, obra de Sérgio Buarque de Holanda considerada central, lançada em 1936, que projetava um

⁵ Os elogios que filiam *Caminhos e fronteiras* à história material de Braudel cometem o anacronismo típico da formação do cânone, tão bem comentado por Borges em *Kafka e seus precursores*. Os textos sobre fronteira e espaço e sobre a possibilidade de adaptação de uma cultura advéncia em Sérgio Buarque já aparecem nos anos 40. *Monções* é publicado em 1945. Mesmo as relações de amizade e proximidade intelectual entre os dois autores não autorizam tamanha inferência. Como veremos, Sérgio Buarque, em *Caminhos e fronteiras*, mantém semelhanças com Braudel em *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, mas essa relação não é um diálogo que implique influência direta.

conjunto de argumentos sobre a impossibilidade de o Brasil superar seu legado ibérico, marcado pela tradição antimoderna.

Se do ponto de vista argumentativo a questão centra-se no pensamento social brasileiro, nossa abordagem considera que esse pressuposto se reveste de uma determinada escrita em *Caminhos e fronteiras*. Nossa hipótese é a de que a escrita na obra sofre uma tensão do objetivo — o da construção nacional pela manutenção das culturas envolvidas. Do ponto de vista da escrita, a tensão criada pela escolha da construção da nação pela via adaptativa e pela continuidade de hábitos de uma cultura na outra gera uma forma alongada de texto. Sua expressão será mais bem compreendida, em nossa leitura, no marco da sátira menipéia. Trabalhada por Bakhtin (2002) e Northrop Frye (1973) e tomada como “anatomismo”, a sátira menipéia torna-se um importante recurso. Nesse caso, não nos interessam a categorização e as discussões de Frye quanto às estruturas. Importa, sobretudo, a sátira menipéia como um discurso que descentraliza e que possui um caráter epistemológico inovador, podendo ser tomada como elemento hermenêutico.

Pode-se obviamente aventar que Sérgio Buarque jamais escreveria uma sátira menipéia. Tendemos a concordar com tal argumento, mas a questão nada acrescenta à nossa pretensão analítica. Nosso pressuposto não enfatiza a intencionalidade da autoria. A maior parte das análises literárias ou artísticas se autoriza dizeres independentes da autoria, o que não é muito usual, contudo, nos trabalhos sobre temas não ficcionais ou não artísticos. Provavelmente, a questão da subjetividade impõe aqui toda a diferença.

De qualquer modo, acreditamos que a primeira parte deste trabalho já deixou expressa a certeza de que fato e ficção e seus correlatos, objetividade e subjetividade, são

pares menos antagônicos do que gostaria um tipo de historiografia. Neste momento, tomamos distância de afirmações conclusivas e abrimos para a análise em si, deixando para o final uma tese mais geral ou a análise de um Sérgio Buarque novo — ou pelo menos alguns apontamentos sobre esse entrelugar de quem pensa um objeto historiográfico do ponto de vista literário.

De certa maneira, ao estabelecer aqui quase um conjunto de dúvidas, lembramos a afirmação de Rancière de que a escrita é, a um só tempo, “muda e falante demais”, e que, nesse viés, é possível o trabalho da crítica, já que “há escrita quando palavras e frases são postas em disponibilidade, à disposição, quando a referência do enunciado e a identidade do enunciadador caem na indeterminação ao mesmo tempo” (RANCIÈRE, 1995, p. 10).

3.1. Uma teoria para uma escrita

Eu ainda não me convenci de que não penetrei além da geografia.
(Saul Bellow, em *Henderson the rain king*)

Em 1998, a Fundação Perseu Abramo publicou *Sérgio Buarque e o Brasil*, fruto de um seminário realizado em 1997, em que eminentes intelectuais brasileiros discutiram os diversos aspectos da obra de Sérgio Buarque de Holanda. O livro, organizado por Antonio Cândido, reúne artigos que convergem para a unanimidade em torno da erudição e da criatividade do escritor, ao mesmo tempo em que deixam, ao final, uma incômoda lista de filiações de Sérgio Buarque. Os autores o apresentam como “historiador

da cultura material” (Ilana Blaj), “historiador das representações mentais” (Ronaldo Vainfas), “analista das instituições políticas brasileiras” (Raymundo Faoro), “crítico literário” (Antonio Cândido) e, por fim, fundador e militante apaixonado do Partido dos Trabalhadores (Luis Dulci).

Independentemente da força dos argumentos, o que importa é a imagem geral que se vai formando: a de um historiador que, avançando sobre seu tempo, fazia uso de metodologias pioneiras, mesmo que não exatamente na linha teórica em que vieram a ser desenvolvidas depois. Tal característica também é apontada em resenha de Laura de Mello e Sousa à nova edição de *Caminhos e fronteiras* de 1995. A autora filia os recursos metodológicos de Sérgio Buarque de Holanda a uma prática interdisciplinar típica da primeira fase da “revolução historiográfica, capitaneada por Lucien Febvre e Marc Bloch” e que Sérgio Buarque teria alcançado por vias diferentes daquelas dos *Annales*.

De forma indireta, os comentadores retratam “um determinado Sérgio Buarque” diverso daquele que ocupou a discussão até os anos 1950, quando a matriz historiográfica recaía sobre o marxismo e a vertente econômica. É possível que um interesse renovado pelos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, assim como pelos de Gilberto Freyre, só tenha tomado fôlego no final dos anos 1970 e 1980. Assim, se a história constrói seu objeto através da escolha do que contar, isso não seria diferente na história da história e também na história dos historiadores. Não sem razão, Borges, no seu texto sobre Kafka, ironiza a idéia de precursores de uma obra. Depois de alinhar algumas histórias fantásticas, afirma:

Se não me engano, as peças heterogêneas que enumerei são semelhantes a Kafka; se não me engano, nem todas parecem entre si. Este último fato é o mais significativo. Em cada um destes textos está a idiossincrasia de Kafka, em maior ou menor grau, mas se Kafka não tivesse escrito, não a perceberíamos; vale dizer, não existiria. [...] Como agora nós o lemos. No

vocabulário crítico, a palavra “precursor” é indispensável, mas deveria ser purificada de toda conotação de polêmica ou rivalidade. O fato é que cada escritor cria seus precursores. Seu trabalho modifica nosso conceito de passado, assim como modificará o futuro. (BORGES, 1999, p. 101, tradução da autora)⁶

A comparação, guardando os limites entre os *topoi*, faz todo o sentido na construção do cânone, seja literário ou histórico. O livro organizado por Antonio Cândido, o comentário de Laura de Mello e Souza e outros que ainda poderiam ser aqui mencionados estabelecem uma linhagem que se projeta retrospectivamente, promovendo um Sérgio Buarque *avant la lettre, malgré lui-même*. O processo da formação do cânone exige um legado a determinadas formações teóricas, culturais e mesmo políticas. Essas observações têm o objetivo de mostrar o embaraço inevitável de se tratar um autor ou uma obra como referências ou cânones. Em primeiro lugar, a linhagem, em termos da fortuna crítica, é orientada numa única direção. Em segundo lugar, o cânone opera como força controladora e impeditiva de outras leituras.⁷

Sérgio Buarque de Holanda volta a ser discutido na década de 1980, momento em que a historiografia brasileira, orientada por críticas pós-estruturalistas, mobiliza-se em torno das novas discussões francesas, como a “história do cotidiano”, a “história das mentalidades” e, ainda, a “história material” inaugurada por Fernand Braudel nos anos 1940/50, sem deixar de lado a versão da história como prática discursiva, segundo

⁶ “Si no me equivoco, las heterogéneas piezas que he enumerado se parecen a Kafka; si no me equivoco, no todas se parecen entre sí. Este último hecho es el más significativo. En cada uno de esos textos está la idiosincrasia de Kafka, en grado mayor o menor, pero si Kafka no hubiera escrito, no la percibiríamos; vale decir, no existiría. [...] Como ahora nosotros lo leemos. En el vocabulario crítico, la palabra precursor es indispensable, pero habría que tratar de purificarla de toda connotación de polémica o rivalidad. El hecho es que cada escritor crea sus precursores. Su labor modifica nuestra concepción del pasado, como ha modificar el futuro.”

⁷ Nossas observações não se inscrevem na discussão levantada em anos recentes por Harold Bloom (1995), mas têm apenas o objetivo de indicar a relevância da questão no plano da historiografia.

Foucault. É sempre possível encontrar justificativas para a classificação de Sérgio Buarque em qualquer uma dessas escolas, sobretudo porque ele concebe a história de forma muito aberta. Contudo, classificá-lo como historiador das mentalidades, material ou mesmo do cotidiano vincula-se mais ao momento historiográfico nacional da década de 1980 do que a uma cabal explicação da sua metodologia ou filiação teórica. A *École des Annales*, já bastante consolidada na França, precisava de reforços para instaurar-se no Brasil, e nada melhor do que autores ou obras reconhecidos publicamente que pudessem lhe servir de precursores. Diante desse processo sutil, aproveitamos a fala de Borges segundo a qual não “só um autor cria seus precursores”, mas também, acrescentamos, os autores são criações, invenções, produto do que escreveram e daquilo que se disse e do que se escreveu sobre eles e seus textos.

Na exigência desse novo paradigma da historiografia brasileira é que a leitura de Sérgio Buarque desliza de um conceito firmado num tempo passado para outro, localizado à frente, como se percebe neste comentário:

Após o estudo minucioso das técnicas e práticas da vida cotidiana — cuja inspiração veio da etnologia de Koch Grünberg, Nordenskiöld, Frierici, mas *produziu resultados metodológicos originais* — encetado justamente nos dois livros que aqui se comenta (*Monções e Caminhos e fronteiras*), Sérgio concebeu *Visão do paraíso*, obra máxima da história da cultura dos alemães, mas igualmente aparentada à história das mentalidades francesa, que então — 1959 — dava seus primeiros passos. (SOUZA, 1995, p.1, grifos nossos)

Se Laura de Mello e Souza não se escusa de afirmar a filiação original de Sérgio Buarque, também não deixa de apontar para o futuro. No caso de *Caminhos e fronteiras*, a observação é oblíqua e, como vem acompanhada da apreciação de *Visão do paraíso* e de seu parentesco com a história das mentalidades, uma espécie de subcena por revés adjetiva o

que ficou a se dizer sobre os dois referidos trabalhos. Nossa intenção não é revogar a formação da leitura até aqui descrita, mas demonstrar seu caráter processual histórico, o que nos permite também apontar para outras direções.

Nossa leitura de *Caminhos e fronteiras* sugere uma volta ao passado. Mais especificamente, consideramos como pontos cardeais a questão identitária paulista no contexto da construção nacional e as discussões sobre o americanismo. No primeiro caso, é necessário rever os escritos que buscavam não só dotar os paulistas de uma história que não se confundisse com nenhuma outra, mas também marcá-la de uma positividade. Tal conjunto de escritos e de representações (novelas, romances, poesias, pinturas, mapas, medalhas, bandeiras, etc.) evoluiu muito lentamente para uma forma institucional e pode ser identificado na inauguração do IHGSP (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo), em 1894. De qualquer modo, consideramos relevante esse momento transitório, no qual a imaginação romântica, nos termos de Hayden White, ainda domina a cena da representação histórica.

O americanismo, como segunda chave de leitura, prende-se à primeira de forma dedutiva. Os textos de Sérgio Buarque que tratam da ocupação do oeste pelos paulistas caminham por duas vertentes. A primeira refere-se ao contexto anteriormente descrito e a segunda às discussões travadas em torno de uma história comparada, que permitiu a Sérgio Buarque conduzir seu trabalho sobre a tomada do território no marco da tese da fronteira de Frederick Turner. Vejamos uma e outra nos seus contornos narrativos.

As obras que versam sobre os bandeirantes são apenas parte de um conjunto de trabalhos que abordam a identidade dos paulistas e sua contribuição para a formação nacional. Desde o final do século XIX, escritos de caráter romântico já conviviam com

tendências que encontravam no evolucionismo e no positivismo um grande manancial. Embora todas essas idéias fossem formulações gerais, que diziam respeito a um projeto político para a nação, à mesma época começam a surgir preocupações sobre o exato papel que caberia aos paulistas na montagem de um futuro que se avizinhava. Vários são os diagnósticos, mas, de maneira geral, era consensual entre a intelectualidade paulista o desagrado frente ao tratamento dado a São Paulo. Embora o crescimento econômico do Estado fosse bastante significativo (devido à cafeicultura), os paulistas ainda eram vistos, em especial pela capital (Rio de Janeiro), como sertanejos ou caboclos, associados aos bandeirantes, atributos talvez originados das descrições dos jesuítas (FERREIRA, 2002). Assim, o bandeirantismo era uma espécie de *leitmotiv*, questão submersa a impulsionar o debate e a escrita, com o fim de dissolver versões negativas.

Nesse cenário, muitos intelectuais ensejam um verdadeiro programa de afirmação paulista, do qual fazem parte duas ações no campo da produção intelectual escrita: o *Almanach Litterario de São Paulo* (1976-1885) e a criação do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (1894). Muitos dos colaboradores do *Almanach* serão os fundadores do IHGSP.

O *Almanach Litterario de São Paulo* concebia como literatura, de maneira geral, as formas superiores de cultura, como a poesia e as artes. Com o objetivo geral de construir uma positividade para a cultura paulista, reúne escritos dos mais diversos: perfis biográficos, como dos primeiros povoadores, de personalidades mortas ou vivas, de artistas; estudos históricos em que se destacava a contribuição dos paulistas na formação da nação como “desbravadores do território; os precursores das idéias de liberdade, responsáveis pela independência; os incansáveis divulgadores dos princípios republicanos” (FERREIRA, 2002, p. 65); história de cidades locais; coleção de curiosidades,

que, “mais que relatar grandes eventos ou a vida de homens ilustres, (...) abrange a coletividade, democratizando-se, prendendo o leitor médio com fatos banais e formas casuais de relato, inscritos na sua tradição e experiência cultural” (FERREIRA, 2002, p. 66).

Tais curiosidades incluíam culinária, preços de alimentos e vestuário. O *Almanach* publicava textos históricos, etnográficos e lingüísticos (FERREIRA, 2002), somados a um glossário de locuções paulistas, todos com a finalidade de afirmar a origem desse povo. Continha uma grande quantidade de poemas e trovas, em geral românticos, sonetos indianistas, poemas de caráter bucólico e nostálgico (FERREIRA, 2002, p. 43). Os textos em prosa se dividiam entre a ficção e um gênero que abarcava as narrativas de viagem, contos históricos indigenistas e crônicas. Uma outra parte da revista trazia “ensinamentos morais, comentários de costumes, defesas políticas e ensaios filosóficos, religiosos ou científicos [...], conservando uma estrutura discursiva arcaica, pautando-se pelos modelos fornecidos pela retórica” (FERREIRA, 2002, p. 44).

De maneira geral, o projeto unificador identitário do *Almanach Litterario* para o Estado de São Paulo exprimia-se numa linguagem difusa, fruto de um momento em que a própria prática da história enquanto ciência ainda não se havia institucionalizado. De qualquer modo, o *Almanach* já revelava os componentes prioritários da identidade paulista. Não sem razão, muitos desses elementos estarão presentes na *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*.

Se o *Almanach* reunia temas de significativo apelo popular, o IHGSP obedecia a um modelo estritamente acadêmico. Embora os intelectuais que impulsionaram o IHGSP não tenham abandonado os modelos literários, as ciências naturais passaram a dominar. Os historiadores estavam presentes em número expressivo, entre eles Affonso

d'Escragnolle Taunay, Alcântara Machado e Alfredo Ellis Jr. O viés literário era representado por autores como Euclides da Cunha, Afonso Arinos de Melo Franco, Vicente de Carvalho, Sérgio Milliet, Guilherme de Almeida e Mário de Andrade. Sérgio Buarque utilizará fartamente os artigos publicados pelo Instituto.

Os temas da *Revista do IHGSP* iam da história à filosofia, passando pela etnografia, pela lingüística e pela genealogia, entre outros. A proposta dos paulistas no nível regional é metonímica, como anunciada já no primeiro número da revista: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (*apud* FERREIRA, 2002, p. 110). Para além da proposta ideológica da projeção dos paulistas e da intenção de reverter a imagem gerada pelos jesuítas, não havia uma linhagem fortemente orientada por uma teoria. Muitos trabalhos representam a tentativa de afirmação da imagem do paulista no cenário nacional, mostrando sua independência e mesmo sua força:

Conforme arremataria Afonso Antônio de Freitas, em 1922, São Paulo constituiria, desde cedo, o pólo “orientador dos destinos da nação em pleno jus da divisa moderna — non ducoro, duco...” (*RIHGSP*, v. XXII, 1923, p. 33). Mas estas palavras não exprimiam, simplesmente, as ideologias instrumentais de classe e de Estado. Se bem que, em diversos momentos, se esvaziassem sob o efeito dos meros exercícios retóricos numa infinidade de discursos políticos de duvidosa eficácia, elas revelavam, seja feita justiça, raízes mais profundas. Do ponto de vista temporal, remetiam [...] às aspirações das primeiras fornadas de homens de letras da terra, inscrevendo-se como linguagem comum do seu círculo de sociabilidade. Assim, tão desejosas de consubstanciarem a matéria histórica regional/nacional, elas próprias entrelaçavam-se como história e intertexto. (*RIHGSP*, v. XXII, 1923, p. 110)

Ao longo dos anos 1920, ganha impulso na *Revista do IHGSP* o tema do povoamento, abordado por historiadores e geógrafos sob o ponto de vista da produção de um arquivo. Isso significa não só a releitura dos cronistas dos séculos XVII e XVIII, mas também o levantamento e a recolha de material, como inventários, mapas, roteiros de

época, etc. Segundo Antonio Celso Ferreira (2002), embora imbuídos de uma mentalidade já direcionada ao que se configuraria como disciplinas da história e da geografia, os estudos abordavam a questão de forma a construir “um período de aventuras e um espírito coletivo intrépido, considerando[-se] os bandeirantes como artífices do progresso regional, que continuava na cafeicultura, nas locomotivas, na metropolização da capital e nas indústrias” (FERREIRA, 2002, p. 133).

Duas questões derivam dessa consideração do bandeirantismo como ato heróico. Em primeiro lugar, a demarcação dos limites espaciais era tomada como atitude edificante, gesto metonímico. A história de cidades paulistas, como São Vicente ou Sorocaba, era narrada como uma proeza histórica que ecoava, ao mesmo tempo, os projetos evolucionistas da época: da vila à cidade, do rural ao urbano, da dispersão à totalidade nacional, tudo isso orquestrado pelo gesto inaugural dos bandeirantes. O sentido grandioso conferido a estes pelos historiadores do IHGSP permitia também redimir a imagem do paulista difundida provavelmente pelos jesuítas: a de um povo vinculado à natureza, afastado do convívio social. Agora, em meio à narrativa de pretensões quase épicas (FERREIRA, 2002), o isolamento podia ser reinterpretado como abnegação necessária à tarefa heróica. Outra questão fundamental era a da “raça paulista”, fruto da miscigenação entre portugueses e índios.

Esse tema surge na *Revista do IHGSP* da mesma maneira que no *Almanach*: seja na forma de artigos etnográficos sobre as tribos, seja como preocupação com a língua tupi-guarani e sua influência sobre os costumes. Uma vez assegurada a versão de que os bandeirantes eram uma raça especial — ou, como afirmaria Alfredo Ellis Jr., “uma raça

de gigantes”⁸ —, procurava-se estabelecer as bases dessa “raça” ou civilização paulista. A miscigenação apontava o domínio dos portugueses e a retomada do mito setecentista do bom selvagem. Dessa forma garantia-se aos paulistas um passado que não se confundia com nenhum outro no interior da nação. Isso equivalia a postular não apenas um papel na história local, mas afirmar a localidade, tornando-a mimética, ou seja, atribuir aos paulistas a fundação do país. Não é à toa que também Sérgio Buarque dirá:

A colonização paulista do Cuiabá e do Mato Grosso é como uma réplica, em escala reduzida, do que foi a colonização portuguesa do Brasil. São Paulo deu o que podia dar, e certamente não era muito, uma vez que lhe faltava em braços e em recursos materiais o que lhe sobrava em energias. As terras centrais, que por obra de seus filhos, se agregaram finalmente à América Portuguesa, tiveram de contentar-se com uma espécie de existência reflexa, fundada, por sua vez, em uma economia puramente extrovertida, se assim se pode dizer. (HOLANDA, 1995, p. 150)

Assim, *Caminhos e fronteiras*, *Monções* e o tardo *Extremo oeste* incluem-se no debate sobre a expansão dos paulistas pelo interior do país e sobre o imaginário em torno dos bandeirantes ou do papel dos paulistas na ocupação e demarcação das fronteiras nacionais.

Voltando à classificação de *Caminhos e fronteiras*, talvez se possa agora filiá-lo com mais clareza aos debates travados desde o final do século XIX. Nesse sentido é que o livro encontra sua formatação numa narrativa anterior, bastante singular e pretensamente épica, embora desordenada e fragmentada. Sérgio Buarque, de certa forma, manteve o mesmo mapa que a primeira geração romântica paulista desenhou no final do século XIX

⁸ Segundo Ferreira (2002), o termo, título do trabalho de Alfredo Ellis Jr., pertence originalmente a Saint-Hilaire.

e início do século XX — de pontos, imagens e questões —, reescrevendo, como em palimpsesto, o enredo textual da nacionalidade.

3.2. A tese da fronteira

Nem tudo, entretanto, é mera reordenação ou espelho revertido. A novidade de Sérgio Buarque é ordenar o mesmo material, dando-lhe nova formatação. Na linguagem de Hayden White, o autor de *Caminhos e fronteiras* faz “vazar” a história da ocupação de acordo com outra lógica. Curiosamente, os elementos mobilizados pelos românticos da geração do IHGSP e do *Almanach Litterario de São Paulo* são rearranjados numa teoria: a teoria da fronteira.

A questão da fronteira já aparecia em *Raízes do Brasil*, embora em termos culturais. O título do primeiro capítulo daquela obra anuncia: “Fronteiras da Europa”. Em *Caminhos e fronteiras* o tema é abordado de maneira mais circunscrita e precisa, a despeito de o próprio autor nos alertar para a associação entre fronteira, espaço e território.

O que muda é a versão da história nacional. *Caminhos e fronteiras*, *Monções* e *Extremo oeste* se alocam num padrão de explicação histórica que rivaliza com a proposição contida em *Raízes do Brasil*. Para muitos comentadores, a força do legado tradicional ibérico português nessa obra age contra as forças de transformação, afirmando sua própria primazia.

Aqui, com efeito, a fronteira (“Fronteiras da Europa” é, não por acaso, o título desse capítulo inicial) é um limite intransponível porque colocado na origem de tudo, marcando não tanto uma dialética entre espaços e tempos diferentes, quanto uma espécie de cronótopo denso, coalhado, compacto, em que noções como passado e futuro, como perto e distante, parecem perder qualquer sentido. A história brasileira, nessa perspectiva, aparece como uma história sem rumo, gravada por um peso ou roída por um vício orgânico e segredo de que não consegue se livrar. (FINAZZI-AGRÒ, 2005, p. 148)

Já *Caminhos e fronteiras* privilegia a experiência como marca da originalidade e pode ser qualificada como abordagem de cunho situacional,⁹ contraposta à de *Raízes do Brasil*, que se configura como genética.¹⁰ Sérgio Buarque trabalhou tal modelo a partir da teoria da fronteira de Frederick Turner (1996),¹¹ exposta em *O significado da fronteira na história americana*, publicado em 1893. Esse livro abalou a historiografia americana, sobretudo porque rompia com a idéia de que a democracia local advinha da tradição britânica. A tese da fronteira apresentava os Estados Unidos da América como resultado do processo interno de expansão para o oeste. Além disso, Turner recriou um vocabulário histórico, revitalizando velhos termos e produzindo um texto de grande força persuasiva.

Turner defendeu que, na situação de fronteira, a natureza se impõe e o “pioneiro” deve adaptar-se às condições naturais locais, ao nativo. Há um recuo a padrões primitivos para que, num outro momento, se possa retomar a evolução. Turner não considera a fronteira como um encontro qualquer. Não se trata, aqui, da fronteira entre Estado e

⁹ Ver Wegner (2000, cap. III).

¹⁰ Ver a classificação de Morse (1990), na introdução de *A volta de McLuhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. A mesma classificação é seguida por Wegner (2000).

¹¹ Os dois modelos surgiram do debate sobre uma possível história comum das Américas. De maneira geral, enquanto a explicação genética interpreta a América como uma herança transatlântica, a outra modalidade explicativa tende a considerar que, embora o legado seja indiscutível, existe uma dinâmica própria que lhe é associada, proporcionando-lhe, portanto, uma marca singular. Após 1941, quando de seu regresso dos Estados Unidos, Sérgio Buarque de Holanda inclui em sua agenda a reflexão sobre a América Latina e sobre a historiografia norte-americana.

Estado, estudada pelo teórico Franco Moretti (2003), mas entre Estado e selvageria ou entre Estado e primitivo. De um lado, há uma ordem; do outro, algo que Turner definiu como “vazio”, estado de selvageria inferior ao do colonizado. Essa diferença, introduzida por Turner, distinguia a fronteira americana da européia. Assim, a partir da necessária condição de adaptação, o pioneiro desenvolve novas técnicas e, sobretudo, novos padrões de sociabilidade, pois a relação com os outros é fundamental para sua sobrevivência. Surge, portanto, uma sociedade compósita de fundo igualitário. A busca por novas terras acontece por um processo de “válvula de segurança”, disparado pelo excesso dos grandes centros. A consequência seguinte é considerar o oeste como um “vazio”, afirmação que foi alvo de inúmeras críticas.

A tese de Turner oferecia a Sérgio Buarque uma dupla possibilidade: de um lado, permitia uma aproximação das experiências norte e sul-americanas e, de outro, ressaltava a importância do processo histórico interno em cada caso. Enquanto o experimento genético limitava-se a levantar os traços recebidos reciprocamente, o “americanismo” interessava-se em acompanhar as formas assumidas por esses traços. O interesse de Sérgio Buarque pelo caráter mais dinâmico da abordagem situacionista, em especial pelo conceito de fronteira, levou-o a considerar tal contribuição com restrições. A análise de Turner era totalmente radicada no caso norte-americano. Ser local, marcadamente histórica e, portanto, única era um limite e uma qualidade sua. Na introdução de *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque escreve:

De qualquer modo seria injustificável a pretensão de aplicar os esquemas de Turner às condições que se criaram no Brasil e se associaram à sua extensão geográfica. O contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo [...], e a dos *pioneers* da América anglo-saxônica é, com efeito, tão obviamente radical quanto o será, sem dúvida,

o que subsiste entre as conseqüências próximas ou remotas que delas podem decorrer. (HOLANDA, 1995, p. 13)

Mesmo escrevendo de forma tão positiva sobre as limitações do conceito de fronteira, Sérgio Buarque aproximou-se de maneira surpreendente de Turner. Wegner aponta que a estrutura de *Caminhos e fronteiras* acompanha exatamente a estrutura que Turner deu a seu próprio trabalho. Assim, expressando-se sobre a organização de sua própria obra, Sérgio Buarque explica:

Na primeira parte são abordadas as situações surgidas do contato entre uma população adventícia e os antigos naturais da terra com a conseqüente adoção, por aquela, de certos padrões de conduta e, ainda mais, de utensílios e técnicas próprias dos últimos. (HOLANDA, 1995, p. 12)

Se a organização da obra pode nos impelir a ler *Caminhos e fronteiras* à luz de Turner, todo cuidado é pouco. De fato, a experiência tem uma mesma lógica, mas a “forte variação de intensidades dos contatos entre o adventício e o nativo e de adaptação daquele a este último” (WEGNER, 2000, p. 122) proporciona resultados distintos entre si. De qualquer maneira, não obstante a direção tomada por tais experiências históricas, a essência da “cultura de fronteira” permanece como tese nos dois casos.

O livro de Sérgio Buarque de Holanda não deixa de se inscrever, como veremos, na tradição da temática da identidade nacional. Inexiste para ele uma integração pura, tampouco o aproveitamento de uma natureza dada e manipulada pelo homem. As duas versões parecem se contrapor, quando não se contradizer, através de seus matizes diversos. Num momento, se pensarmos o homem da aventura, a idéia de *rex extensa* e de *terra nullis* impõe-se. No entanto, o homem da aventura se desvanece e dá lugar ao

homem da fronteira. O primeiro conceito — *rex extensa*, formado no século XVII — justificava a ocupação das terras, uma vez que tomava o ameríndio como *homo naturalis*, ou seja, desprovido de subjetividade, impossibilitado de realizar uma construção cultural: ele é parte da natureza e, como ela, deve ser conquistado. Recusando a idéia de uma natureza dada, inerte,¹² Sérgio Buarque constrói, através dos “caminhos” e das atitudes de fronteira, um “panorama simbólico”, que o afasta da versão meramente espacial.

As diferenças entre *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras*, bem como os elementos sociológicos e políticos de *Caminhos e fronteiras* são bem analisados por Wegner (2000). Nosso viés pretende mostrar como tais caminhos são “resolvidos” de forma textual ou narrativa. Dados no interior do texto, “os caminhos e as fronteiras” expressam-se no tenso equilíbrio de uma linguagem que tenta, de um lado, mapear uma terra no século XVII através de vozes e tempos diversos e, de outro, apontar para um historiador colocado no presente. Tal escrita se entremeia de forma oblíqua porque descreve estruturas e eventos, deslocando-se de um modelo para outro. Sem deixar de correr a pena em prol da ciência e da razão, Sérgio Buarque é a testemunha de nossa história despojada, mas não abandona a oportunidade de mapear as terras, ressaltar os motivos edênicos, fazer a apologia dos lugares. Talvez a forte erudição tão reiteradamente apontada pelos comentadores de Sérgio Buarque nos tenha levado ao primeiro nó górdio da escrita sergiana.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a tese da fronteira de Turner aplica-se ao Brasil, porém com uma dinâmica diversa da norte-americana. A diferença dos processos é explicada a partir da questão histórica. Lembremos que, para Sérgio Buarque, não há leis

¹² A idéia de *rex extensa*, desenvolvida por Descartes, possui sua contrapartida no âmbito jurídico com a idéia do *homo naturalis*. Ver Santos (1994).

de desenvolvimento e a singularidade dos acontecimentos históricos é a matriz da normalidade. Assim, se no caso norte-americano a subordinação do homem é, num primeiro momento, profunda, no Brasil as condições são ambíguas. Em especial, é preciso anotar duas questões. A primeira diz respeito à crescente importância dos chamados motivos “edênicos” da descoberta do Brasil, desenvolvidos em *Visão do paraíso* (1958). A segunda envolve o aspecto temporal. Nesse último caso, a prática da fronteira é exercida em um tempo que a distingue significativamente da fronteira norte-americana. Enquanto a experiência descrita por Turner desenha um processo extremo, rápido, Sérgio Buarque, numa linguagem enviesada, prefere a lentidão. A demora nos detalhes é tanta que cada capítulo parece dispensar o outro. É que, para passar ao estágio seguinte, é preciso adaptar-se ao nativo. A linguagem cumpre esse papel, familiarizando o leitor, tornando próprio o alheio.

Todo esse processo de adaptação da fronteira é assegurado numa escrita que parece não ter fim, transmitindo a sensação de morosidade. Se a obra de Turner expressa-se numa narrativa dramática, mas ao mesmo tempo épica, testemunhando a força da construção do homem americano, a narrativa sergiana é menos segura e parece deter-se, ela própria, nas fronteiras de todos os elementos que tenta abordar. Não há em Sérgio Buarque uma hierarquia clara, como em Turner, cuja matriz evolucionária permitiu, por exemplo, uma narrativa “potencialmente renovável porque se abre a perpétuos deslocamentos da fronteira real através de ‘novas fronteiras’ metafóricas, novas fronteiras

que assumem a função de renovação nacional”¹³ (BROOK, 1996, p. 131, tradução da autora).

Assim, a idéia de história que subjaz a *Caminhos e fronteiras* não se traduz numa linha reta que conduz ao futuro, numa sucessão evolutiva. Pelo contrário, a história, nos seus processos culturais de fronteira, espraia-se pelos lados. Por isso a escrita dessa história não caminha de um fato para outro, de um evento a outro, numa ordem de causa e consequência, mas descreve os elementos disponíveis ao processo de adaptação: tudo pode ser justaposto, tudo deve ser contado, tudo é importante.

A teoria de Turner possibilitou a Sérgio Buarque reunir os escritos espalhados em torno da temática dos paulistas. No entanto, o próprio autor se embrenhou num outro projeto, que já não correspondia ao de Turner senão em sua idéia geral. Tal como o enorme mapa viário nativo, que Sérgio Buarque cita como fundamental para a ocupação, também a escrita parece abrir-se continuamente em possibilidades inúmeras.

Nesta ótica, *Caminhos e fronteiras* poderia ser visto também como uma espécie de coleção — num sentido ainda benjaminiano — de eventos pretéritos, ou melhor, como um conjunto de “restos”, de “cacos” de uma história integral e inatingível na sua plenitude, da qual eles guardam todavia uma parcela, um reflexo embaçado: apenas no seu combinar-se, dentro do espaço precário e nostálgico do livro, essas ruínas de um passado perfeito conseguem reencontrar sua razão de ser, a sua necessidade e a sua evidência, embora longe de qualquer ilusão de continuidade ou de coerência, fora de qualquer organicismo consequencial e causalista. (FINAZZI-AGRÒ, 2005, p. 156)

¹³ “[...] potentially renewable because it allows for a perpetual displacement of the actual frontier by metaphoric ‘new frontiers’, new frontiers that take on the function of national renewal.”

3.3. A caminho da totalidade: do mundo para o texto

Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim, já que tudo se passa em ponto numa bola [...]

Valha dizer-se também do redor — os cerrados de tabuleiros, uns campos, com amagradados capins e árvores de maus ossos, mas no entremontar das serras, onde se acabam e se perdem as acham e se perdem as estradas. Andando ao acaso, às costas delas, um se pasma e interrompe, ao às-vezes abrir-se de vista alegre, longe, clara, nas paisagens inopinadas, páginas e páginas. (Guimarães Rosa, em “A história do homem do pinguelo”)

No prefácio da edição de 1995 de *Caminhos e fronteiras*, Fernando Novais ressalta a “[...] sutileza polissêmica do belo título, pois o livro trata, ao mesmo tempo, das trilhas dos bandeirantes e raias da Colônia, mas sobretudo das direções e limites de nossa civilização”. Anotação justa. O título, como em outros trabalhos de Sérgio Buarque, é metafórico e polêmico.

Como vimos, *Caminhos e fronteiras* e *Monções* foram recebidos pela crítica historiográfica como obras que marcariam o abandono do ensaísmo, inaugurando um novo estilo de trabalho, de caráter mais científico. A metodologia detalhista, com uso sistemático de fontes primárias, e a observação etnográfica caracterizavam essa nova fase. Para alguns historiadores, Sérgio Buarque abandonara certo sociologismo, presente em *Raízes do Brasil*, para se tornar propriamente historiador. Assim, a trajetória terminaria coroada pela publicação de *Visão do paraíso*, considerado verdadeira obra-prima e um clássico de erudição.

Mais de um autor aludiu às semelhanças entre as obras de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, e a de Sérgio Buarque de

Holanda, *Caminhos e fronteiras*¹⁴. Mas, se a aproximação existe, ela nos parece significativa sob o ponto de vista de um pensamento que se volta para o espaço, o deslocamento, a viagem e a relação com a natureza.

Contudo, já esboçado nosso ponto de vista em relação ao parentesco feito por declinações em retrospecto, cabe agora anotar que outras semelhanças poderão nos ser úteis, não necessariamente pela razão mais aparente a que os críticos aludem, mas talvez por uma característica da qual ambas as obras em questão comungam.

Com efeito, *Caminhos e fronteiras* e *Monções* (e mais tardiamente *Extremo oeste*) são exaustivas descrições da tomada do oeste do Brasil pelos paulistas, assim como a obra de Braudel. Vários capítulos de *Caminhos e fronteiras*, escritos antes da publicação do livro, já apontavam para as andanças dos bandeirantes, suas descobertas e seus deslocamentos à época da colonização.

As viagens aconteciam literalmente no sentido espacial, do litoral para o sertão, numa história que ambicionava desvencilhar-se do seu centro metropolitano e europeu para encontrar uma raiz própria. Mas a viagem é também um deslocamento temporal, dado que se busca no passado colonial uma chave que aborda e atravessa, de outra forma, a questão nacional. Desse modo, é nesse horizonte de mobilidade espaço/tempo/natureza que uma nova tese sobre o Brasil começa a se configurar. Não é de todo nova e, como diz Robert Wegner, já está em *Raízes do Brasil*, mas talvez seja interessante reler o ensaio de 1936 na perspectiva dos estudos sobre a ocupação do território. Na abertura de *Monções* Sérgio Buarque afirma que:

¹⁴ Entre os autores, podem ser citados Novais, na Introdução de *Caminhos e fronteiras* (escrito em 1956), Laura de Mello e Souza, em artigo de 1995, e Galvão, em 2000. Para uma visão crítica, ver Vainfas (1998).

[...] [seu] trabalho em preparo tem a ver com as chamadas monções de povoado, que assim se chamavam as frotas de comércio entre Porto Feliz e Cuiabá, e com as viagens por terra entre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente, e o extremo ocidente do Brasil (HOLANDA, 2000, p. 11).

E fornece explicações mais detalhadas de seus objetivos de fundo:

A sociedade constituída no planalto da capitania de Martim Afonso mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na propriedade rural, que cria indivíduos sedentários. [...] Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que outras capitanias, a ação colonizadora realizava-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo, não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. (HOLANDA, 2000, p. 16)

A tese aí apresentada não se distingue daquela discussão em torno da idéia da cultura da fronteira de *Caminhos e fronteiras*. Também *Extremo Oeste*, livro anunciado em 1976, mas só publicado seis anos após a morte de Sérgio Buarque, enfatiza:

A demora com que, no Planalto de Piratininga, se tinham introduzido costumes, tradições ou técnicas provenientes da metrópole, não deixaria de ter ali fundas conseqüências. [...] Só aos poucos, ainda que de modo consistente, o filho e neto de europeus acabaria por introduzir usos familiares aos seus ancestrais no Velho Mundo. (HOLANDA, 1986, p. 29)

A partir desse eixo central, Sérgio Buarque desenvolve toda uma extensa pesquisa de arquivo para demonstrar como a vida na colônia tendia ao abandono das práticas trazidas de fora e a uma adaptação aos costumes locais, para depois serem retomadas. Em *Caminhos e fronteiras*, o primeiro capítulo, “Veredas de pé posto”, é dedicado às técnicas

do caminhar. Sérgio Buarque (1995, p. 20-21) descreve com extremo detalhe técnicas corporais que compõem uma “[...] espécie de rústico alfabeto, unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista [e que] requer qualidades pessoais que dificilmente se improvisam”.

Em muitas outras passagens tais descrições se repetem com detalhes impressionantes: o aprendizado das plantas, o mover-se na mata, o reconhecimento da vegetação. No movimento do sertanista que adota padrões nativos, o historiador parece reconhecer sua própria necessidade de um aprendizado pessoal da terra e uma compreensão dos detalhes da vida adventícia.

“Só a um olhar muito exercitado seria perceptível o sinal” (HOLANDA, 1995, p. 20). O conselho vem embutido e a direção é ambígua: é apenas um comentário ou um alerta ao leitor desatento? O que surge na pena de Sérgio Buarque seria o que modernamente se chamou de história material, que não deixa de ser tangenciada pela etnografia. Por um lado, tal escrita guarda um parentesco com a geografia tão em voga na primeira metade do século XX, que poderia ser até mesmo tomado como um resultado da influência da geografia sobre a história¹⁵. Nesse sentido, o caráter da influência se desloca. A geografia é uma das disciplinas que se mostra fortemente atada aos estudos históricos, assim como será importante nas discussões das chamadas áreas periféricas ou nas discussões sobre regiões em processos de colonização ou descolonização ao longo do final do século XIX até meados do século XX.

Na *civilisation matérielle* de Braudel incluíam-se tanto as imensas vastidões geográficas quanto as pequenas localidades e bairros, espaços sempre articulados pelos

¹⁵ Ver especialmente Lacoste (1989).

trânsitos humanos nas trocas comerciais e de notícias. O *Méditerranée* de Braudel foi sobretudo o desenho da circulação das coisas através das andanças dos homens. As duas escritas, a de Braudel e a de Sérgio Buarque, no entanto, parecem convergir para um mesmo método. A captura do detalhe, a apreensão da vida cotidiana, de lugares e do embate dos homens com a natureza funciona como tomada de território. Em suma, trata-se da questão da relação do homem com a natureza. Assim, numa seqüência temporal teríamos o viajante, cujo horizonte é uma narrativa que “[...] fixa tipos e quadros locais” (SÜSSEKIND, 1990, p. 45), depois o naturalista, a quem cabe “[...] ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho” (SÜSSEKIND, 1990, p. 45) e, por fim, o geógrafo, que se define por um caráter mais científico. No sentido foucaultiano¹⁶ do termo, a geografia pode ser vista como discurso continuador do próprio discurso naturalista. Não sem razão é declarada, em 1875, a “filosofia da terra”.¹⁷

Em *Caminhos e fronteiras, Monções e Extremo oeste*, a copiosa descrição assemelha-se ao discurso geográfico braudeliano, na medida em que a natureza aí não é pano de fundo para a atuação dos homens, mas elemento ativo e dinâmico. A descrição, muitas vezes cansativa, abrange uma coleção de episódios, modos de viver, práticas corriqueiras, soluções locais, denominações diferentes para coisas conhecidas por outros nomes. Desse ponto de vista, a escrita reveste-se do estilo do narrador viajante do século XVIII e XIX. Recorrendo a uma massa significativa de fontes dos próprios viajantes-narradores, Sérgio Buarque os cita, ora num discurso indireto, ora direto, separando sua própria fala das fontes apenas por aspas, mas ritmando e produzindo um mesmo compasso:

¹⁶ Foucault (1995).

¹⁷ Declaração do Almirante La Roncière Le Noury no Congresso Internacional de Geografia (citado em Evelynne Pisier-Kouchner e François Châtelet, 1983, p. 306).

Não importava que fosse uma colaboração absolutamente involuntária e indireta, como chega a sugerir Orville Derby, ao assegurar que os sertanistas “*apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo*”. (HOLANDA, 1995, p. 25, grifo nosso)

Esse palmilhar da terra, que adentra por “caminhos de vereda”, trilhas estreitas feitas por indígenas, delineia-se como numa pintura. Essa espécie de retorno à natureza pode revelar também um sentido epistemológico. A tese da fronteira exige a recuperação da ambientação passada, do enfrentamento do adventício neste mundo de uma força extremada.

Lembremos que para Sérgio Buarque (1979b, p. 31) o historiador deveria “[...] valer-se de recursos de expressão que não sejam os de mero relatório ou o de uma exposição científica”. No que diz respeito a *Caminhos e fronteiras*, os quadros esboçados se alocam no traçado tenso de um momento histórico que se inscreve entre a arte e a ciência. Não sem razão, também o próprio Braudel, que tomava a geografia num sentido mais restrito, fez, ao final, aparecer no texto em questão uma geografia bastante diferente, bem menos cientificizada, contornada de elementos vivos “garantidos no olhar”, cuja adjetivação faz surgir diante de nós um espaço humanizado.

De fato, no contexto da tese da fronteira, a recuperação do horizonte natural na época do enfrentamento com as bandeiras torna-se fundamental. Observamos anteriormente o quanto Sérgio Buarque se aproxima dos discursos dos viajantes e das técnicas dos geógrafos e etnógrafos nas obras aqui estudadas. Se por um lado elas se assemelham, por outro, o que as distingue será o objetivo diverso a que se prestam. Enquanto os textos dos viajantes não possuem um conteúdo programático unitário, a

escrita sergiana, em *Caminhos e fronteiras*, é imbuída do desejo de descrever com o propósito de “re-apresentar” a paisagem da ocupação.

Assim é se percebe a necessidade de remeter o leitor a esse lugar passado, produzindo nele uma impressão sensível. Ao retomar os viajantes, Sérgio Buarque atua numa espécie de “pintura de paisagem”. O termo foi cunhado por Alexander von Humboldt em seu livro *Ansichten der Natur* (*Quadros da natureza*), publicado em 1807, e diz respeito às pretensões científicas acompanhadas de ambições artístico-literárias. Em outro trabalho, seu irmão Wilhelm von Humboldt também assinala a relação da natureza com a arte, no caso a arte do historiador — *A tarefa do historiador* (1821). De maneira geral, Humboldt demonstra seu débito para com Goethe, no sentido de que essa espécie de gênero pudesse servir para produzir a síntese de que a ciência necessitava. Nessa obra afirmava que uma boa exposição histórica é comparável a uma exposição artística, traduzida em uma boa imitação da natureza — lembremos que, à época, o critério da boa arte era o fiel retrato da realidade.

A imitação de uma forma orgânica pode se dar de duas maneiras: ou por representação direta de sua forma externa, tão exata quanto o olho e a mão o permitam, ou de dentro, tomando por base estudo antecedente do modo como a forma exterior emerge da idéia e estrutura do todo e abstraindo as proporções da forma exterior. Nesse processo de abstração, a forma é primeiramente reconhecida por um modo bem diferente de sua percepção pelo olhar não artístico, sendo então recriada por meio da imaginação, de tal maneira que, independentemente de sua coincidência estrita com a natureza, ela contém entretanto uma outra verdade superior dentro de si. Pois se trata da virtude máxima de uma obra de arte revelar a verdade interior de formas que sua aparência efetiva oculta. (HUMBOLDT, 2001, p. 61-62)

É nessa direção que se movimenta Sérgio Buarque, tendo como referência mais os naturalistas do que os românticos. O maior uso possível de informações é necessário para

descrever detalhes de modo realista, mas que recriem no leitor o melhor “quadro da natureza”. A versão de Humboldt conciliava, a um só tempo, a estética e a ciência, e ainda indicava claramente que não se tratava de uma mera pintura, mas de uma verdadeira *physiognomie* da natureza. Segundo a versão humboldtiana, o pintor deveria pintar com detalhes morfológicos, a fim de que fosse possível conhecer a variedade existente de fato na natureza. Essa posição é significativa à medida que toma por princípio um modelo que pretende algo de realista. Os escritos de Humboldt influenciaram autores como Spix, Rugendas, Martius, todos viajantes e pintores de cenas representativas da natureza brasileira. Além disso, vários deles são fontes primárias utilizadas por Sérgio Buarque de Holanda nos trabalhos aqui em tela.

A tese da fronteira, como vimos, deverá mover-se contra um legado histórico já estabelecido. Nesse sentido, é preciso retrazar todo um novo território, retrabalhar a idéia de homem desbravador português, a noção de índio e também o próprio encontro das culturas nativa e externa. Embora a pintura não se coloque diretamente, as descrições acompanham, em nível de detalhe, um projeto muito aproximado da pintura da paisagem. Importa, na pena do historiador, diferenciar os detalhes da natureza tanto quanto as diferenças humanas. Os detalhes são descritos com o preciosismo necessário para o fim que se esboça na tese da fronteira: o uso que deve fazer da natureza o colonizador.

Braudel, de certa forma, enfrentou problema semelhante. Tratava-se, no caso da identidade francesa, de movimentar-se em direção ao sul. Contudo, observe-se que, em Braudel, o Mediterrâneo não é um “vazio” ou uma “terra selvagem”. Trata-se de lugar equivalente a outro “Estado”. Nos termos de uma comparação, a *fronteira* a traçar será

diversa, o que é, no entanto, semelhante (e que por agora deteremos). Focalizamos o modelo chamado descritivo. Braudel pretende tomar o mediterrâneo não como lugar, mas como personagem central. Para tanto, também é preciso dele se apropriar da única forma possível: no texto.

Seu livro é um dos clássicos da história. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* foi defendido como tese de doutoramento em 1947 e publicado dois anos depois. Mesmo antes de sua primeira edição, a obra já era considerada um importante trabalho histórico e parte de seu sucesso pode ser creditada a Lucien Febvre, a quem é dedicada. Febvre qualificou-a como um trabalho exemplar da Escola dos *Annales*, estabelecendo, dessa forma, referência a partir de então obrigatória. Além de marcar o livro desde o seu nascimento, Lucien Febvre, segundo Kellner (1989), teria usado o texto de Braudel para promover o próprio trabalho da Escola dos *Annales*¹⁸. O trabalho de Braudel constitui uma exaustiva descrição do “mundo mediterrâneo”, que começa com um sobrevôo da terra, aproxima-se lentamente “das coisas”, “vindo pelo alto” do espaço para, afinal, relacioná-los ao homem. Difere, portanto, de *Caminhos e fronteiras*, que adentra no território num plano horizontal.

Em linhas gerais, *O Mediterrâneo* tem características estruturalistas, mas ultrapassa certos limites dessa escola ao inovar em termos de uma abordagem temporal. Embora a categoria “tempo” seja algo de pouco valor para o estruturalismo, Braudel estabeleceu uma teorização bastante original, que pretendia reincorporar tal categoria como de grande relevância para a explicação dos fenômenos humanos. As categorias de “longa duração”,

¹⁸ Ver, em especial, Lucien Febvre (1950) escrevendo sobre Fernand Braudel.

“conjuntura” e “evento”, bem como as relações desenvolvidas entre esses diferentes tempos, criariam possibilidades de diálogo entre fenômenos aparentemente imutáveis e aqueles de impacto mais imediato. Sérgio Buarque de Holanda (1979b), no artigo sobre Ranke, mostrou considerar a contribuição de Braudel de especial importância.

Em suas feições gerais, não são poucas as semelhanças entre *Caminhos e fronteiras* e o livro de Braudel. De forma mais explícita e superficial, ambos podem ser resumidos, quanto ao objeto e à metodologia, na relação entre espaço, natureza e homem abordada através de uma minuciosa descrição de seu cotidiano. Tudo, visto no conjunto e conforme sugerem muitos comentadores, desenha a prática de uma “história total”. Todo recurso à geografia, à etnologia e às demais disciplinas, bem como a narrativa detalhada se curvariam, segundo tal leitura, à busca de um novo modelo de história. Os dois trabalhos encontrariam, assim, num nível externo a si mesmos, a razão última de tal semelhança: a busca de uma nova abordagem historiográfica, nomeada de “história total”.

Embora a idéia de “totalidade” tenha acompanhado, de modo geral, todas as escolas historiográficas, foi no marxismo e na Escola dos *Annales* que o termo ganhou, maior precisão, maior uso. Do projeto geral do marxismo, tanto na sua forma hegeliano-orgânica como na versão mecânica e científica, a pretensão a uma “história total” foi parte significativa. No primeiro caso, pretendia-se superar o caráter circunstancial dos fenômenos e buscar seu sentido numa história geral do desenvolvimento da história. O resultado foi o reforço inevitável de uma teleologia. Mesmo a afirmação de Hegel de que o “todo” é apenas a essência aperfeiçoando a si mesma no seu desenvolvimento não esclarece muito, apenas coloca a questão em termos das essências, que por sua vez necessitam ser nomeadas e descritas. No segundo caso, o marxismo pretendia recuperar,

através do recurso à totalidade, certo esfacelamento produzido pela análise determinista. De qualquer modo, mesmo nesse segundo caso, o marxismo não escapou de uma visão essencialmente teleológica e que, em certa medida, encontra no próprio fenômeno do marxismo o melhor sinônimo para seu conceito de “história total”.

No caso dos *Annales*, a idéia de totalidade se constrói segundo uma outra demanda teórica e, por isso, desenha-se de forma completamente diferente. A história total da escola francesa refere-se, em especial, à prática da interdisciplinaridade. O recurso à psicologia social (e mais tardiamente à psicanálise), à sociologia, à antropologia e à lingüística permitia que os *Annales* postulassem uma maior abrangência do objeto da história. A intenção era atingir outros níveis da experiência humana na história e tanto demonstrar os limites do positivismo, com sua visão excessivamente pontual e mecanicista, como enfrentar, de certa forma, o próprio marxismo, com sua perspectiva que remetia os fenômenos subjetivos à esfera superestrutural. Ao incluir numa mesma história toda sorte de manifestações humanas e, em especial, ao se recusar a estabelecer uma hierarquia de importância nas esferas da vida social humana, os *Annales* produziram uma idéia de totalidade sem precedentes na historiografia. De modo curioso, tal idéia inflaciona a noção de contexto num nível paradoxal, gerando ao final um objeto sem contexto.

O contextualismo enfatiza, assim, a individualidade da rede total de relações. No fim, o objeto de estudo e seu contexto se tornam o mesmo ou coincidente sob a contextualização tanto como método quanto como modo de entendimento. Quanto mais a rede de relações se torna coincidente com uma cultura ou sociedade, mais peculiar ou singular o

padrão total será em relação a outras sociedades ou culturas. (KELLNER, 1989, p. 34, tradução da autora)¹⁹

Ressaltando a peculiaridade epistemológica da história total dos *Annales*, à qual voltaremos adiante, parece-nos que o desejo da totalidade pode, contudo, ser referido a um plano metadiscursivo. É provavelmente Claude Lévi-Strauss quem melhor esclarece a ambição subjacente a uma “história total”, ao interpretá-la como a tentativa de recuperar um sentido geral da existência ou de fazer da “[...] historicidade o último refúgio de um humanismo transcendental, como se, com a única condição de renunciar aos ‘eus’ por demais desprovidos de consistência, os homens pudessem reencontrar no plano do nós a ilusão da liberdade” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 290).

A idéia de Lévi-Strauss aponta para a construção da história como a atualização de um desejo, desde sempre humano, de encontrar um sentido para a existência. Uma vez que o mundo moderno destrói sua crença no mito, tal como compreendido em tempos anteriores à racionalização do mundo, torna-se necessária a criação de um outro campo que produza sentido para a existência humana. Dessa forma, a história seria, antes de tudo, um ajuste da explicação necessária ao viver humano. Para um mundo racional, uma explicação racional. Quanto mais afastada das formas transcendentais, mais efeitos a história produz, porque mais adequada ao tipo de pergunta provinda de um mundo dessacralizado.

Segundo Lévi-Strauss (1997, p. 284), o provável sucesso da perspectiva histórica, comparada às outras ciências humanas, fundava-se sobretudo no fato de que a sucessão

¹⁹ “Contextualism thus stresses the individuality of the overall network of relationships. In the end, the subject of study and its context become the same or coincident under contextualization as both a method and a mode of understanding. The more fully coincident the network of relationship becomes with an entire culture or society, the more peculiar or unique the overall pattern will be in relation to other societies or cultures.”

no tempo, a diacronia, criava uma espécie de “[...] inteligibilidade, não apenas superior ao que traz a sincronia, mas sobretudo de ordem mais especificamente humana”. A história restitui não apenas épocas distintas, mas sugere que o movimento de uma época a outra é contínuo. Tal visão se enraíza, por sua vez, na maneira “[...] como acreditamos apreender nós mesmos nosso devir pessoal como uma mudança contínua” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 284). Assim, segundo Lévi-Strauss, o conhecimento histórico e seu privilégio como explicação para as formas sociais vão ao encontro de uma “evidência de sentido íntimo”.²⁰

Para além da polêmica instaurada a partir das formulações acima, interessa-nos especialmente a idéia de uma ansiedade por dar sentido àquilo que é desconexo e sem sentido algum. Mais do que uma defesa de fronteiras entre as várias áreas de conhecimento, Lévi-Strauss se refere ao que orienta nosso desejo pelo conhecimento. Movido pelas duras realidades da primeira metade do século XX, Lévi-Strauss parece vidente daquilo que conformaria o resto do século: a consciência crescente de que a realidade perdeu a confiança em si mesma como progresso indiscutível. Porém, para Lévi-Strauss, a compreensão do mundo como um caos parece impossível para o ser humano e tornaria a vida insuportável.

Assim, se o conhecimento histórico possui um forte componente de ordem filosófica, as várias formas ou desdobramentos metodológicos não deixam de tocar a mesma ferida existencial. Retomando a idéia de história total, esta seria nada mais do que a tentativa metodológica de ultrapassar limites de ordem ontológica e existencial; independentemente da escola historiográfica, para Lévi-Strauss a idéia de uma história

²⁰ Lévi-Strauss travou uma polêmica com Sartre sobre a proeminência que este último concede ao conhecimento histórico, especialmente em *Crítica da razão dialética* (2002). As razões apresentadas por Lévi-Strauss são tangenciadas pelos autores que discutem o narrativismo como forma cognitiva. Ver Mink (1978).

total é sempre um objetivo fadado à falência. Cada episódio, cada acontecimento realiza-se numa imensidão de movimentos, desde os gestos mais discretos aos mais aparentes e identificáveis aos homens. A intenção dos *Annales* se revela impossível de ser empreendida e é em vão multiplicar os pontos de vista e considerá-los todos numa mesma escala valorativa. Se uma história semelhante foi escrita, ela não se furtou a escolhas, às quais, no exercício da construção de sentido, a história está condenada. O contrário é impossível, na medida em que “[...] uma história verdadeiramente total neutralizar-se-ia a si própria; seu produto seria igual a zero” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 285). E, ainda, “[...] seria errôneo acreditar que esses encaixes reconstruam progressivamente uma história total, pois o que se ganha de um lado perde-se do outro” (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 289).

Conseqüentemente e conforme o nível onde se coloca o historiador, este perde em informação o que ganha em compreensão ou vice-versa, como se a lógica do concreto quisesse lembrar sua natureza lógica modelando na argila do devir um confuso esboço do teorema de Gödel. Em relação a cada domínio da história ao qual renuncia, a escolha relativa do historiador é sempre entre uma história que ensina mais e explica menos e uma história que explica mais e ensina menos. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p. 289-290)

Assim, se a versão de uma história total possui uma impossibilidade inerente, seja na sua forma marxista, seja na forma dos *Annales*, resta investigar como se comportam os trabalhos diante dos limites inevitáveis. No caso dos *Annales*, em que uma espécie de causalidade foi substituída por uma exibição minuciosa e exaustiva de acontecimentos intrinsecamente relacionados, parece nunca terminar a referência aos pormenores, numa verdadeira afirmação de que, em história, “pour savoir les choses, il faut savoir le détail” (*apud* ANKERSMIK, 1983, p. 51).

Comenta o professor Fernando Novais (1995) no prefácio da última edição de *Caminhos e fronteiras*: “É gratificante ver Sérgio Buarque praticando um estudo de civilização material em estilo braudeliano *avant la lettre*”. Novais, na verdade, expressa algo consensual na historiografia brasileira.²¹ Braudel, escrevendo sobre o Mediterrâneo, ou Sérgio Buarque, sobre a colonização portuguesa no Brasil, ambicionam totalidades que se construiriam através do texto. Pois é só na ordem do texto que é possível qualquer totalidade: a totalidade que o texto sugere e constrói.

Qualquer que seja a totalidade que uma história venha ou não a ter, ela a terá ou não enquanto um texto, enquanto um produto de linguagem. Isso significa, simplesmente, que as contradições e os limites de linguagem, mediador fundamental das partes e totalidades, serão aplicados. (KELLNER, 1989, p. 75, tradução da autora)²²

Tanto o texto braudeliano quanto o de Sérgio Buarque tentam buscar uma totalidade que lhes foge a todo momento. A cada descrição, a cada detalhe, move-se o texto na tentativa de convencer, antes de tudo, o próprio autor de um real que escapa em muito e sempre o próprio texto.

Assim, àquela proposta metodológico-epistemológica de perseguir uma história total se seguirá uma construção textual de difícil deciframento. Quanto a Braudel, as críticas se avolumam em torno da falta de parcimônia do autor. Em geral, embora não tenham recusado o título de “clássico da história”, os críticos apontam a absurda quantidade de fontes (HEXTER, 1979, p. 133) ou, ainda, a falta de critério na exposição dos eventos (DANTO, 1985, p. 148). No que toca à escrita, Sperber (1975, p. 393) e Philippe

²¹ BLAJ (2000) e NOVAIS (1995), no prefácio de *Caminhos e fronteiras*.

²² “Whatever wholeness a history will have or lack, it will have or lack as a text, as a product of language. This means simply that the limits and the contradictions of language, the fundamental mediator of parts and wholes, will apply.”

Carrard (1992, p. 60-61) denunciam uma forma narrativa confusa, com enorme acumulação de dados que, ao se alongarem, não produzem nenhuma afirmação. Em outras palavras, a escrita de Braudel, envolta em dados e referências excessivas, é muito mais retórica (na acepção pejorativa do termo) que lógica. Embora, no caso de Sérgio Buarque, a crítica não tenha formulado objeções dessa natureza, acreditamos que os problemas são similares.

O arranjo da escrita numa proposta de análise em larga escala, seja diacrônica, seja sincrônica, apresenta-se como uma “descrição densa” em macroescala. Dessa feita, teremos um texto do “tudo”. A tentativa de esboçar uma visão total cria embaraços lógicos pouco visíveis porque ocultos por uma proposta considerada, em princípio, legítima. Os efeitos de tais textos são surpreendentes e dizem mais do que supõe uma historiografia presa à verificação da veracidade das fontes. Assim, para além da montagem e arquitetura do material primário do historiador, uma outra história se conta em paralelo e, muitas vezes, a contrapelo.

Não se trata de uma leitura que se proclame redentora de todos os discursos anteriores e de única resposta possível. Provavelmente, trata-se apenas de reconhecer que a história é antes de tudo “um artefato literário”, para corroborar a expressão feliz de Hayden White, um produto que, mesmo sob a égide dos fatos, deve ser contado, transposto à forma escrita. Também Kellner, ao abordar a *performance* dos textos históricos, afirma que:

[...] a estrutura retórica que possibilita a compreensão da história é dissimulada por seu próprio funcionamento, levantando sérias questões sobre as possibilidades de entendimento histórico ao mesmo tempo em

que faz vastas reivindicações de tais possibilidades (KELLNER, 1985, p. ix, tradução da autora).²³

De fato, a versão de uma história total é outra tentativa de criação de uma história que se subtraia às escolhas ou, numa outra leitura, mais “politicamente correta”, que reinvoque uma história universal. No primeiro caso, já assinalamos que a inflação do contexto não aumenta as chances de uma história “melhor” nem mais “democrática”, tal como a “história do cotidiano” ou “história dos vencidos”, apenas evoca outra perspectiva antes desconsiderada, que pode se somar à anterior ou suprimi-la. No caso da soma, a questão permanece, pois, se não considera nenhum recorte de “verdade” ou princípio ordenador, o historiador poderá terminar com várias histórias, às vezes até antagônicas, e a história enquanto conhecimento perde então seu caráter de conhecimento. No segundo caso, a consideração da *história total* como história universal tem pouca equivalência no sentido que a idéia de história universal ganhou através da pena de Kant (1784). Porém, a versão de uma história dos homens no sentido cosmopolita, de um sujeito universal, não deixa de trazer em seu fundo uma versão de que é possível encontrar, através dessa idéia ampliada, o todo único do homem.

Assim, se entre os elementos parentais entre a obra de Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, e o trabalho de Sérgio Buarque, *Caminhos e fronteiras*, se pudessem apontar outros de fundo, um deles seria essa ambição pela captura do todo, pela descrição pormenorizada, pelo detalhe minucioso, excessivo, pelo trabalho

²³ “[...] the rhetorical structure that makes comprehension of the history possible is dissembled by its very functioning, raising serious questions about the possibilities of historical understanding at the very moment of making vast claims for such possibilities.”

das fontes assoberbado. Uma verdadeira anatomia desse lugar outro. Em Braudel, uma anatomia do mar, em Sérgio Buarque, uma anatomia da fronteira.

Resta agora considerar o que vem a ser esse *anatomismo* como método.

3.4. Uma anatomia da fronteira

... En aquel Imperio, el Arte de Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Sigüientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Invernios. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas. (Borges, em *El hacedor*)

A referência a Borges pode ser exemplar quando se fala em Braudel e Sérgio Buarque, mesmo que, nesse último, como observaremos adiante, a imagem apareça com cores menos vívidas. No caso de Braudel, a ansiedade pela totalidade gerou, nas palavras de Febvre, um livro monumental. Se todos os analistas são unânimes ao saudar a imensa erudição de Braudel, as várias resenhas e análises que se seguiram à publicação de *La Méditerranée...* parecem não estabelecer ao certo a paternidade de tal monumentalidade. Também nesse sentido, Sérgio Buarque e Braudel compartilham um *status* semelhante. Mas, tal como avaliamos anteriormente, “a obra foi enfim reconhecida como um clássico

histórico, embora, como acontece com muitos clássicos, seja difícil definir sua qualidade peculiar” (TREVOR-ROPER, 1972, p. 472).²⁴

O difícil equilíbrio entre reconhecimento da obra clássica e a imediata apreensão de sua “peculiar qualidade”, sugere Kellner, pode ser explicado por certo estranhamento produzido pelo gênero da obra:

[...] em todos os tempos algumas obras são mal compreendidas porque seu gênero é irreconhecível ou estranho para a época. Esses trabalhos são julgados em termos do gênero ao qual se assemelham, e a “displicência” com que são comumente julgados é na verdade a displicência do leitor, que chegou muito rapidamente a conclusões precipitadas. (KELLNER, 1989, p.161, tradução da autora)²⁵

Segundo Kellner, a obra de Braudel deve ser lida como sátira menipéia. É essa, também, nossa sugestão para a leitura de *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Antes, porém, de prosseguir nesse empreendimento, é necessário refletir um pouco sobre a categorização como meio de análise. Não são poucos os problemas oriundos do método classificatório. Provavelmente, o maior risco das classificações é tomá-las como ponto final da análise, que assim resulta em reducionismo. Se, por um lado, nunca é possível uma análise desprovida de categorias que balizem e orientem a leitura, por outro lado, as categorias podem tomar desmesurado vulto ao se transformarem, em fim, numa produção de equivalência à verdade. Seja de que natureza for, a verdade como interpretação mais apropriada ou como explicação mais justa terá

²⁴ “The work was at once recognized as a historical classic, although, as with many classics, it is difficult to define its peculiar quality.”

²⁵ “[...] in every period certain works are misunderstood because their genre is unrecognized or is unfamiliar to the age. Such works are judged in term of the genre that they seem to resemble, and the ‘carelessness’ with which they are often charged is really that of the reader who has come too quickly to conclusions expectations.”

saldo sempre incompleto. E assim deve ser, pois qualquer categorização é ela própria uma interpretação sem nenhuma transcendência. Como tal, classificar pode ser um bom ponto de partida, mas certamente insuficiente. Resta ainda perceber os vazios que se abrem entre a coisa e a sua qualificação e reconhecê-los como pontos tão significativos quanto aqueles em que a descrição do modelo se ajusta ao objeto em questão.

Dissertar sobre os problemas epistemológicos que permeiam o método classificatório em muito extrapola o objetivo deste trabalho. A classificação do trabalho de Sérgio Buarque como sátira menipéia será adotada aqui com base no conceito de tipo ideal, oriundo da sociologia weberiana. Trata-se de uma construção metodológica, um recurso heurístico que, se não é inteiramente arbitrário e mantém com o “objeto” relações de correspondência e elucidação, encontra-se, por outro lado, impregnado de significações nascidas de uma leitura interessada desse “objeto”.²⁶

A sátira menipéia, também conhecida por sátira varroniana, tem sua origem na obra de Menipo, filósofo e poeta grego da escola cínica, cujos escritos estão perdidos, mas tiveram continuidade através de seus seguidores: o grego Luciano e o romano Varro. Uma das principais características desse gênero é a intercalação de verso e prosa, além do elemento cômico. Visto dessa forma, o gênero apresenta poucas semelhanças com o trabalho de Sérgio Buarque. De fato, interessa-nos em especial uma subespécie do gênero menipeu: a anatomia, repensada por Bahktin e Northrop Frye, autores a partir dos quais balizaremos nossa análise do texto de Sérgio Buarque. Além do sentido original da palavra “sátira”, o de *satura* — cheio, completo —, o termo “anatomia”, de raiz indo-

²⁶ Ver Weber (1992).

européia, significa cortar, dissecar. A anatomia envolve, ainda, o manejo de uma enciclopédica erudição, que faz de *Moby Dick*, de Melville, o melhor exemplo em ficção, e de *Anatomia da melancolia*, de Burton, verdadeiro *survey* sobre a sociedade humana, o melhor exemplo em discurso não ficcional. Mais recentemente, poderíamos citar *Tractatus* de Wittgenstein²⁷ ou os livros de Thomas Pynchon.²⁸

Segundo Bakhtin (2002), a sátira menipéia exerceu grande influência na literatura antiga e na bizantina, mantendo-se presente também em épocas posteriores, incluindo a moderna, com especial *performance* durante o Renascimento. Gênero de extrema plasticidade, a sátira menipéia penetra e absorve pequenos outros gêneros, dado seu caráter dialógico interno e externo no enfoque da vida e do pensamento humano. Bakhtin enumera várias outras características, como a liberdade de invenção e a mistura de estilos, a perseguição de uma idéia filosófica, a experimentação moral e psicológica, a forte presença de jogos de oxímoros, as bruscas mudanças na narrativa e um acentuado aspecto cômico, expresso na forma carnavalesca. Ao destacar o aspecto picaresco ou “popular”, Bakhtin, certamente levado pelo marxismo, idealiza a dimensão popular renascentista e não encontra aí a erudição que Northrop Frye (1973), por exemplo, percebe e que o faz associar Erasmus, Rabelais, Burton, Swift and Stern.²⁹ Comentando Rabelais, Frye observa que, para além do grotesco, ou através dele, revela-se um imenso conhecimento:

²⁷ Ver em especial *Critical synoptics*, de Carter Kaplan (2000). Kaplan encontra um paralelo curioso entre a obra de Melville e a de Wittgenstein.

²⁸ KHARPERTIAN, Theodore D. *A hand to turn to the time: the menippean satire of Thomas Pynchon*. London and Toronto: Associated University Press, 1990.

²⁹ Segundo Blanchard (1995), Bakhtin é mais um comentador da sátira renascentista e de Rabelais do que propriamente um teórico da sátira menipéia. Para um comentário extenso sobre Bakhtin e a sátira menipéia, ver ainda Kaplan (2000), em especial o capítulo I.

O satirista menipeu, cuidando de temas e atitudes intelectuais, mostra sua exuberância em peculiaridades intelectuais empilhando enorme massa de erudição sobre seu tema ou soterrando seus alvos pedantescos sob a avalanche de seu próprio palavreado. [...] A tendência a expandir-se em miscelânea enciclopédica assinala-se claramente em Rabelais, notadamente nas grandes listas de *torcheculs* e epítetos de calças com bolsas e métodos de adivinhação. (FRYE, 1973, p. 305)

É a exuberância no trato do conhecimento que conecta *Caminhos e fronteiras*, *Monções* e *Extremo Oeste* à sátira menipéia. Com efeito, mais de um autor fez notar a imensa erudição que, embora presente desde os primeiros escritos, aparece nesses trabalhos, talvez de maneira mais sistematizada em *Caminhos e fronteiras*. Muitos dos assuntos aí tratados são retomados em *Monções* e *Extremo Oeste*. Porém, se aliarmos tal erudição não apenas à cientificidade, mas também à prática de uma “história total”, poderemos inscrever-lhe um papel funcional: o da “anatomia”/sátira menipéia. Talvez, e esta é nossa hipótese, a uma anatomia da colonização brasileira. Qualquer totalidade, contudo, só pode ser buscada na ordem da linguagem, mesmo que desde seu início tal projeto esteja fadado ao fracasso. Assim, é na escrita que essa compreensão “total” da colonização será buscada. Como anatomia, deve dissecar, pormenorizar, menos como método do que como criação. O objeto em questão é buscado/criado, então, desde seu aspecto mais geral até o seu detalhe mínimo (mas nem por isso menos importante).

O processo é inevitavelmente irônico. A idéia de ironia é tomada, aqui, no sentido de Hayden White, mas também consideramos mais adiante o trabalho de Richard Rorty. Para o primeiro, a ironia se processa sempre que se “[...] afirma tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso” (WHITE, 1992, p. 51). Segundo o autor de *Metahistória*, tal atitude revela um sujeito capaz de reconhecer o mundo da linguagem de um ponto de vista “problemático”. Em outras palavras, significa

um sujeito, autor, falante ou leitor, que se coloca no mundo a partir da dúvida; sua posição é cética e, portanto, seu protocolo lingüístico é inconstante. Para Rorty, o ironista é aquele que sabe o que é, definido por um vocabulário, mas poderia ser definido (provavelmente o será) por um outro vocabulário. Além disso, não existem vocabulários mais autênticos que outros.

Tanto na versão de White, mais afeita às questões da história da consciência histórica, como na de Rorty, que propõe um desenho político, uma utopia, o resultado do conceito de ironia é o mesmo: a idéia de um descolamento entre as palavras e as coisas. Quanto ao nosso objeto e à dissecação a que é submetido — ao se promover sobre ele inúmeras narrativas e descrições —, trata-se de uma produção de caráter irônico na medida em que as redescrições não se sobrepõem umas às outras num processo hierárquico, senão em uma nova descrição: um outro contar, uma descrição de um outro detalhe; o rodear de quem diz e desdiz:

E o paulista continuou a caminhar a pé, onde não podia dar-se ao luxo de possuir cavalgadura. [...] a posse da cavalgadura correspondia, aparentemente menos a uma conveniência prática do que a um luxo. [...] É verdade que os documentos dos tempos iniciais da colonização não autorizam a acreditar muito na escassez de cavalos por essa época. [...] O sr. Alfredo Ellis Júnior, que examinou *pacientemente* os velhos inventários, concluiu, *sem exagerar*, que a regra geral, São Paulo seiscentista, é a escassez de criadores de eqüinos. (HOLANDA, 1995, p. 127-128, ênfase da autora)

Observe-se que o relato sobre a situação do tropeiro vai se esboçando entre uma afirmação e sua reticência. Ao final do texto, não é possível tirar uma conclusão geral sobre a real situação da disponibilidade de eqüinos na região. Todos os documentos parecem merecer do historiador o mesmo crédito ou a mesma “desconfiança”. Para que

informar o leitor sobre o caráter de confiabilidade da fonte com os termos “pacientemente” e “sem exagerar”?

Todas as coisas são evocadas para explicar e compreender o todo — processo tão lógico quanto impossível. Assim se delineia a própria saturação, que corresponde a uma tentativa de fazer coincidir referência e referente — o nome e a coisa se confundem. Como na estória de Borges, mapa e território são uma só coisa e, portanto, o mapa torna-se inútil. Maria Odila Dias alia a erudição de Sérgio Buarque a um propósito que atesta a amplitude do projeto. Tão amplo que, se possível, teríamos a “história total”:

A reconstituição das formas do devir nas fronteiras do povoamento pressupunha uma elaboração sofisticada por parte do historiador: o convívio sistemático nos arquivos, com fontes manuscritas, inéditas, uma prodigiosa memória e a adequação de uma erudição imensa de conhecimentos afins, de história, de antropologia, geografia humana, urdidos todos com a imaginação criadora, que apurava seu estilo de narrativa. Sérgio Buarque de Holanda elaborava seu estilo minucioso e aderente, entremeando-o de comparações para reforçar o peculiar sem se limitar ao paroquial, o que dá ao seu regionalismo dimensões universais e uma conotação ampla de integração nas ciências sociais de seu tempo. (DIAS, 1985, p. 28)

Ali onde Maria Odila Dias encontra a prodigiosa memória e a acurada pesquisa de arquivo, aliada à interdisciplinaridade, sugerimos a presença de uma elaborada escrita. Contudo, antes de ser sinal de uma excelência indiscutível, o conceito de história total nos coloca um problema epistemológico.

Como processo de escrever, baseado na anatomia, se segue uma espécie de protocolo, que utiliza em primeiro plano a *divisio* — figura de linguagem que subdivide um tópico em inúmeras partes. *Caminhos e fronteiras*, em sua edição de 1995, contém um índice remissivo. Vejamos um exercício da *divisio*. As plantas, por exemplo, se dividem segundo a lógica da tese da fronteira que supõe a adaptação da população adventícia às

condições nativas e às dificuldades na busca por sobrevivência. Assim temos: as plantas que se utilizam para obter água, no capítulo 2. Seus nomes são também um novo espaço construído na linguagem, na medida em que não se referem exatamente aos equivalentes dos colonizadores. Como ocupador, o historiador se ocupa no texto da maneira do adventício: deve apreender, adapta-se. Na seqüência se aprende, pois, que “[...] os meios de que dispunham, tanto índios como sertanistas, quando procuravam algum veio d’água em lugar onde nada indicava sua presença, escapam, todavia, a uma análise precisa e objetiva” (HOLANDA, 1995, p. 37) e, por essa razão, é longa a lista: árvore-fonte, árvore-rio (samaritana dos sertões), escapu ou yçapy de Dobrizhoffer³⁰, umari, a árvore rabo-de-bugio, também conhecida por árvore que chora ou Maria-preta, raiz de umbuzeiro, o mandacaru ou monducuru (de Gabriel Soares), os caraguatás. Observe-se que Sérgio Buarque redescreve as plantas, aproximando-as de outras designações possíveis, num reconhecimento de que as nomeações são arbitrárias e que o tempo é de adaptação.

Na seqüência da *divisio*, o capítulo 4, “Iguarias de bugre”, trata de alimentos sobre os quais o adventício apreendeu. Nesse momento, também são contempladas as plantas que o gentil oferecia como forma de alimentar em condições de “sertões famintos”. Segue-se, novamente, a lista: raízes de guariba ou guareá, grelos de samambaia, iça torrada, pinhão ou ibá, jabuticaba, guarirobas, grumixamas, pitangas, cambucis, ananases, articuns e o jataí.

Seguindo a tese da fronteira, Sérgio Buarque enumera as plantas medicinais no capítulo 6, “Boticas da natureza”, e novamente segue afirmando “[que] foi certamente no contato assíduo do sertão e de seus habitantes que o paulista terá apurado as primeiras e

³⁰ Padre Martim Dobrizhoffer, jesuíta catequista, escreveu sobre a língua tupy-guarani.

vagas noções de uma arte de curar mais em consonância com o nosso ambiente e nossa natureza” (HOLANDA, 1995, p. 76). Esse item é indicado como de difícil estabelecimento entre o que era nativo e o que era próprio de colono, mesmo porque a ambas as culturas atribuíam poderes de cura à atitudes de crença e, nesse sentido, haveria um ambiente comum. É também por tais razões que “[...] práticas indígenas, que tinham todos os requisitos para alarmar ou escandalizar europeus, encontraram, por outro lado, acolhida inesperadamente favorável” (HOLANDA, 1995, p. 78). Aqui, Sérgio Buarque não só caminha pela nomeação como explica o processo que propiciou a aproximação do entendimento das medicinas:

Essa estranha farmacopéia explica-se, em muitos casos, pelo gosto pelo maravilhoso, que perseguia os doutos quinhentistas: herança da ciência medieval, a que o descobridor de novas terras viera dar maior relevo. Não é difícil suspeitar que, para curas miraculosas, se impõem terapêuticas raras e exóticas. [...] Aqui diante de uma linha, de um movimento da natureza, onde não se reproduzem exatamente as visões habituais, a imaginação adquiria direitos novos. O espetáculo de uma paisagem diferente, em um mundo diferente, onde o regime das estações não obedece ao almanaque, deveria sugerir aos espíritos curiosos um prodigioso laboratório de símplies. (HOLANDA, 1995, p. 82)

A consciência da formação das idéias exposta com tanta clareza surpreende subitamente o encadeamento do texto que caminha até então numa descrição alongada de nomes e aproximações quase infinita.

Sobre as rotas e caminhos, temos: os caminhos dos índios, no capítulo 1, e as rotas de comércio, no capítulo 9. Também seguem a mesma lógica da fronteira-aprendizado e adaptação.

Para completar o exercício da *divisio*, para tudo há um nome, uma espécie. Como Braudel, Sérgio Buarque utiliza a dendografia (estudo das árvores), a geografia, a topografia, a hidrografia. Comentando a *divisio*, Kellner afirma:

Uma vez que a lista é ela mesma uma *divisio*, presumo que se estenda indefinidamente. Braudel, louvado por seu amor pelo concreto ou condenado por sua obsessão com o detalhe não acrescentado, segue essa *divisio* e figuras enciclopédicas da retórica da Renascença. (KELLNER, 1989, p. 163, tradução da autora)³¹

A exemplo de Braudel, *Caminhos e fronteiras* (especialmente capítulo 2) e *Monções* listam as árvores — palmeira, guacunã, buriti —, os nomes das plantas — bromélia, fumo, erva de santana —, dos rios e águas — Rio Tiête, Rio Comprido, Rio Tibaji, Pardo, as águas das plantas, as águas das chuvas etc. No capítulo “A cera e o mel”, os detalhes exigiram de Sérgio Buarque um estudo à parte, como é explicado na introdução de *Caminhos e fronteiras*.

Não se trata de desacreditar toda erudição, mas apenas de sugerir sua capacidade de propor, nesse e em outros casos, uma representação histórica não apenas em seu conteúdo ou na intenção de informar minuciosamente. Trata-se, antes de tudo, de rever a fusão entre forma e conteúdo, tão rejeitada pela história após Ranke, que fez da escrita meio, no máximo estilo. É provável que, em autores ou escolas que recusaram toda espécie de determinação, por entenderem-na como reducionismo histórico, o problema da “ansiedade do todo” se coloque. É certo que a via de uma teoria explicitada em termos popperianos não afasta a ambição de “explicar” ou compreender o todo. Porém, o que

³¹ “Since this list is itself a *divisio*, I presume that it is indefinitely extendible. Braudel, who is either praised for his love of the concrete or condemned for his obsession with nonincremental detail, follows these divisive and encyclopedic figures of renaissance rhetoric.”

esse tipo de método garante, pelo menos no nível prático, é uma hierarquia de categorias que organiza aquilo que de outra forma ganharia certo aspecto desconexo ou “atrapalhado”. Como vimos, Sérgio Buarque jamais abraçou completamente alguma teoria. É mais legítimo comentar o que ele recusou como método para a história do que aquilo que aprovou. Também no caso de Braudel e da escola dos *Annales*, a força recai menos na elaboração de um método e criação de categorias de análise do que na crítica ao positivismo.³²

Braudel e Sérgio Buarque se aproximam consideravelmente no que tange ao modo como “vazaram” (para usar o termo de Hayden White) suas obras aqui mencionadas. No uso da *divisio*, nota-se uma sutileza de Sérgio Buarque. Enquanto em Braudel a *divisio* opera-se num processo dedutivo, em que o todo, mesmo monumental, parece claro, em Sérgio Buarque a *divisio* se desenvolve num processo indutivo. A cada informação segue-se outra, aparentemente desvinculada do “tema”. O recurso inclina-se à digressão, a possibilidades que emergem no próprio desenrolar do texto. Assim, ao analisar as veredas, os vários caminhos do sertão, Sérgio Buarque passa subitamente a descrever o andar dos nativos ou a discorrer sobre a importância e os vários tipos de calçados.

As muitas faces abertas sugerem um sistema de vias descritivas que apenas muito forçosamente parecem conduzir a uma idéia central. Sérgio Buarque caminha ele próprio em ziguezague. Em texto de 1992, Flora Süssekind já anotara esse recurso “confuso” ou um tanto “indeterminado” na escrita sergiana:

Curiosa também é a alusão inicial aos mapas do século XVII e à representação da região de Piratininga em *Caminhos e fronteiras*. A

³² Sobre uma crítica à proposta teórica da Escola dos *Annales*, ver especialmente Chartier (2002).

imagem se desdobraria, de cara, numa reflexão sobre sistemas de orientação dos índios, de um lado, e sobre a importância de tais caminhos para a expansão sertão adentro. Desdobramento seguinte: a enumeração de múltiplos tipos de caminhos e formas de caminhar ao longo do livro, que acaba se desenrolando, ele mesmo, como uma espécie narrativa de mapa. (SÜSSEKIND, 1992, p. 144)

Segundo Northrop Frye (1973), a sátira menipeia é sobretudo uma visão de mundo fundada num modelo intelectual em que a estrutura é construída através de violentos deslocamentos na lógica costumeira da narrativa. Essa parece ser exatamente a estratégia a que se refere Flora Süssekind (1992) e que sugerimos incluir nos termos de uma sátira menipeia. Assim, “caminhos” é termo polissêmico não apenas porque “[...] trata, ao mesmo tempo, das trilhas dos bandeirantes e raias da Colônia [e] das direções e limites de nossa civilização” (NOVAIS, 1995, p. 7), mas sobretudo porque pode ser putativo ao próprio método utilizado no trabalho. Os caminhos do texto parecem conduzir sempre a um “mais” — mais em quantidade, traduzida na forma de um rosário informativo; mais em qualidade, na medida em que, diante de nova informação, outro caminho se inaugura para a obtenção do objeto. Os desdobramentos de informações, não necessariamente pressentidos na lógica do texto, sugerem aquele instinto para coletar fatos mencionado por Frye como típico do universo menipeu.

3.5. Vozes da fronteira: a encenação do *symposium*

Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. (HOLANDA, 1995, p. 19)

O trecho citado apresenta, sobretudo, o desarranjo produzido por um universo cultural híbrido, no qual os nomes sempre podem ser vários. Já nos primeiros parágrafos, ao tratar do sistema de pistas deixadas pelos caminhantes para encontrar a volta, Sérgio Buarque informa: “Era o processo chamado *ibapaá*, segundo Montoya, *caapeno*, segundo padre João Daniel, *cuapaba*, segundo Martius, ou ainda *caapepena*, segundo Stradelli” (HOLANDA, 1995, p. 11). Se os desenhos não são confiáveis, tampouco são os nomes. Significantes e significados são suspensos, lembrando a arbitrariedade de ambos os lados. A descrição que busca tornar o estranho próximo, nomeando o objeto, acaba por desfamiliarizá-lo ainda mais.

Talvez o intento seja voltar ao múltiplo para reinaugurar sua unicidade. Mas, uma vez afastada a ipseidade das palavras, é necessário, ironicamente, recorrer com mais intensidade às próprias palavras. Lembremos que, à história, não foi dado engendrar uma linguagem técnica, absolutamente irreduzível aos termos do senso comum, linguagem que, pelo simples fato de constituir-se, teria o condão de assinalar a elevação da História à estatura de disciplina científica. Rancière assim se refere aos caminhos da linguagem histórica:

A história não pode tornar-se ciência permanecendo história senão pelo desvio poético que dá à fala um regime de verdade. A verdade que ela se dá é a de uma encarnação pagã, de um verdadeiro corpo de palavras que substitui a fala errante. Ela não se dá na forma de uma tese filosófica explícita, mas na própria textura do relato: nos modos de interpretação mas também na divisão da frase, o tempo e os personagens do verbo, os jogos do próprio e do figurado. (RANCIÈRE, 1994, p. 96)

Sérgio Buarque não substitui a fala errante, que parece não incomodá-lo. Sua estratégia é de outra natureza. Ao incômodo do múltiplo, responde por uma acentuação e uma rearrumação original. Voltemos aos relatos dos viajantes, um dos principais recursos desde os primeiros parágrafos de *Caminhos e fronteiras*. Segundo Süsskind (1990), as narrativas de viagem e romances baseados nesses relatos se desdobraram, sobretudo, no desenho de um Brasil-natureza, marcado pela força dos trópicos e por potencialidades econômicas prontas a serem exploradas. Tal construção se prende à idéia de origem e fundação. Contudo, “mais para a miragem do que para a paisagem, nutre-se abundantemente das descrições dos viajantes que passam por aqui. Dos cronistas acaba-se por tomar algo para além dos desenhos de vistas e das visões às vezes paradisíacas” (SÜSSEKIND, 1990, p. 33).

Esses relatos, mais do que retratar, desenhavam uma paisagem atemporal, uma “essência meta-histórica”, apresentada como *terra nulis* e paisagem útil. Nesse projeto, a descrição e a cartografia se tornaram os primeiros meios de transformar o distante em próximo. Tais relatos tiveram tamanha força fundadora que se estabeleceram como fonte documental. Tanto a prosa histórica sobre os primórdios do Brasil, quanto os romances ficcionais do século XIX retomaram aquelas descrições, mesmo que em escala e forma diferentes.

Sérgio Buarque presta, a seu modo, a mesma reverência. Suas fontes são, em grande parte, a dos cronistas de época, cartas, anotações de viagem. Porém, ao convocar o testemunho dessas fontes documentais, Sérgio Buarque o faz de maneira diferente. Usa exaustivamente uma massa de citações, que não apresentam, entretanto, uma hierarquia de credibilidade. O *modus operandi* exaure o evento, ao rodeá-lo de informações que não

geram necessariamente sua cabal definição. As várias fontes e referências são articuladas por uma voz, nunca categórica, que dá preferência a expressões não conclusivas. De novo é importante lembrar “o caráter antiperemptório” de Sérgio Buarque pelo uso recorrente de expressões como: “Pode-se quase dizer que”, “talvez não exagerasse ao dizer que”, “não haverá absurdo em supor”, “não será um caso isolado”, “nada impede de acreditar que”, “o que não significa que”, “exclusão obrigatória de” e outras mais, tão bem anotado por Rodrigo M. F. de Andrade e que Flora Süssekind tratou de “claro rastro estilístico”, uma espécie de “discurso do talvez”.³³

Porém, se a presença de uma indeterminação deliberada na própria escrita é indiscutível, cria um embaraço quanto à função de tais citações na narrativa. Acompanhadas de dúvidas, perde-se aquele papel canônico que a apresentação das fontes sempre ocupou na escrita histórica: a cada afirmação do historiador-narrador deve seguir-se uma outra voz que, apresentando-se como a própria coisa em si, anula a voz do historiador, ao mesmo tempo em que lhe concede, indiretamente, a autoridade do saber. É nessa alternância entre a voz do narrador e a da fonte que se insinua o próprio da comunicação histórica.

No texto sergiano, várias fontes trazidas ao mesmo plano instauram uma verdadeira polifonia no interior da escrita histórica, classicamente considerada como monológica. Enquanto método, trata-se de um tipo de *symposium*, uma das características da sátira menipéia, em que um diálogo ou colóquio centra-se com maior interesse na exposição do conflito de idéias do que na definição de um personagem. Segundo Frye

³³ 3º Colóquio Sérgio Buarque de Holanda, Iuperj, 1989.

(1973), o *symposium* deve ser compreendido como forma de gerar conhecimento através da competição retórica, na qual os vários argumentos e informações podem criar desconforto e dúvida. Esse novo modelo de retórica não apenas comunica conhecimento, mas é ele próprio um método de investigação. De maneira genérica, a estratégia pode ser duplamente considerada anatômica, pois, se disseca o objeto por um excesso informativo, o faz sob a égide da *digressio*, refletindo um modo de conhecer que se “alonga”.

Para Frye, o *symposium* é a forma predileta de Erasmus e muito comum em Voltaire:

Também aqui a forma não é invariavelmente satírica em atitude, mas descai para discussões mais puramente fantasiosas ou morais, como as *imaginary conversations* de Landor ou o “diálogo dos mortos”. Às vezes essa forma se amplia para o tamanho natural, e mais de dois interlocutores são usados: o cenário então é habitualmente uma cena ou simpósio. (FRYE, 1973, p. 305)

Em outras manifestações, as discussões surgem na forma de uma vasta demonstração enciclopédica, como é o caso de *Saturnalia*, de Macrobius, em que as pessoas se sentam para um banquete e destilam um grande volume de erudição. Um dos exemplos mais interessantes e mais diretamente relacionados ao nosso estudo é o de *Anatomia da melancolia*, de Robert Burton:

Aqui a sociedade humana é estudada segundo o padrão intelectual ministrado pelo conceito de melancolia, um simpósio de livros substitui o diálogo, e o resultado é a sinopse mais ampla da vida humana, num só livro, que a literatura inglesa havia visto desde Chaucer (FRYE, 1973, p. 306).

Em *Caminhos e fronteiras* e *Monções*, as muitas referências, colocadas em igual patamar, instauram uma verdadeira polifonia. Contudo, mais do que polifonia, o trabalho

seria mais bem considerado, nos termos bakhtinianos, se adotássemos a heteroglossia. A diferença se coloca na qualificação das vozes. Bakhtin trabalhou com obras ficcionais e o romance polifônico é um gênero que surge a partir do século XIX. Nele, segundo Bakhtin, se abre uma arena textual em que várias vozes estão dispostas numa complexidade discursiva. Tais romances são polifônicos na medida em que resistem à totalização e seus personagens surgem com liberdade, produzindo um conflito de idéias no interior do texto.

No caso do texto do historiador, como também no texto do antropólogo e do etnógrafo, as situações, embora com várias semelhanças, possuem pelo menos um distanciamento. Apesar de podermos considerar as fontes (os viajantes, em *Caminhos e fronteiras*) ou o trabalho de campo (etnografia) como vozes internas ao texto, elas ainda são dominadas pelo caráter autoral. Mais do que isso, enquanto nos romances os personagens são inventados, no texto histórico ou etnográfico as fontes são [ou foram] indivíduos de existência conferida. Tal afirmação não destrói a idéia das vozes no texto, apenas lhes confere outro *status*: os informantes/fontes são sobredeterminados por uma rede contextual de origem.

Assim, a estratégia do texto sergiano se abre por um lado, mas se reordena de outro. As vozes vão se sucedendo no texto aparentemente com autoridade própria, o que é um atributo do discurso da história (BARTHES, 1987): fazer entrar a autoridade do documento, criando assim o efeito de real, ou, de outra forma, reforçando a voz do historiador. Porém, também é verdade que a forma descozida do texto sergiano deixa margem para que se passe de uma fala à outra sem que o autor faça, em todas as vezes, a

clara pontuação da marcação da autoridade. Nesse sentido, apenas se ensaia no texto uma estratégia de “dar voz” para estabelecer em seu lugar um *symposium*.

Nesse multiplicar-se de vozes, o método assemelha-se muito mais ao dialogismo, que evoca uma “procura pela verdade”, em oposição ao monologismo que imagina já “possuir a verdade” (BAKHTIN, 2002). Não é o caso de afirmar que Sérgio Buarque inaugura tal procedimento, num ato revolucionário. Adiantaremos, por ora, apenas que a análise do discurso histórico como monológico, primeiro por Bakhtin (2002), depois por Barthes (1984) e Kristeva (1969), centrava-se, provavelmente, mais na posição oficial, defendida pela história positivista, do que na prática da História enquanto discurso,³⁴ incapaz de seguir seus próprios princípios.

Tendo esse painel em mente, o enredo e o método de Sérgio Buarque sugerem uma outra construção. Nosso autor evoca o cânone dos relatos fundadores e os utiliza numa clave diversa daquela apontada por Süsskind, a do Brasil-paisagem, natureza sem cultura. Por outro lado, o recurso àqueles relatos tem algo de tortuoso: surgem no texto a dar o seu testemunho por questões as mais diversas e sem nenhuma ordem cronológica. Com efeito, o retorno e a *performance* dessas vozes podem não apenas trazer ao agora o passado em forma de pensamento e informação, mas sobretudo reescrever, redesenhar, contar de novo a história. O método remete à impossibilidade de voltar àquele momento sem a referência às fontes, sem o gesto arquivístico do historiador cuidadoso do seu *métier*. Porém, exatamente ao trazê-las à cena e expô-las saturadamente, o autor cria uma

³⁴ A própria escola positivista foi incapaz de se ater aos seus conselhos e produziu inúmeras obras que testemunham não só o dialogismo, mas também outros processos considerados “errôneos”. Ver Carrard (1992), capítulos 1 e 4.

outra possibilidade de leitura, uma vez que as informações não se excluem. Vejamos uma passagem sobre as armas:

Jean de Léry, que assistiu a essas tentativas, diz-nos que para fazer funcionar o arcabuz, os índios necessitavam de três pessoas [...]. O interesse que as armas de fogo provocavam entre esses índios vinha em parte da detonação, mas sobretudo de não poderem perceber o projétil em sua trajetória. Mas esse interesse logo se dissipou ao verificarem que o tempo consumido em carregar e disparar um arcabuz dava para cinco ou seis tiros de frecha: *“tant y a neanmoins qu’ayant cogneu l’artifice, disans (comme est-il vray), qu’avec leurs arcs ils auroint plus tost delasché cinc ou six flesches qu’on aura chargé & tire um coup d’arquebuze, ils commençoient de s’esseure à l’encontre”* [nota Léry]. De arco e frecha andam armados os filhos de João Ramalho “muitos em número e todos de má casta”, disse Vasconcelos. É conhecida a resposta de um deles, quando lhe acenaram com os rigores do Santo Ofício: “Acabarei com a Inquisição a frechas”. Muito mais tarde, já em 1614, o desembargador Manuel Jácome Bravo, da Relação do Estado do Brasil, achando-se em São Paulo em correição, é advertido pelos moradores, por meio de frechas que lhe passam rente à cabeça, de que deve renunciar ao prosseguimento de suas devassas e abandonar o mais depressa possível as terras *piratininganas* [nota Taunay]. Mesmo em documentos públicos, como as cartas de sesmarias, lêem-se coisas deste teor: “[...] *um capão de mato virgem, que terá quatro ou cinco tiros de frechas de comprido e dois tiros de largo, pouco mais ou menos* [...]” [nota Documentos do Arquivo de São Paulo]. (HOLANDA, 1995, p. 66-67, ênfases da autora)

A primeira entrada de Léry no texto é indicada diretamente. A seguinte é indireta e se dá através de nota ao final do livro. A segunda fonte, Vasconcelos, não contém maiores informações e se deduz que o dado sobre os filhos de João Ramalho seja o mesmo: nesse caso a indicação também é dada por referência à nota que indica, por sua vez, um trabalho de Taunay “cf. *História Seicentista da Vila de São Paulo*”. A última fonte citada num espaço de três parágrafos também leva o leitor às notas finais. Neste caso, o trabalho é sem autoria, o que indica documentação esparsa “*Sesmarias, documentos do Arquivo do Estado de São Paulo, 1, São Paulo*”, 1921. A proliferação de informação/informantes se arrasta ao longo do trabalho.

Trata-se de uma escrita em palimpsesto que, mantendo algo da anterior, reutiliza o mesmo papel para aí gravar uma outra história. Observa-se em Sérgio Buarque a preocupação com vocábulos da época, o que às vezes confunde o leitor: afinal, quem fala aqui? O narrador-historiador ou a fonte, aquele testemunho antigo? Provavelmente ambos. Essa escrita “difícil” resiste ao movimento solto e fluido, talvez porque a tarefa seja ela própria “movediça”.

O resultado, porém, alcança um outro horizonte. Se os relatos de viagens construíram a imagem fundadora do Brasil como natureza grandiosa mas a-histórica, Sérgio Buarque, cuidando dos mesmos materiais, trata de dotá-la de novas cores — as do movimento e da história. Assim, é como um *puzzle* e com aquele instinto coletor que *Caminhos e fronteiras* se constrói. Não é pela omissão, nem pelo inédito, mas pelo sempre dito, desde sempre lá, que a história se faz. Sérgio aproveita-se da mobilidade do viajante, dos relatos de quem “viu”, de quem esteve lá, como quem acredita no realismo ingênuo dos sentidos. Cita-os com pouquíssimas ressalvas,³⁵ como a transferir seu estatuto de verdade para seu próprio trabalho, fazendo-os porém submergirem à ordem de seu relato.

Talvez fosse excessivo afirmar que é de uma outra fundação brasileira que trata Sérgio Buarque. Porém, com certeza, uma nova paisagem emerge de *Caminhos e fronteiras* e *Monções*. Àquela natureza em forma de “rede atemporalizada” sobrepõe-se agora uma outra, marcada pelo gesto humano, pelo gesto dos nativos e dos portugueses na tomada da terra.

³⁵ Sérgio Buarque parece muitas vezes “generoso” para com os relatos do século XVII e XVIII. Sobre o padre Fernão Jardim, por exemplo, comenta: “Terá havido muito exagero nas informações em que se fiou o cronista inaciano, mas o exagero é companheiro da surpresa” (HOLANDA, 1995, p. 37).

O “itinerário do texto” vai além, apenas, “dos temas em movimento no tempo e da urdidura intrincada dos fatos miúdos no seu processo de significação”. Tampouco trata-se de um método que, resultado da escolha do tema, “geraria por si só uma licença poética à história: um método fluido para temas movediços”, como afirma Maria Odila Dias (1985). Esse intrincado recurso metodológico do cortar, colar e encadear, como manuseio literário, prova que não se trata de fazer ou não literatura, mas daquilo que o historiador utiliza (RANCIÈRE, 1994, p. 107). Verdadeiro desvio poético demonstra que:

[...] na língua comum, os documentos e curvas compõem um sentido e tal sentido suportará sempre uma escolha quanto aos poderes da língua e de seus encadeamentos. Não há conjunto de fala com efeito de mostração e de demonstração que não opere uma tal escolha, que não faça sentido, “literatura”. (RANCIÈRE, 1994, p. 107)

O tema, saturadamente exposto, é apreendido menos nas minúcias do que nas direções cambiantes que toma a escrita. A palavra “caminho” não pertence aqui apenas ao mundo puramente objetivo, mas ao próprio texto, direta ou indiretamente. Direta, ao tratar literalmente dos caminhos percorridos pelos bandeirantes e nativos nos tempos da colonização em *Caminhos e fronteiras*. Direta, também, nos caminhos pluviais em *Monções*. Mas indiretamente, na construção textual, que como tal não se limita à forma, mas reinstaura e impressiona o objeto, de tal modo que é impossível prescindir de um para encontrar o outro. O processo pode ser compreendido como uma técnica de dificultar as formas e alongar a percepção de qualquer objeto, uma vez que o processo de percepção é ele mesmo estético e não puramente lógico. Assim, o ziguezague do texto, ou sua aparente não direção, tem o mesmo efeito da vereda, do caminho: é no passo a passo que se cumpre sua efetividade.

Até agora sugerimos, para *Caminhos e fronteiras* e *Monções*, uma leitura que tome como ponto de partida sua filiação “eletiva” à sátira menipéia. Encontramos aí o mesmo impulso enciclopédico e aquela forma narrativa que progride através de divisões, digressões e minuciosos detalhes tão afeitos ao gênero. Resta mencionar pelo menos uma outra característica da sátira menipéia: a mistura de prosa e verso.

3.6. Natureza e cultura: poesia e prosa

Inicialmente, a sátira menipéia foi caracterizada como um gênero misto:

A [sátira] menipéia se caracteriza por um amplo emprego dos gêneros intercalados: novelas, cartas, discursos oratórios, simpósios, etc., e pela fusão dos discursos da prosa e do verso. Os gêneros acessórios são apresentados em diferentes distâncias em relação à última posição do autor, ou seja, com grau variado de paródia e objetificação. As partes em verso sempre se apresentam com certo grau de paródia. (BAKHTIN, 2002, p. 118)

Bakhtin sugere que a *genera mixta* pode ser reconhecida como um gênero vivo, que não se restringe à mistura de prosa e verso, nem à Antigüidade, pois perdura até os dias atuais. Northrop Frye (1973) considera que, na modernidade, abandonou-se a divisão entre prosa e verso por uma mistura mais sofisticada, uma vez que o objetivo de promover deslocamentos rápidos na ordem do texto superou a mera formalidade inicial. Assim, obras como *Anatomia da melancolia*, *Moby Dick* e mesmo *Alice no país das maravilhas* são, segundo Frye, exemplos clássicos de sátiras menipéias modernas. Em nenhuma delas

o verso intercala-se na prosa. De fato, nas chamadas anatomias, a intercalação se dá no interior da prosa, por recursos muito diversos.

Kellner (1989), em seu estudo sobre Braudel, propõe que a questão do verso/prosa seja pensada a partir das bipartições natureza/cultura e mito/história. De maneira geral, a alternância das formas, segundo Kellner, procura reconciliar as conseqüentes demandas que surgem do paradigma natureza/cultura. Tal oposição expressa, ainda, o próprio desenvolvimento da filosofia grega:

Depois de Platão, “pai do *logos*”, nas palavras de Derrida, a inanimada Natureza da Filosofia é descrita por uma prosa inanimada (não figurada), enquanto a poesia, uma linguagem de transformação mágica (figuração), serviu a um espírito-mundo que o homem racional sabia ser um produto cultural. (KELLNER, 1989, p. 172-173, tradução da autora)³⁶

No que concerne à escrita, tal paradigma reservou à história a linguagem da prosa, no relato dos eventos. Houve certamente o momento das narrativas épicas em versos e do relato histórico em linguagem figurada, como no caso dos historiadores românticos. De maneira geral, contudo, a história se manteve ao lado da prosa, tendo sido pensada, portanto, como longe de uma linguagem “mágica” ou “inventiva”. O século XX deslegitimou a distinção entre prosa e verso³⁷, afirmando o caráter figurado/poético de toda linguagem. Kellner (1989), tratando da escrita da história, ressalta que a prosa, cada vez mais criticada, foi curiosamente substituída por uma nova rival, que acabou por manter a mesma espécie de binarismo. Trata-se da linguagem quantificada, da fotografia

³⁶ “After Plato, ‘father of the Logos’ in Derrida’s phrase, the deanimated Nature of Philosophy is described by a deanimated (unfigured) prose, while poetry, a language of magical transformation (figuration), served a spirit world that rational men knew to be cultural product.”

³⁷ Contudo é necessário lembrar que a recusa das distinções genéricas já era um fundamento do Romantismo e, portanto, já estava presente como ideal desde o século XVIII.

e mesmo da transferência para o texto histórico de material primário, como cartas, desenhos, trechos de documentos etc.

A quantificação é mais exacerbada em Braudel, enquanto as outras possibilidades são fortes componentes documentais em *Caminhos e fronteiras* e também em *Monções*. O efeito é o de introduzir, em diferentes formas, mas com sentido semelhante, uma voz natural,³⁸ a pura coisa e não sua representação. Os recursos à evidência, assim vistos, possuem a função não só de suprimir informações, mas também de recriar um referente externo como traço de um passado que se pode, inclusive, visualizar. A historiografia positivista inaugurara tal procedimento, ao inserir em seus trabalhos citações de documentos oficiais, como trechos de declarações de guerra ou de acordos entre países.³⁹ Naquele momento, o material pontuava a realidade do evento como “realmente existente”. A história iniciada pelos *Annales*, apesar de suas críticas ao positivismo, manteve o método, mas deslocou-se para a escolha de novo material. Assim, tem-se não mais as “palavras realmente ditas”, mas a exibição de práticas sociais e culturais, uma vez que se trata, agora, de provar que os homens e mulheres de tal ou tal época “realmente existiram” e “realmente agiam” de tal e tal maneira.

Em *Caminhos e fronteiras* e *Monções*, além do uso de fontes primárias, Sérgio Buarque incluiu desenhos do século XVIII, mapas, pinturas de época e várias fotografias.

³⁸ A chamada História Nova francesa vangloriou-se de afastar a frieza do positivismo, mas, ironicamente, acabou por ser uma das vertentes que maior uso fez dos recursos descritos acima, o que também ocorreu com as duas primeiras gerações dos *Annales*.

³⁹ A História positivista, fortemente ligada ao projeto nacional, deu preferência aos chamados documentos oficiais. De qualquer maneira, isso não exclui que outras escolas históricas tivessem abandonado um horizonte nacional. Muito da prática da Nova História francesa ou da própria escola americana volta-se para a questão da nação. O que se transforma é o conceito de nação, que ganhou, ao longo do século XX, uma dimensão cada vez menos objetiva, deslizando assim para o campo da antropologia, onde floresceu o debate sobre identidade.

Sobretudo em *Caminhos e fronteiras*, inseriu desenhos de pessoas exercendo alguma atividade descrita no livro — tecelagem, fiação e emprego de técnicas rurais. O uso das fontes escritas em Sérgio Buarque toma, como vimos, o lugar de verdadeiro *symposium*. Porém, as fotos e outros materiais não podem ser pensados da mesma maneira. A foto, ao lado da ilustração mais evidente, possui, como assinalou Barthes (1984), um forte impacto de “efeito de realidade”. De fato, é mais complicado trabalhar com as possibilidades interpretativas quando, como prova de argumento, apresenta-se uma foto. Mesmo porque a fotografia é impossível sem a existência da “coisa”. É certo que muito se pode dizer a respeito dessa imparcialidade, mas, em termos comparativos, a fotografia sobressai quando tomada como evidência. Quanto aos mapas e esboços, também possuem sua peculiaridade. Ao contrário do recurso às fontes primárias dos viajantes, espalhadas ao longo do texto, os mapas e reproduções são quase todos agrupados no meio do livro. Esse detalhe impede de associá-los ao *symposium*. Seu lugar físico no interior da obra faz desse material algo à parte, deslocado de sua imediata explicação, peça excessiva e apenas curiosa, que causa certa dificuldade ao leitor. Sérgio Buarque (1995) assinala que alguns objetos, como a cabaça-de-colméia, servem para “evocar” a época das monções, enquanto outros podem ser encontrados em museus. De certa maneira, o próprio autor se encarrega de retirar qualquer pretensão no uso da evidência. Vistas assim, qual é o lugar dessas “citações”? Duas são as funções destes materiais.

Por um lado, o uso de tais evidências, sejam fotografias ou reproduções de quadros, confere novo sentido à própria natureza. A linguagem das fotos, dos desenhos e mapas, não é a da prosa e partilha com o mito a característica da não-autoria. Dessa forma, pode-se pensar, como sugere Kellner (1989), numa substituição do par

natureza/cultura. O resultado seria o da quantificação-fotos-etc./prosa e, na seqüência, a história substituiria o mito.

[...] o padrão de quantificação/prosa substitui o padrão verso/prosa, mas o sentido do segundo, encontrado na relação cultura/natureza, mudou. A história-prosa, verdade “natural” do pensamento humanista tradicional, cruzou a barreira do reino do “cultural”, do artefato, impressionístico e falseado. [...] Portanto, a “história” substituiu o mito no lado culturalmente relativo do modelo, e seu lugar é tomado por uma nova não-prosa, uma linguagem que é antilinguagem, uma expressão que parece não ter emissor — o diagrama, o gráfico, o mapa analítico. (KELLNER, 1989, p. 173-174, tradução da autora)⁴⁰

Se a inversão de pólos é sugestiva em Braudel, parece não caber inteiramente quando aplicada a Sérgio Buarque de Holanda. Efeito semelhante ocorre nos escritos do historiador romântico Michelet, sem os recursos mais modernos da quantificação ou das fotos. Michelet defendeu, como de resto os outros românticos, uma linguagem figurada para a natureza. No caso de Sérgio Buarque, o efeito parece mais da ordem de uma desfamiliarização. Seu livro não perderia em expressão mimética se tivesse desprezado tais recursos, cuja posição na obra parece desautorizá-los como evidência e apenas produzir um efeito estético, transportando o leitor para outro lugar. Tudo o mais é excesso, saturação. De certa forma, algumas ilustrações nos levam a proposições que não apareceram em nenhuma das descrições. É o caso, por exemplo, das ilustrações sobre as cidades.

⁴⁰ “[...] the quantification/prose pattern replaces the verse/prose pattern; but the meaning of the latter, found in the culture/nature relationship, has changed. Prose history, the ‘natural’ truth of traditional humanist thought, has crossed the barrier into the realm of the ‘cultural’, man-made, ‘impressionistic’, and self-deceived. [...] So ‘history’ has replaced myth on the culturally relative side of the model, and its place is taken in turn by a new non prose, a language that is anti-language, an utterance that appears to have no utterer — the chart, the graph, the analytical map.”



Cidade de Sorocaba, *apud* F. L. d'Abreu Medeiros, *Curiosidades brasileiras*, 1º vol., Rio de Janeiro, 1864. In: HOLANDA, 1995.



Vista da Ponte de Sorocaba, *apud* F. L. d'Abreu Medeiros, *Curiosidades brasileiras*, 1º vol., Rio de Janeiro, 1864. In: HOLANDA, 1995.

Tudo parece desmentir as falas sobre as paragens, mais descritas como pousos. A paisagem da cidade de Sorocaba se assemelha a uma cena quase bucólica e nela não é possível entrever nada de particular. Assim, os tantos detalhes e descrições ao longo do livro não são passíveis de enfrentar, ao final, a singularidade do pouso da fronteira no que diz respeito ao registro imagético. A cidade, mais uma vila, da qual nada se determina, fica, assim, apenas sugerida; os tipos humanos, as árvores e os caminhos: nada se

assemelha a qualquer das descrições. Tampouco acrescenta a ilustração da Ponte de Sorocaba, senão que nela já se mostra que o núcleo social é mais organizado, as casas mais ordenadas e alguns pinheiros podem ser reconhecidos. De resto, o mesmo se repete.

A figura do bandeirante também desmente as descrições dos sertanistas feitas ao longo de *Caminhos e fronteiras*. Depois de passagens em que o bandeirante é descrito com as pernas descobertas, descalço e bastante aproximado dos nativos e da natureza, a ilustração é, no mínimo, surpreendente.



Sertanista de São Paulo em luta com índios botocudos trajando um gibão acolchoado (escupil). [s.n.t.]. In: HOLANDA, 1995.

As ilustrações sobre o monjolo e os teares têm um caráter pedagógico. Por um lado, a quase banalidade de algumas fotos nos leva a reforçar a idéia da ruptura natureza/história, tendo neste caso certas fotos e ilustrações o papel de reportar à natureza, como se o texto fosse incapaz de, ao fim, tornar possível a recomposição da

cultura/história. A foto da cabaça que contém o mel parece exemplar deste cenário de distanciamento.

Tendo se alojado de forma contínua e isolada no meio do livro, o material parece, por outro lado, se constituir numa espécie de museu dentro dele. Como um museu, não há, portanto, nenhuma necessidade de se relacionar com o restante do texto. É algo à parte, um tempo, um instante museificado, o objeto retirado do processo da fronteira, que presentifica o que já não há, ou apenas há como resto. Não deixa de ser, também, irônica essa insistência em dispor mais uma vez, agora pela via da visão direta. Colocado no meio, o leitor é como que obrigado em seu trajeto, no meio de seu caminho, a passar pela disposição dos objetos.

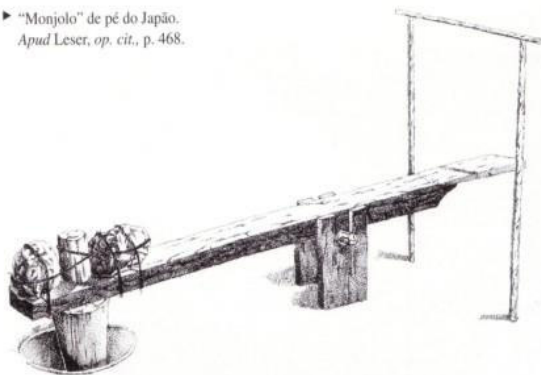


Cabaça contendo colméia de abelhas jataí (Amambaí, sul do Mato Grosso). [s.n.t.]. In: HOLANDA, 1995



Primitivo descaroçador de algodão (*churka*). Origem: Cuiabá, Mato Grosso. [s.n.t.]. In: HOLANDA, 1995.

► “Monjolo” de pé do Japão.
Apud Leser, op. cit., p. 468.



“Monjolo” de pé do Japão, *apud* Leser. [s.n.t.]. In: HOLANDA, 1995.

► “Monjolo” de pé da Transcaucásia.
Apud Leser, op. cit., p. 469.



“Monjolo” de pé da Transcaucásia, *apud* Leser. [s.n.t.]. In: HOLANDA, 1995.



Carda de lã (São Luís do Paraitinga, São Paulo).
(Foto: Paulo C. Florenzano). In: HOLANDA, 1995.

A descrença em princípios nomológicos e uma visão compreensiva da história seriam impossíveis sem um mínimo de excesso. O próprio Sérgio Buarque, ao mencionar a inclusão das ilustrações, não parece conceder-lhes especial papel na construção de uma “verdade”. O ziguezague do texto sergiano pode nos levar à figura, sem que isso produza maiores conseqüências. O que sobressai, ao fim e ao cabo, tanto em *Caminhos e fronteiras* como em *Monções*, é certa indecidibilidade constante, ofertada ao leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo, na realidade, não foi arrumado ao gosto dos homens, como num tabuleiro de xadrez. A injustiça faz-se lei contra todas as inconveniências.

Poucas pessoas têm a coragem ou a impertinência de refletir sobre essas coisas.

E, certamente, não convém que muitos homens se percam em imaginações que dissipam a vontade e liquidam o gosto de viver.

Nós não fomos postos nesse mundo para descobrir as verdades e sim para achar as inconveniências.

(Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*)

Maria Odila Dias (1985) afirmou que Sérgio Buarque de Holanda era um homem brigado com seu tempo. O cotejo dessa observação com a passagem de Sérgio Buarque citada na epígrafe destas considerações parece dar razão à comentadora. Contudo, lida numa outra chave, talvez a obra do historiador profile menos o desalinho entre um homem e seu tempo e mais uma postura filosófica destilada diante da vida e, sobretudo, diante do conhecimento.

Os estudos sobre as filiações de Sérgio Buarque apresentam um autor inspirado pelo culturalismo alemão, vertente de pensamento que, na história, é caracterizada pela “[...] sucessão de sentidos, com variações construídas no tempo, através do resgate de traços do espírito, do mental, do sensível” (PESAVENTO, 2005, p. 19). É nessa linha que, em 1974, Sérgio Buarque de Holanda publica um artigo sobre Ranke, no qual, diferentemente da leitura usual, questiona o historiador alemão como precursor do positivismo e da história-documento. No ensaio intitulado *O atual e o inatual em L. Von Ranke*, Sérgio Buarque apresenta o historiador como um historista, o que significa desvinculá-lo de uma perspectiva linear. Segundo o autor, Ranke praticou uma história do único, da qual era impossível obter generalizações. Disso também se deduz a importância que se atribui, nessa teoria, à história, ao historiador, que deverá “mostrar as coisas tal como elas se passaram”. Embora Sérgio Buarque nunca se tenha declarado historista, sua simpatia pela versão culturalista está espalhada pelos seus escritos. No entanto, mais do que isso, interessa-nos habilitar o que parece submerso e aparentado ao universo dos culturalistas: o horizonte irônico de pensar o mundo.

A respeito da questão da ironia, dois autores nos ajudam a refletir: Richard Rorty e Hayden White. Do primeiro autor podemos nos valer da perspectiva filosófica sobre o papel da ironia e dos ironistas, e do segundo, podemos aproveitar a categorização da chamada consciência irônica da escrita histórica.

Richard Rorty se coloca numa tradição considerada ou nomeada antimetafísica. Suas idéias, além de rejeitarem a concepção de que existe uma verdade ou sentido único, renunciam ao caráter representacional da linguagem em relação ao mundo. Dessa forma, é possível uni-lo a autores como Gadamer, Heidegger e Derrida, assim como a John Dewey — filiado à linhagem americana conhecida como pragmatista — e ao filósofo da linguagem Davidson. Para Rorty, não existe um ponto de vista que esteja fora da linguagem e, portanto, todo conhecimento é contingente e sempre o será. Assim, entre as várias conseqüências do pensamento rortiano que nos interessam, duas se aproximam significativamente. A primeira diz respeito ao aspecto historista e narrativista de Rorty, e a segunda, ligada à primeira, refere-se ao seu conceito de ironia. A filosofia de Rorty produz um impacto significativo nas ciências sociais em geral e, em especial, nos estudos literários e nos estudos históricos. Tal afinidade se dá pelo fato de que, no campo da história, sua posição o aproxima dos defensores da teoria do narrativismo, e também pelo seu interesse na tropologia, em especial quando discute o papel da metáfora como capacitadora de produção de sentidos.

No que diz respeito à narrativa, Rorty defende o que nomeia de *redescritção*, que não é senão uma narração alternativa, composta por outro vocabulário adquirido ou rearranjado. Ao tropo da metáfora Rorty concede um papel diferente do atribuído por White em *Metahistória*. Enquanto para este a metáfora (pelo menos no trabalho em tela) se

reduz a um caráter puramente tropológico, Rorty a maneja para um destino epistemológico e político.¹ Além disso, metáfora e ironia, igualmente, possibilitam o conhecimento, descartando, assim, os outros tropos de White. De qualquer modo, o importante é assinalar que, para nosso intento, Rorty desenha uma história relativista (historista), em que várias narrativas (redescrições) se equivalem.

Para Hayden White, a condição irônica é uma posição “mais consciente” do historiador, na medida em que pode existir uma representação não figurada da realidade. Isso significa, em outras palavras, que o historiador vê a linguagem como algo problemático. Segundo White (1992, p.51), “na ironia, a linguagem figurada torna a dobrar-se sobre si mesma e põe em questão suas próprias potencialidades”. Como já assinalamos noutro momento deste trabalho, se, por um lado, a perspectiva sobre a ironia como relatividade é profundamente historista e antifundamentalista, antiteleológica; por outro, White a coloca como algo superior, quase redentor. Dessa forma, ao inflacionar a ironia de expectativas de uma história de “percepção realística da realidade”, cria, ao revés, outro modo de produção de realismo. Essa posição não ocorre em Rorty, uma vez que, para ele, metáfora e ironia não se colocam como formas seqüenciais evolutivas, mas são recursos que podem estar presentes num mesmo tempo.

De qualquer modo, é possível reafirmar a afinidade historista de Sérgio Buarque de Holanda nesse universo ironista. De fato, não há em seus escritos uma procura por “verdades, mas por inconveniências”. Talvez seja necessário, contudo, propor um outro tom a esse historismo. Em análise sobre o historismo alemão, Ankersmit sugere que tal

¹ Ver, sobretudo, as discussões da Parte II: “Ironismo e teoria — ironia privada e esperança liberal” de *Contingência, ironia e solidariedade*.

concepção continha, também, uma proposição de como se deveria escrever a história. Com relação a esse último propósito, o historismo ensinava como era possível, dentro de uma concepção relativista (irônica), trazer ordem ao caos. Tal *performance* foi atingida nos escritos de Humboldt e de Ranke, por exemplo, através da *idéia histórica*, por meio da qual o historiador deveria *ver o passado*. Segundo Ankersmit (2005, p.42), tal conceito explica a afinidade dos historistas com a metáfora, “[...] tropo que nos convida a ver uma coisa nos termos de outra”. Essa versão sugere, conforme Ankersmit, que, no que diz respeito ao tropos, o historismo possui duas leituras: da ironia e da metáfora.

A ironia é o “tropo” que vem a ser associado à capacidade do historismo de dissolver o passado em épocas ou episódios individuais, sendo também o “tropo” responsável pelas tendências céticas e relativistas do historismo. Mas também existe um aspecto construtivo do historismo, onde a capacidade do historiador de discernir uma unidade no caos e na diversidade é, ou pelo menos pode ser transformada em, uma atitude que podemos ter diante da vida, do mundo social e da política em geral. Esse aspecto construtivo tem sua origem e suporte na metáfora — que não é parcela menor do historismo do que a ironia² (ANKERSMIT, 2005, p.42, tradução da autora).

Se as redescrições, nos termos de Rorty, ou narrativas, nos termos dos narrativistas, podem ser aproximadas das formulações dos historistas e de suas posições relativistas, a questão seria refletir como tal postura se relaciona com a escrita da história de Sérgio Buarque de Holanda, mais particularmente, com a escrita de *Caminhos e fronteiras*.

² Irony is the “tropo” that is to be associated with historism’s capacity to dissolve the past in individual episodes or epochs and therefore the trope that is responsible for the relativist and the skepticist tendencies of historism. But there is also a constructive side to historism, where the historian’s capacity of discerning unity in the chaos and diversity is, or at least can be transfigured into, an attitude we may have toward life, the social world, and the politics in general. This constructive side has its origin and support in metaphor – and that is no less part and parcel of historism then irony.

As afinidades entre a ironia e o historicismo se expressam na escrita sergiana através do texto, numa formatação que pode ser aproximada à sátira menipéia. O gênero da sátira menipéia nos permitiu ler a fronteira sergiana como lugar onde ocorreria, a exemplo da fronteira norte-americana (como na tese de Frederick Turner), o lugar privilegiado da produção de uma cultura nacional. O anatomismo, característica inerente da sátira, investe o texto de uma saturação que encontra na ironia e no historicismo o seu correlato.

O projeto de uma nacionalidade como horizonte se aproxima, no entanto, bem mais de um projeto romântico do que irônico. Apesar de todas as discussões e acontecimentos contemporâneos, os projetos nacionais ocuparam, e ainda ocupam, uma centralidade cultural indiscutível. Se tal afirmação é pertinente, como se coloca a versão de um pensar historicista, portanto irônico, dentro de uma meta romântica? Parece-nos que esse é um dos nós górdios mais intrigantes da escrita sergiana. De fato, a escrita de Sérgio Buarque de Holanda, bem como a de outros autores não-ficcionais, carece, ainda, de análises mais detalhadas. Com exceção das obras de Euclides da Cunha — que também não se inscreve por completo no campo da não-ficcionalidade — pouca atenção se tem dado a trabalhos que se notabilizaram por abordar a questão do espaço, e menos ainda se tem dedicado ao problema da escrita nessas obras. Nesse sentido é que as obras ficcionais — como os romances históricos da fronteira do século XIX — continuam a ser a referência textual para uma análise comparativa. Mesmo sendo possível identificar alguns elementos caros à sua construção literária, eles ainda podem servir como balizamento para a conclusão deste trabalho.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a escrita de Sérgio Buarque de Holanda, ao enraizar-se no historicismo, tem como horizonte uma visão relativista e irônica.

Concordamos, assim, com Rorty e suas redescrições. Porém, o tropo irônico nem sempre é único, e as metáforas, como bem assinala Ankersmit, podem viabilizar uma postura intermediária que, vinculada a um projeto englobador qualquer, é capaz de promover um desequilíbrio intenso no texto. Parece ser este o caso de Sérgio Buarque: a imaginação da fronteira se desenrola na direção de uma forma irônica, que não produz uma única metáfora habilitada a substituir a “coisa”, no caso, “a nação”. As metáforas promovem outros dizeres, substituições sem fim, elas próprias irônicas. Em outras palavras, o projeto se choca com o que efetivamente Sérgio Buarque produz. O texto, lido à luz de um projeto de homogeneização nacional, não reproduz, no nível da escrita, tal projeto. Ao contrário, parece desmenti-lo. Seu alongamento, tratado aqui através da sátira menipéia, nos ajudou a mostrar como o anatomismo se empenha numa dissecação sem fim.

Nas ficções históricas, a metáfora era uma espécie de necessidade. Como lembra Moretti,

Num espaço novo, precisamos de um desenho semântico de nosso entorno (mais uma vez Ricoeur) e apenas as metáforas sabem como fazê-lo. Apenas as metáforas, quero dizer, podem ao mesmo tempo expressar o desconhecido que devemos enfrentar e, contudo, também contê-lo (MORETTI, 2003, p.57).

Porém, a fronteira de Sérgio Buarque não é espaço novo, é redescrição no sentido rortiano. É um “re-uso” de vocabulário de outros autores. Tratar-se-ia de uma outra imaginação sobre uma já conhecida fronteira? Os materiais dispostos ao longo do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda impõem o uso de metáforas. No entanto, elas são deslizamentos internos, que não podem ser comparados ao uso que delas faziam, por exemplo, os viajantes, em seus relatos.

A fronteira de Sérgio Buarque foi ultrapassada e, de certa forma, não deveria mais existir, ou deveria ter uma outra configuração. Sua redescrição, nos termos de seu vocabulário, sua postura irônica, como volta no tempo, num embaralhamento de vozes, impõem a imaginação de uma outra fronteira.

É nesse sentido que a estrutura de *Caminhos e fronteiras* parece se mover em direção nenhuma. Também os homens não se movem em direção progressiva e, mesmo as transformações, típicas de uma cultura de fronteira, não levam necessariamente a uma situação melhor. O que fica, ao fim, é uma paisagem absurdamente impressionista, que, vista a curta distância, torna-se mero emaranhado de traços. O traço, a linha, a cor e seu manuseio precisam ser de grande riqueza estética. Uma história que se faz pela impressão que causa, e não pela explicação lógica que almeja ou sugere operar.

Desenhar, tecer ricamente parecem ser o único objetivo claro a que se quer, afinal, chegar, como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda, nas últimas linhas de *Caminhos e fronteiras*: “Rendeira de um só desenho merece pouco caso. É como cururueiro de uma toada só”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANKERSMIT, F. R. *Historical representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- ANKERSMIT, F. R. *History and tropology: the rise and fall of metaphor*. Berkley Los Angeles London: University of California Press, 1994.
- ANKERSMIT, F. R. *Knowing and telling the history: the anglo-saxon debate*. Middletown: Wesleyan University, 1986.
- ANKERSMIT, F. R. *Narrative logic: a semantic analysis of the historian's language*. Boston: M. Nijhoff; Hingham, 1983.
- ANKERSMIT, F. R. *The linguist turn: literary theory and historical theory in historical representation*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- APPLEBY, Joyce *et al.* (Ed.). *Knowledge and the postmodernist in historical perspective*. London: Routledge, 1996.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Rio de Janeiro: Annablume, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne; Toronto: Maxwell Macmillan Canada, 1994.
- BARBOSA, Francisco (Org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: Candido, Antonio Candido (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BLANCHARD, W. Scott. *Scholar's bedlam: menippean satire in the renaissance*. London and Toronto: Associated university Presses, 1995.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisiciones*. Madrid: Alianza, 1999.

BRAUDEL, Fenand. *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. [s.n.t.].

CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDIDO, Antonio. Inéditos sobre literatura colonial. In: COLÓQUIO UERJ: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 3., 1989, Rio de Janeiro. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARRARD, Philippe. *Poetics of the new history: french historical discourse from Braudel to Chartier*. Baltimore; London: The John Hopkins University Press, 1992.

CARVALHO, J. M. Retórica e história intelectual. *Prismas*, Quilmes, Arg., v. 1, n. 2, p. 149-168, 1998.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *História cultural*. Lisboa: Difel, 2002.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

COPANS, Jean (Org.). *Antropologia*. Lisboa: Edições 70, 1971.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Edusp, 1996.

DANTO, Arthur C. *Analytical philosophy of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

DANTO, Arthur C. *Historia y narración: ensayos de filosofia*. Madrid: Paidós, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985.

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu: ensayo de una fundamentación del estudio de la sociedad*. 2. ed. [S.l.]: [s.n.], 1996.

DILTHEY, Wilhelm. *Teoria das concepções do mundo: a consciência histórica e as concepções do mundo: tipos de concepção do mundo e a sua formação metafísica*. Lisboa: Edições 70, 1992.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1: positivismo e hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004.

DRAY, William. *Laws and explanation in history*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

ELTON, Geoffrey Rudolph. *Return to essentials: some reflections on the present state of historical study*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

EULÁLIO, Alexandre. Sérgio Buarque de Holanda, escritor. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

EVANS, Richard J. *In defense of history*. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

FEBVRE, Lucien. A new kind of history. In: BURKE, Peter (Ed.). *A new kind of history and other essays*. London: Torchbooks, 1973.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. A trama e o texto: história com figuras. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 143-159.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of the interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRIEDLANDER, Saul. *Probing the limits of representation: nazism and the final solution*. Cambridge: Harvard Press, 1994.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALLIE, William B. *Philosophy and the historical understanding*. London: Chato & Windus, 1964.

GALLIE, William B. The historical understanding. *History and theory*, Wesleyan, v. 3, n. 2, p. 149-202, 1963.

GALVÃO, Walnice. A fortuna crítica de Sérgio Buarque de Holanda. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

GEARHART, Suzanne. *The open boundary of history and fiction: a critical approach to the French enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989.

GOSSMAN, Lionel. *Between history and literature*. Cambridge: [s.n.], 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HEMPEL, Gustave Carl. The function of general laws in history in *The Journal of Philosophy* 34. In: GARDINER, Patrick (Ed.) *Theories of History*. Glencoe: The Free Press, 1961.

HEXTER, Jack H. *On historians: reappraisals of some of the makers of modern history*. London : Collins, 1979

HIMMELFARB, Gertrud. Some reflections on the new history. *American Historical Review*, Bloomington, Indiana, n. 94, p. 661-670, 1989.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HISTORY & THEORY. *Metahistory: six critiques*. Middletown, Wesleyan University, Dec. 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *Ranke*. São Paulo: Perspectiva, 1979b.

HUMBOLDT, Alexander von. *Ansichten der natur*. Stuttgart: Reclam, 1992.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Tradução de Pedro Spindola Pereira Caldas e Johannes Kretschmer. *Anima: Revista de História*, Rio de Janeiro, p. 79-89, 2001.

- HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.
- JAMESON, Fredric. *The prison-house of language: a critical account of structuralism and russian formalism*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 20, n. 57, p. 27-38, fev. 2005.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- KANT, Immanuel. Idéia de uma história universal sob o ponto de vista cosmopolita. In: GIANNOTTI, J. A. *Kant: o espaço da história universal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 107-171.
- KANT, Immanuel. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KAPLAN, Carter. *Critical synoptics: menippean satire and the analysis of the intellectual mythology*. Madison: Teaneck, Fairleigh Dickinson University Press; London: Associated University Press, 2000.
- KELLNER, Hans. *Language and historical representation: getting the story crooked*. Madison: Wisconsin University Press, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LACAPRA, Dominick. *History and reading: Tocqueville, Foucault, French Studies*. Toronto: Toronto University Press, 2000.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In: LACOSTE, Yves. *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1997.

- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. Sérgio Buarque de Holanda: Visão do Paraíso. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 149, p. 7-23, abr./jun. 2002.
- LIMA, Luiz Costa (Org). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MANCERA, Sonia Corcuera de. *Voces y silencios en la historia: siglos XIX y XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia: introdução a sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MAUSS, Marcel. *Antropologia*. [Organizador Roberto Cardoso de Oliveira.] São Paulo: Ática, 1979.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su genesis*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1943.
- MINK, Louis. Narrative form as a cognitive instrument. In: CANARY, R. R.; KOZICKI, H. (Ed.). *The writing of history: literary form and historical undertanging*, 1978. p. 129-149.
- MONTEIRO, Pedro Meira. Sérgio Buarque de Holanda mergulhou nas memórias. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 1998. Caderno 2, p. 5.
- MORETTI, Franco. *Atlas do romance moderno europeu: 1800-1900*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MUNSLOW, Alan. *The routledge companion to historical studies*. New York: Routledge, 2000.
- NATHALIE D. Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- NOVAIS, Fernando. Comentário à comunicação de Antonio Candido. In: COLÓQUIO UERJ: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 3., 1989, Rio de Janeiro. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- NOVAIS, Fernando. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ORR, Linda. The revenge of literature: a history of history. *New Literary of History*, [s.l.], v. 18, n. 1, 1986.

PARTNER, Nancy. Making up lost time: writing on the writing of history. *Speculum*, [S.l.], v. 61, n. 1, p. 90-117, Jan. 1986.

PAYNE, F. Anne. *Chaucer and meippean satire*. Madison: University of Wisconsin, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cartografias do tempo: palimpsestos na escrita da história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 17-79.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

POPPER, Sir Karl R. *Conhecimento objetivo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

POPPER, Sir Karl R. *Conjecturas e refutações: pensamento científico*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

PISIER-KOUCHNER, Evelyne; CHÂTELET, François. *As concepções políticas do século XX: história do pensamento político*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

PRADO, Antonio Arnoni. Nota breve sobre Sérgio crítico. In: COLÓQUIO UERJ: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 3., 1989, Rio de Janeiro. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

QUINE, W. V. Main trends in recent philosophy: two dogmas of empiricism. *The philosophical review*, v. 60, n. 1, p. 20-43, jan. 1951.

RABINOW, Paul; SULLIVAN, William. The interpretative turn: the emergence of an approach. In: RABINOW, Paul; SULLIVAN, William (Ed.). *Interpretative social science: a reader*. Berkeley: University of California Press, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1995.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Presença, 1994.

RORTY, Richard. *El giro linguístico: dificultades metafísicas de la filosofía linguística: seguido de "Diez años después" y de un epílogo del autor a la edición castellana*. Barcelona: Paidós: I.C.E de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.

ROTH, Michael S. *The ironist's cage*. New York: Columbia University Press, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1999.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: revista de história intelectual*, Buenos Aires, n. 4, p. 149-191, 2000.

SKINNER, Quentin (Ed.). *The return of grand theory in human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. Entre a história e a sociologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1995. Caderno 2, p. 2.

SOUZA, Laura de Mello e. Sérgio Buarque de Holanda: entre a história e a sociologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 abr. 1995. Jornal de Resenha, p. 10-11.

SÜSSEKIND, Flora. Comentário à “Nota breve sobre Sérgio crítico”. In: COLÓQUIO UERJ: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 3., 1989, Rio de Janeiro. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOEWS, John E. Intellectual history after the linguistic turn. *American historical review*, [S.l.], n. 92, p. 879-907, 1987.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in the american history*. New York: Dover Publications, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho”: espaço, território e fronteira. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 107-142.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. Texto introdutório de *Os Sertões*. In: *Intérpretes do Brasil*. v. I. Rio de Janeiro: Aguilar, 2002.

WARREN, John. *The past and its presenters: an introduction to issues in historiography*. London: Holder & Stoughton, 1998.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1989.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (Org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WHITE, Hayden. *Metahistória*. São Paulo: EDUSP, 1991.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994.

Referências a Sérgio Buarque de Holanda

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. [Organização e Introdução de Antonio Candido]. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Cobra de vidro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro de prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *Ranke*. São Paulo: Perspectiva, 1979b.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.